



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

FOLHA DE DIGITALIZAÇÃO

Nº SEI:

DATA DE INCLUSÃO:

SIGLA DA UNIDADE DO IBAMA:

MUNICÍPIO DA UNIDADE:

UF:

¹ Sigla da Unidade

DITEC
GEREX
U.T.1
U.T.2

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

NOTIFICAÇÃO		Número UMSEW4LC	
Data 03/02/2020	Hora 11:45	Nº Auto de Infração	
Coordenadas Geográficas 09°40'49" S 35°45'44" W			
Notificado BRASKEM S.A. - CLORO SODA		CNPJ 42.150.391/0022-03	
Representante		CPF	
Endereço AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260			
Bairro PONTAL DA BARRA	Município Maceió	CEP 57.010-900	UF AL
Tipo de Atividade do Notificado Criador Científico de fauna silvestre para fins de conservação.			
Descrição da Ocorrência/Exigência Apresentar os seguintes documentos: - Licença ambiental do "Criadouro Conservacionista Braskem"; - Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF/AIDA) do responsável técnico pelo empreendimento; - Relatório conclusivo do quantitativo de espécimes da espécie <i>Dasyprocta agouti</i> (Cutia) do Criadouro. O notificado deverá atender esta notificação no prazo de 15 dias, a contar da data de emissão desta notificação para: regularizar, corrigir, prestar esclarecimentos ou apresentar documento(s) sobre o(s) fato(s) descrito(s) acima. O não cumprimento poderá constituir crime em desobediência ao artigo 330 do Decreto-Lei nº 2848/40 (Código Penal) e de infração contra a Administração Ambiental conforme legislação vigente.			
Cod. Unidade 10176	Unidade IBAMA Divisão Técnico Ambiental - AL		
Endereço Av. Fernandes Lima nº 4.023, Maceió- AL			
Vencimento 18/02/2020			

Soubel A. Vieira
Assinatura do Autuado (ou seu representante)

[Assinatura]
Matrícula nº 1511080
Agente Ambiental Federal

DIGITALIZADO EM
03/02/2020



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis - IBAMA

Tipo de Documento:

Número / Série:

Data:

Ação Fiscalizatória Nº

Ordem de Fiscalização

Nº SEI

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

AUTO DE INFRAÇÃO

MULTA

Número
B9PF1T53

Data 04/03/2020 Hora 16:18 Coordenadas Geográficas 09 40'49" S 35 45'44" W Operação ROTINA I
Autuado BRASKEM S.A. - CLORO SODA CNPJ 42.150.391/0022-03
Representante CPF

Endereço AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260
Bairro PONTAL DA BARRA Município Maceió CEP 57.010-900 UF AL

INFRAÇÃO DE ACORDO COM OS

Artigo 70	Inciso / Alinea / § 1	Lei/Decreto Número Lei 9605
Artigo 72	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número Lei 9605
Artigo 3	Inciso / Alinea / § II, VII	Lei/Decreto Número Decreto 6514
Artigo 66	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número Decreto 6514

Sanções indicadas
embargo de obra ou atividade
multa simples;

Descrição da Infração
Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem
licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Após o prazo de apresentação da defesa, e antes da constitui definitiva do débito, o autuado poderá requerer, a qualquer momento, o pagamento da multa ambiental com 30% de desconto, inclusive para fins de parcelamento. O pagamento da multa ambiental só poderá ocorrer após a consolidação dessa sanção pela Equipe de Análise Preliminar que compõe o Núcleo de Conciliação. Superado o prazo de defesa, incidem acréscimos legais sobre o valor do débito, calculados na forma do art. 37-A da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (correção monetária e juros pela variação da Selic e multa moratória de 0,33% ao dia).

Valor: R\$ 50.500,00 Cod. Unidade 10176
Local da Infração Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL Município Maceió UF AL

Audiência de Conciliação e Defesa

Com base no disposto no art. 97-A do Decreto n. 9.760, de 11 de abril de 2019, a audiência de conciliação sobre esta infração ambiental está prevista para o dia 04/06/2020, às 09:00, a ser realizada perante a seção do Núcleo de Conciliação Ambiental/AL. ATENÇÃO: a data e hora da audiência está sujeita à eventual alteração, sobre a qual o autuado será oportunamente notificado. Informações sobre o agendamento podem ser verificadas no portal <https://portalautuado.ibama.gov.br>. Defesa contra o auto de infração poderá ser oferecida no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação. Contudo, a fluência desse prazo foi suspensa pelo agendamento de conciliação ambiental, e o seu curso se iniciará a contar da data de realização da audiência.

1ª Testemunha RIVALDO GOUTO DOS SANTOS JUNIOR

Assinatura do Autuado (ou seu representante)
Enviado por A.R.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

FOLHA DE DIGITALIZAÇÃO

Nº SEI:

DATA DE INCLUSÃO:

SIGLA DA UNIDADE DO IBAMA:

MUNICÍPIO DA UNIDADE:

UF:

¹ Sigla da Unidade

DITEC
GEREX
U.T1
U.T2

HS

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

TERMO DE EMBARGO

Número
VTS0NLAS

Data 04/03/2020 Hora 16:19 Nº Auto de Infração B9PF1T53 Nº Notificação

Cod. Unidade 10176 Coordenadas Geográficas 09° 40' 49" S 35° 45' 44" W

Autuado
BRASKEM S.A. - CLORO SODA
Representante

CNPJ
42.150.391/0022-03
CPF

Endereço
AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260

Bairro
PONTAL DA BARRA

Município
Maceió

CEP
57.010-900

UF
AL

INFRAÇÃO DE ACORDO COM OS

Artigo 70 Inciso / Alínea / § Lei/Decreto Número
§ 1 Lei 9605

Artigo 72 Inciso / Alínea / § Lei/Decreto Número
Lei 9605

Artigo 3 Inciso / Alínea / § Lei/Decreto Número
II, VII Decreto 6514

Artigo 66 Inciso / Alínea / § Lei/Decreto Número
Decreto 6514

Sanções indicadas
embargo de obra ou atividade
multa simples;

Descrição da Infração

Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro.

Polígono

Local de Embargo
Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra,
Maceió/AL

1ª Testemunha: RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Assinatura do Autuado (ou seu representante)

Matricula nº 1511080
Agente Ambiental Federal



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO

DADOS INICIAIS

Número

ZRBUNHA

Ordem de fiscalização

AL024419

Data/Hora

03/02/2020 14:29

Operação

ROTINA I

Unidade de controle

Superintendência do Ibama no Estado de Alagoas

Município

Maceió - AL

Localização

Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL

Referência

BRASKEM S.A. - CLORO SODA

Coordenadas geográficas**Latitude**

9° 40' 49" S

Longitude

35° 45' 44" W

CONTEXTUALIZAÇÃO

No dia 03 de fevereiro de 2020, a equipe do IBAMA realizou vistoria no criadouro da Braskem, com objetivo de realizar a constatação do plantel atual, avaliação dos animais e das instalações físicas (recintos e demais instalações) e indicar a possibilidade de emissão da Autorização de Manejo Definitiva (AMD) para que o acompanhamento dos processos seja repassado ao órgão ambiental estadual (OEMA).

Consoante o entendimento da Instrução Normativa 169/2008 que estabelece que a emissão da Autorização de Manejo não exige o empreendedor do licenciamento ambiental, quando exigível:

Art. 40. (...)

§2º A emissão da autorização não exige a pessoa física ou jurídica de prévio cumprimento de outras normas federais, estaduais ou municipais para funcionamento do empreendimento, bem como da licença ambiental competente quando exigível.

Durante a citada vistoria não foi constatada a licença ambiental para o criadouro, por ser obrigação do empreendimento, o criadouro foi notificado, conforme Notificação UMSEW4LC (ANEXO V - [7003358](#)) para "*Apresentar os seguintes documentos: - Licença ambiental do "Criadouro Conservacionista Braskem", Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTE/AIDA) do responsável técnico pelo empreendimento e relatório conclusivo do quantitativo de espécimes da espécie *Dasyprocta agouti* (Cutia) do Criadouro*", no prazo de 15 (quinze) dias.

O empreendimento, em resposta à Notificação UMSEW4LC, protocolou um requerimento na Superintendência do Ibama em Alagoas, em 17/02/2020, aonde não foi apresentado a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista Braskem.

Baseado no exposto foi lavrado o **Auto de Infração B9PF1T53**, com a seguinte descrição: Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente.

O indicativo de embargo da atividade foi realizado através do **Termo de Embargo VTS0NLAS**.

DADOS DO INTERESSADO

Razão social

BRASKEM S.A. - CLORO SODA

CNPJ

42.150.391/0022-03

INFRAÇÃO

Número

B9PF1T53

Valor

R\$ 50.500,00

Descrição do enquadramento

Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente.

ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo	Da/Do	Inc./Alín./§
3	Decreto: 6514	Inc. 2,7
70	Lei: 9605	§ 1
72	Lei: 9605	

ENQUADRAMENTO

Artigo	Da/Do	Inc./Alín./§
66	Decreto: 6514	

ENQUADRAMENTO COMPLEMENTAR

Nenhum enquadramento cadastrado

QUALIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO

- Motivação: Intencional
- Consequência para o meio ambiente: Potencial
- Consequência para a saúde pública: Potencial
- Nível de gravidade: A
- Fundamentação:

O Quadro 1 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 02/2020 prevê que infração com motivação intencional (15), consequência potencial para o meio ambiente (5) e sem consequência para a saúde pública (0), possui nível de gravidade A.

Considerando que o teto da multa é de R\$ 10.000.000,00 e conhecendo-se o grande porte da empresa, o Quadro 2 da mesma IN prevê valor mínimo + 0,5% do teto para infração com nível de gravidade A.

Resultando no valor de R\$50500,00

DATAS E CIÊNCIA:**Data da lavratura do auto de infração:**

04/03/2020

Data da ocorrência do fato infracional:

03/02/2020

Data da ciência do auto de infração:**Data de início do primeiro ato inequívoco que implicou em apuração dos fatos:**

03/02/2020

Data de término do primeiro ato inequívoco que implicou em apuração dos fatos:

04/03/2020

EFETIVO

Nome	CPF	Grau de envolvimento
Caroline Vieira Cooke	003.723.420-00	
Filipe Jose Cardoso Tenorio	033.187.944-14	Agente Ambiental Federal
Caroline Vieira Cooke	003.723.420-00	
Filipe Jose Cardoso Tenorio	033.187.944-14	Agente Ambiental Federal
Caroline Vieira Cooke	003.723.420-00	
Filipe Jose Cardoso Tenorio	033.187.944-14	Agente Ambiental Federal
Caroline Vieira Cooke	003.723.420-00	
Filipe Jose Cardoso Tenorio	033.187.944-14	Agente Ambiental Federal
Caroline Vieira Cooke	003.723.420-00	
Filipe Jose Cardoso Tenorio	033.187.944-14	Agente Ambiental Federal

TERMOS

Nenhum termo registrado

EVIDÊNCIAS

Nenhuma evidência registrada

ANEXOS

Anexo	Descrição	Data de anexação
NOTIFICAÇÃO UMSEW4LC.pdf	NOTIFICAÇÃO UMSEW4LC	04/03/2020
AUTO DE INFRAÇÃO B9PF1T53.pdf	AUTO DE INFRAÇÃO B9PF1T53	04/03/2020
TERMO DE EMBARGO VTSONLAS.pdf	TERMO DE EMBARGO VTSONLAS	04/03/2020

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

Circunstâncias atenuantes

Nenhuma circunstância atenuante registrada

Descrição

Circunstâncias agravantes

Nenhuma circunstância agravante registrada

Descrição

DANOS AMBIENTAIS

Descrição

Passível de recuperação? Não

Justificativa

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

Conclusão

Foi lavrado o **Auto de Infração B9PF1T53**, com a seguinte descrição: Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente.

O indicativo de embargo da atividade foi realizado através do **Termo de Embargo VTS0NLAS**.

Encaminhamentos

Encaminhado ao chefe da DITEC/AL para providências.

NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO A ÓRGÃOS EXTERNOS?

- Ministério Público (comunicação de crime)
 - Outros:
-

APREENSÃO E DESTINAÇÃO

Nenhum saldo de apreensão registrado



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE JOSE CARDOSO TENORIO - Fiscal**, em 04/03/2020 às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://aierepositoriofiscalizacao.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **VKE1O5M1**.



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

OFÍCIO Nº 103/2020/DITEC-AL/SUPES-AL

Maceió, 09 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

Procurador-Chefe Marcial Duarte Coêlho

Procuradoria da República em Alagoas - Ministério Público Federal (MPF)

Avenida Juca Sampaio, 1800 (próximo ao Fórum)

Barro Duro - Maceió/AL - CEP 57045-365

Senhor Procurador,

Utilizamos-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência, copia integral dos processos abaixo relacionados, por apresentar indícios de ter ocorrido, em tese, crime contra o meio ambiente.

- **Processo 02003.000526/2020-47, Auto de Infração nº B9PF1T53.**

Sem mais, reiteramos os elevados votos de respeito e mais alta consideração, colocando-nos à disposição para mais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 09/03/2020, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7148393** e o código CRC **AA6AE75C**.

Protocolo Eletrônico MPF - PR-AL-00005325/2020

MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

seg 09/03/2020 16:24

Para:Fiscalização AL <fisc.al@ibama.gov.br>;

Sr(a) Rivaldo Couto dos Santos Junior

Seu documento foi protocolado, em 09/03/2020 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA - IBAMA SUPERINT REGIONAL EM
ALAGOAS

Destinatário:

Procurador-Chefe Marcial Duarte Coêlho

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES / AL

Procuradoria da República em Alagoas - Ministério Público Federal

Número do Expediente:

PR-AL-00005325/2020

Descrição do documento:

OFÍCIO Nº 103/2020/DITEC-AL/SUPES-AL - Processo 02003.000526/2020-47 - Auto de Infração nº B9PF1T53ç.

Arquivo(s) anexado(s):

- SEI_02003.000526_2020_47.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa

forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - DIVISÃO TÉCNICO AMBIENTAL - ALAGOAS

Ref.: Notificação nº UMSEW4LC

BRASKEM S.A. ("BRASKEM"), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0022-03, com sede na Avenida Assis Chateaubriand, nº 5260, Portal da Barra, Maceió/AL, CEP 57.010-900 (**Doc. 01**), vem, respeitosamente, em atenção à Notificação nº UMSEW4LC (**Doc. 02**), expedida em 03 de fevereiro de 2020 por este D. IBAMA, apresentar os devidos esclarecimentos:

1. DO HISTÓRICO DOS FATOS

A planta industrial de exploração de cloro-soda da BRASKEM, em Maceió – AL, possui, desde outubro de 1988, área verde preservada ao seu redor ("Cinturão Verde"). Inicialmente, o referido Cinturão Verde tinha como função criar uma área de segurança ao redor da planta, visando evitar a proximidade da população com o parque industrial.

Ocorre que, ao longo dos anos, o Cinturão Verde, por ser uma área verde muito bem preservada, passou a atrair um maior número de indivíduos da fauna local, o que levou à transformação do Cinturão Verde em "criadouro de fauna silvestre para fins conservacionistas". A área então passou a ser monitorada pela BRASKEM e os trabalhos acompanhados pelas autoridades ambientais - por meio da apresentação de relatórios de monitoramento.

A planta da BRASKEM está devidamente cadastrada no Cadastro Técnico Federal para Atividades Potencialmente Poluidoras ("CTF-APP") deste D. IBAMA, tanto para as atividades industriais da exploração

EM BRANCO

de cloro-soda como para o criadouro conservacionista (Código 21-56), possuindo Certificado de Regularidade válido até 03 de abril de 2020 (**Doc. 03**). A BRASKEM apresenta anualmente o Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (“RAPP”) ao IBAMA e realiza o recolhimento trimestral da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”).

A BRASKEM também possui Autorização de Manejo da Fauna Silvestre N° 452375 (**Doc. 04**) válida, emitida por este D. IBAMA, o que atesta a regularidade das atividades do criadouro do ponto de vista ambiental.

Seguem abaixo os esclarecimentos específicos a cada uma das solicitações feitas por este D. IBAMA à BRASKEM, por meio da Notificação n° UMSEW4LC.

2. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O artigo 40 da Lei Estadual n° 7.841/2016 determinou ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”) que convertesse, automaticamente, as Autorizações de Manejo de Fauna emitidas pelo IBAMA em licenças ambientais:

Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo - AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.

Considerando que a BRASKEM já possuía vigente, à época da promulgação da referida norma, sua Autorização para Manejo de Fauna (**Doc. 05**), caberia ao IMA realizar, automaticamente, a sua conversão em Licença de Operação. Ou seja, trata-se de direito líquido e certo dos detentores de Autorização de Manejo a obtenção da licença ambiental do IMA.

EM BRANCO

Cumpra esclarecer que a planta da BRASKEM é devidamente licenciada perante o IMA por meio da Licença de Operação 214/2016 (Doc. 06), a qual engloba todas as operações realizadas na planta referente ao CNPJ 42.150.391/0022-03 – assim como o cadastro no CTF-APP. Uma vez que o criadouro é um anexo da planta industrial e está sob a gestão da mesma pessoa jurídica, a BRASKEM entende que referida licença contempla também o criadouro de fauna.

Destaca-se que o IMA desde sempre possui pleno conhecimento de todas as atividades conduzidas pela BRASKEM na referida planta, tendo inclusive, em 2017, realizado vistorias no próprio criadouro conservacionista juntamente com este D. IBAMA, a fim de verificar o controle de espécimes realizado no local.

Tais fatos, considerados juntamente com a Autorização para o Manejo de Fauna e o Certificado de Regularidade da emitidos por este D. IBAMA, bem como aos relatórios que são periodicamente apresentados, contendo os detalhamentos sobre as atividades conduzidas pela BRASKEM, evidenciam a regularidade do criadouro (Doc. 07).

Contudo, visando deixar mais evidente que referidas atividades são de conhecimento e estão licenciadas pelo IMA, **a BRASKEM solicitará ao IMA a averbação expressa da atividade de criadouro de sua Licença de Operação 214/2016.**

3. DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

Conforme já exposto, a BRASKEM está devidamente inscrita no CTF-APP para todas as atividades realizadas em sua planta referente ao CNPJ 42.150.391/0022-03, incluindo a “criação científica de fauna silvestre para fins de conservação”.

O artigo 22 da Instrução Normativa nº 10/2013 é bastante genérico ao definir as pessoas físicas que devem ser registradas no CTF-AIDA, em especial com relação aos três primeiros incisos, dando margem a mais de uma interpretação possível. Ou seja, não está claro se uma pessoa física meramente indicada como responsável técnico por um empreendimento – e não responsável projetos, aparelhos e instrumentos destinados ao seu controle ou por qualquer problema dele decorrente – deveria se cadastrar:

EM BRANCO

Art. 22. São obrigadas à inscrição CTF/AIDA, as pessoas físicas que exerçam uma ou mais atividades na forma descrita no Anexo II e quando se referirem à:

I - responsabilidade técnica por projeto, industrialização, comércio, instalação e manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades poluidoras;

II - responsabilidade técnica por pessoa jurídica que preste consultoria na solução de problemas ecológicos e ambientais;

III - consultoria técnica na solução de problemas ecológicos e ambientais, qualquer que seja a forma de contratação; e

(...)”

A BRASKEM inclusive entrou em contato com esse D. IBAMA via telefone, por meio de sua Central de Atendimento (Telefone: 0800-618080), para confirmar o entendimento de que seria necessário registro do responsável técnico no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (“CTF-AIDA”) para criadouro conservacionista, sem sucesso.

A resposta do representante do IBAMA foi de que o responsável técnico pelo “criadouro científico de fauna para fins conservacionistas” não precisaria estar cadastrado no CTF-AIDA. A única obrigação referente ao Cadastro Técnico Federal seria da própria BRASKEM, perante o CTF-APP.

De modo a dirimir dúvidas relacionadas à necessidade de cadastro da empresa junto ao CTF/AIDA, a BRASKEM submeterá consulta formal ao IBAMA sobre o tema e, caso haja confirmação do órgão em relação à necessidade de cadastro, providenciará a regularização dos seus profissionais.

4. DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DO QUANTITATIVO DE ESPÉCIMES DA ESPÉCIE *DASYPROCTA AGOUTI* (CUTIA)

Conforme solicitado por este D. IBAMA na Notificação nº UMSEW4LC, a BRASKEM apresenta o Relatório Conclusivo do Quantitativo de Espécimes do Criadouro (**Doc. 08**), cujos dados já foram, inclusive, inseridos no sistema Sisfauna deste D. IBAMA.

Existem atualmente no criadouro conservacionista 20 (vinte) espécimes da espécie *Dasyprocta agouti* (Cutia), sendo 2 (dois) machos e 18 (dezoito) fêmeas.

EN BRANC

A BRASKEM realiza o monitoramento periódico das espécies de seu criadouro – incluindo a *Dasyprocta agouti* (**Doc. 09**) – e regularmente informa este D. IBAMA sobre os resultados do referido monitoramento (**Doc. 07**).

Considerando as informações aqui prestadas, a BRASKEM se coloca à disposição para fornecer esclarecimentos adicionais que eventualmente sejam necessários.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.



BRASKEM S.A.

EM BRANCO

9º TABELIÃO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



LIVRO - 10.065 FOLHAS - 045 a 048
Hodlich - 09.Braskem.S.A.Gestão.Industrial.CS.AL
BKM-154/2019

= LIVRO Nº 11.065 - PÁG. Nº 045 - C.L - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: BRASKEM S.A.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos **TRINTA (30)** dias do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E DEZENOVE (2019)**, nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, em diligencia na Rua Lemos Monteiro, 120, 22º andar, onde a chamado vim, perante mim escrevente do 9º Tabelião de Notas da Capital apresentou-se como **OUTORGANTE: BRASKEM S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob nº 42.150.391/0001-70, com o seu Estatuto Social consolidado por meio das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 06 de abril de 2016, cuja ata, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob nº 97560808, em 06 de maio de 2016, acha-se arquivada neste Cartório, por cópia autenticada, sob nº **05/2019**; neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social por seus Diretores: **MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG 471.232-SSP/AL, inscrito no CPF/ME sob o nº 509.945.144-68 e **EDISON TERRA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.297.001-2-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 157.964.638-70, ambos com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º e 23º andares, Butantã, São Paulo/SP, eleitos por meio da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2018, cuja ata, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob o nº 97763428, em sessão de 29 de maio de

EM BRANCO

2018, acha-se arquivada nesta-Serventia, por cópia autenticada, sob o nº 05/2019. Os presentes foram reconhecidos como os próprios de que trato, pelo exame dos documentos apresentados, do que dou fé. Então, pela OUTORGANTE, na forma como vem representada, me foi dito que, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus procuradores: **MARIA ISABEL COSTA KENNY SEYFRIED**, uruguaia, casada, engenheira química, portadora do Registro Nacional de Estrangeiros RNE W631463-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 677.438.115-49, residente e domiciliada na Estrada do Coco, KM 11, Quadra VI, Lote 17, Condomínio Alphaville, Litoral Norte I, Abrantes, Camaçari/BA; **ALVARO CEZAR OLIVEIRA DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.225.740-SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 186.754.685-04, residente e domiciliado na Rua Desportista Humberto Guimarães, 870, Apto. 702, Ponta Verde, Maceió/AL; **PAULO MARCIO TIBANA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.312.555-CRQ/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 874.661.987-91, residente e domiciliado na Rua Cônego Antonio Firmino Vasconcelos, 170, Apto. 301, Jatiuca, Maceió/AL; e **GALILEU MORAES HENRIQUE**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 98001256441-SSP/AL, inscrito no CPF/ME sob o nº 037.974.584-44, residente e domiciliado no Residencial Monté Bello QD PM, Lote 17, Serraria, Maceió/AL, aos quais confere poderes para, especificamente com relação à gestão da filial da OUTORGANTE estabelecida em Maceió/AL, na Av. Assis Chateaubriand, nº 5.260, Pontal da Barra, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0022-03, representar a OUTORGANTE: (I) OS OUTORGADOS EM CONJUNTO DE DOIS, COM INDEPENDÊNCIA DA ORDEM DE NOMEAÇÃO, OU QUALQUER OUTORGADO EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO DA OUTORGANTE, na gestão dos negócios da referida filial, com valor de até **R\$100.000,00 (CEM MIL REAIS)** por operação, perante quaisquer Pessoas Jurídicas de Direito Público, seus órgãos, Ministérios, desdobramentos e repartições públicas de qualquer natureza, seja federal, estadual ou municipal, inclusive Autarquias e Entidades Paraestatais, quaisquer Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Sociedades de Economia Mista ou Pessoa Física em geral, Conselhos Regionais ou Federais, Sindicatos e demais Associações de Classes no Brasil ou no Exterior, incluindo, mas não se limitando, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., suas Carteiras de Comércio Exterior, de câmbio e fiscalização bancária, Caixa Econômica Federal, seus departamentos e suas Carteiras, quaisquer empresas telefônicas (fixa ou móvel) no Estado de Alagoas, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, órgãos da Previdência Social, Inspetoria da Receita Federal do Brasil, Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Exército, Departamento de Controle de Produtos Químicos - Polícia Federal (DPF), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Departamento da Marinha Mercante

EN BRANC

9º TABELÃO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



3

(D.M.M.), Departamento de Comércio Exterior (DECEX), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, Alfândegas dos Portos e Aeroportos e outras no Território Nacional, Polícia Civil, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, CRQ/AL - Conselho Regional de Química, Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA), Secretaria de Proteção ao Meio Ambiente do Município de Maceió, Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas - DETRAN/AL, Polícia Rodoviária Federal, podendo para tanto, ditos procuradores, praticar os seguintes atos, respeitados os limites/restrições previstos neste mandato e no Estatuto Social da OUTORGANTE: (a) firmar requerimentos, formulários e outros documentos; (b) assinar quaisquer documentos relativos à aquisição, transferência/venda e regularização nos órgãos pertinentes de bens móveis; (c) formalizar os instrumentos necessários visando a exportação de produtos da OUTORGANTE ou importação de quaisquer produtos, desde que destinados ao processo produtivo da OUTORGANTE; (d) assinar pedidos e guias de licença de exportação e importação; (e) solicitar licenças de qualquer natureza e promover alterações; (f) solicitar e prestar informações; (g) requerer e retirar certidões; (h) solicitar baixa de eventuais protestos perante quaisquer cartórios; (i) examinar processos; (j) juntar e desentranhar documentos e papéis; e (k) receber e dar quitação; (II) QUALQUER OUTORGADO EM CONJUNTO OBRIGATORIAMENTE COM A PRIMEIRA OUTORGADA, OU, QUALQUER OUTORGADO EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO DA OUTORGANTE, representar a OUTORGANTE com todos os poderes elencados no ITEM I acima, na gestão dos negócios da referida filial, com valor por operação superior a R\$100.000,00 (CEM MIL REAIS) até o limite de R\$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS); e (III) SOMENTE A PRIMEIRA OU O SEGUNDO OUTORGADO OBRIGATORIAMENTE EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO DA OUTORGANTE, OU COM OUTRO PROCURADOR COM IGUAIS PODERES, representar a OUTORGANTE com todos os poderes elencados no ITEM I acima, na gestão dos negócios da referida filial, com valor por operação superior a R\$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) até o limite de R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). O presente instrumento só produzirá quaisquer efeitos a partir de 31 (trinta e um) de agosto de 2019 (dois mil e dezenove), terá validade até 31 (trinta e um) de agosto de 2020 (dois mil e vinte) e não poderá ser substabelecido a terceiros. Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento. E de como assim o disse do que dou fé. Pedi-me e eu lhe lavrei o presente instrumento que depois de lido e achado conforme aceita, outorga e assina. Eu, (a) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**, escrevente autorizado a lavrei. Eu, (a)

EM BRANCO

HOMERO CAÍRES FRIAS, Tabelião Substituto a subscrevo (e assino. (a.a.) /// **HOMERO CAÍRES FRIAS** /// **MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA** /// **EDISON TERRA FILHO**

/// Nada mais: Traslada em 03 de setembro de 2019, dou fé. Eu, *H. Frias* (**Homero Caires Frias**), Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.º *[Assinatura]* DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS

Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO

Bel. JOSÉ SOLONNETO
TABELIÃO SUBSTITUTO

Bel. AIRTON FERNANDO POLETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

HOMERO CAIRES FRIAS
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Marconi, 124 - S. Paulo

EMOLUMENTOS	R\$.	269,90
ESTADO	R\$.	76,70
SEFAZ.	R\$.	52,48
IMP. MUNIC.	R\$.	5,76
MUN. PÚBLICO	R\$.	12,96
REG. CIVIL	R\$.	14,20
TRIB. JUSTIÇA	R\$.	18,52
STA. CASA	R\$.	2,70



1137871TR000000003293319X

Total 0,00

ISS 0,00

Consulte o selo no site
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

EM BRANCO

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

NOTIFICAÇÃO

Número
UMSEW4LC

Data 03/02/2020 Hora 11:46 Nº Auto de Infração

Coordenadas Geográficas
09 40'49" S 35 45'44" W

Notificado
BRASKEM S.A. - CLORO SODA
Representante

CNPJ
42.150.391/0022-03
CPF

Endereço
AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260

Bairro
PONTAL DA BARRA

Município
Maceió

CEP
57.010-900

UF
AL

Tipo de Atividade do Notificado

Criador Científico de fauna silvestre para fins de conservação.

Descrição da Ocorrência/Exigência

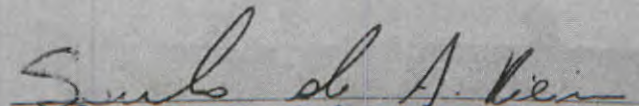
Apresentar os seguintes documentos: - Licença ambiental do "Criadouro Conservacionista Braskem"; - Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF/AIDA) do responsável técnico pelo empreendimento; - Relatório conclusivo do quantitativo de espécimes da espécie *Dasyprocta agouti* (Cutia) do Criadouro.

O notificado deverá atender esta notificação no prazo de 15 dias, a contar da data de emissão desta notificação para: regularizar, corrigir, prestar esclarecimentos ou apresentar documento(s) sobre o(s) fato(s) descrito(s) acima. O não cumprimento poderá constituir crime em desobediência ao artigo 330 do Decreto-Lei nº 2848/40 (Código Penal) e de infração contra a Administração Ambiental conforme legislação vigente.

Cod. Unidade 10176 Unidade IBAMA Divisão Técnico Ambiental - AL

Endereço
Av. Fernandes Lima nº 4.023, Maceió- AL

Vencimento
18/02/2020


Assinatura do Autuado (ou seu representante)

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
531533	03/01/2020	03/01/2020	03/04/2020

Dados básicos:

CNPJ : 42.150.391/0022-03
Razão Social : BRASKEM S.A. - CLORO SODA
Nome fantasia : BRASKEM S.A.
Data de abertura : 02/06/2004

Endereço:

logradouro: AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND
N.º: 5260 Complemento:
Bairro: PONTAL DA BARRA Município: MACEIO
CEP: 57010-900 UF: AL

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
21-56	Criação científica de fauna silvestre para fins de conservação - Instrução Normativa IBAMA Nº 7/2015: art. 3º, V
21-62	Manutenção de área passível de Ato Declaratório Ambiental - Lei nº 6.938/1981: art. 17-O
21-3	Utilização técnica de substâncias controladas - Protocolo de Montreal
15-1	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos
17-4	Destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas
17-59	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos - Lei nº 12.305/2010: art. 13, I,f,k (resíduos industriais; resíduos de mineração)
17-58	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos - Lei nº 12.305/2010: art. 3º, VIII (aterro industrial)
17-60	Tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos - Lei nº 12.305/2010: art. 3º, XIV (reciclagem; compostagem)
18-5	Depósitos de produtos químicos e produtos perigosos
18-3	Marinas, portos e aeroportos
18-4	Terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	6PM2ZAWATGQ6YN6W
------------------------------	------------------

EM BRANCO



Autorização de Manejo Precária da Fauna Silvestre Nº 452375

Unidade Emissora: IBAMA

Válida por 180 dias. Haverá prorrogação automática desta AM (Autorização de Manejo) até que ocorra a análise do órgão ambiental competente, em conformidade com o Art. 17 da Instrução Normativa Ibama 07/2015. Em caso de deferimento, a AM precária será substituída pela AM definitiva.

FICA AUTORIZADO O USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE NAS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO ABAIXO DESCRITO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO E DOCUMENTAÇÕES APRESENTADOS E APROVADOS.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 - Empreendimento:	Criadouro Conservacionista Braskem		
1.2 - Empreendedor:	BRASKEM S.A. - CLORO SODA		
1.3 - CPF/CNPJ:	42150391002203	1.4 - CTF Nº:	531533

2 - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

2.1 - Categoria:	20.46 - criação científica de fauna silvestre para fins de conservação		
2.2 - Espécie(s):	(Em anexo)	2.3 - Condicionantes:	(Em anexo)

3 - ENDEREÇO

3.1 - Endereço:	Avenida Assis Chateaubriand, 5260		
3.2 - Bairro:	Pontal da Barra		
3.3 - Município/UF:	Maceió		

Data de Emissão 11/02/2020



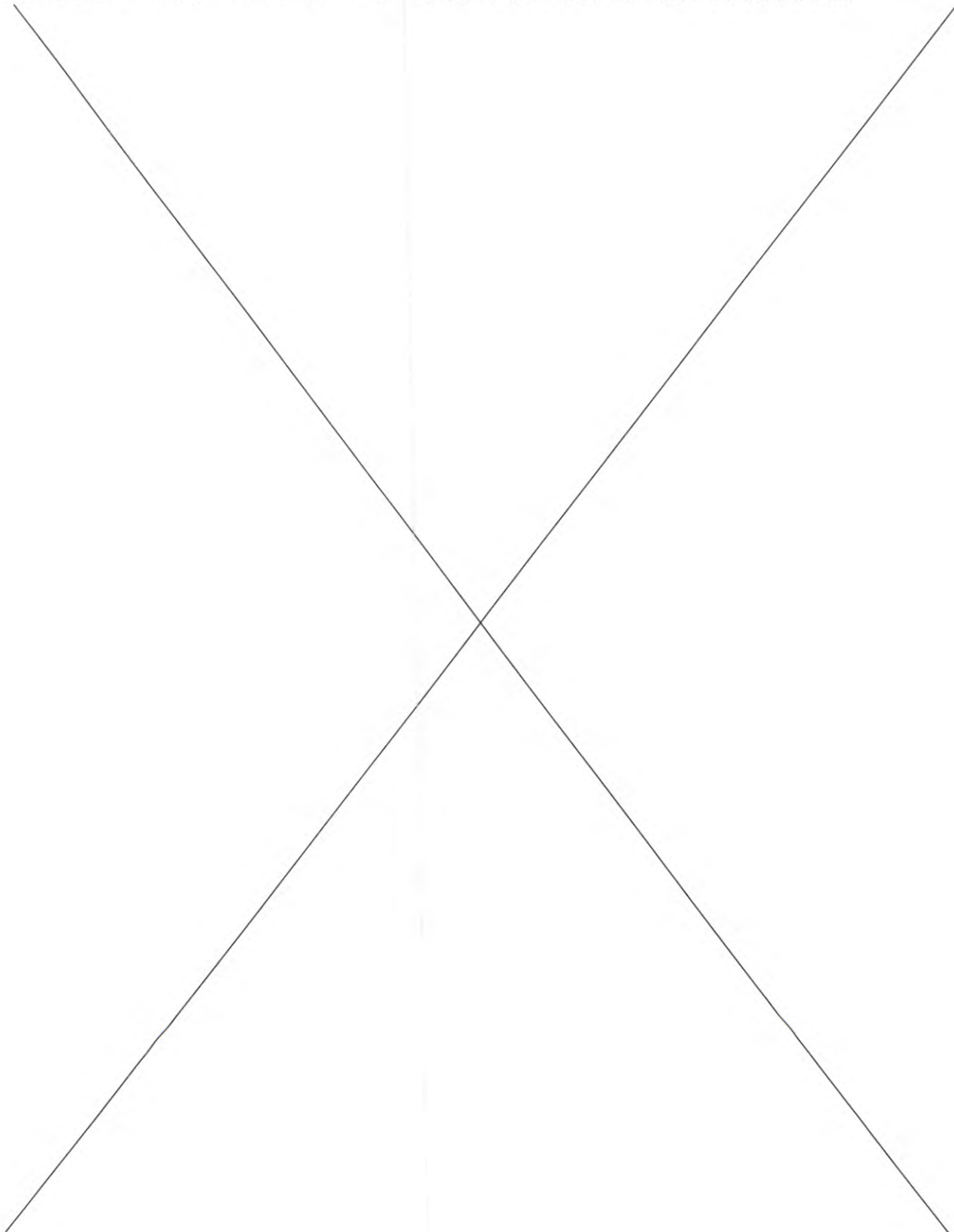
EM BRANCO



ESPÉCIE(S):

1 - *Caiman latirostris*, 2 - *Cebus apella*, 3 - *Dasyprocta agouti*, 4 - *Nasua nasua*, 5 - *Rhea americana*. #

#####



EM BRANCO



CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DA FAUNA SILVESTRE

1. Quaisquer alterações quanto à documentação/projeto do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.
2. Em caso de ampliação das instalações ou de inclusão de nova espécie da fauna silvestre no plantel do empreendimento, o interessado deverá solicitar outra autorização prévia e autorização de instalação.
 - 2.1- Ao concluir as novas obras conforme planta aprovada, deverá ser solicitada vistoria dos recintos e inclusão da nova espécie na autorização de manejo da fauna silvestre já emitida.
 - 2.2- Em caso de exclusão de espécie já autorizada, o interessado deverá comunicar ao Ibama, que providenciará a retirada da espécie da autorização de manejo da fauna silvestre silvestre já emitida.
3. O desligamento do responsável técnico deverá ser oficializado ao Ibama, devendo o empreendedor apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do desligamento, cópia do contrato de assistência profissional ou da Anotação de Responsabilidade Técnica do novo técnico.
4. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:
 - 4.1- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou norma legal;
 - 4.2- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização; ou
 - 4.3- Superveniência de graves riscos ambientais e da saúde pública.
5. O Ibama e os órgãos ambientais estadual, distrital ou municipal deverão ser comunicados, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
6. Os custos de construção, manutenção das instalações, manejo e alimentação dos espécimes da fauna silvestre serão de total responsabilidade do empreendedor, sem ônus de suas atividades ao Ibama.
7. A soltura, introdução, reintrodução ou translocação de espécimes da fauna silvestre na natureza, por pessoa física ou jurídica, somente poderá ocorrer mediante anuência do Ibama, desde que previsto em plano de manejo de fauna ou projeto de pesquisa aprovado e em concordância com norma específica.
8. Espécimes da fauna silvestre exótica ou híbridos de qualquer natureza não poderão, sob hipótese alguma, serem destinados para soltura.

EM BRANCO



AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DA FAUNA SILVESTRE Nº 2704.4873/2011-AL

UNIDADE EMISSORA OU CONVENIADA

SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM MACEIÓ (AL)

FICA AUTORIZADO USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE DAS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO ABAIXO DESCRITO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DA DOCUMENTAÇÃO/ PROJETO APRESENTADA E APROVADA.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 - Empreendimento:	CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM		
1.2 - Empreendedor:	BRASKEM S.A. - CLORO SODA		
1.3 - C.P.F/C.N.P.J:	42.150.391/0022-03	1.4 - CTF Nº:	531533

2 - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

2.1 - Categoria:	20.11 - CRIADOR CONSERVACIONISTA DE FAUNA SILVESTRE NATIVA		
2.2 - SubCategoria:	-----		
2.3 - Finalidade:	-----		
2.4 - Espécie(s):	(Em anexo)	2.5 - Condicionantes:	(Em anexo)

3 - ENDEREÇO

3.1 - Endereço:	Av. Assis Chateaubriand, 5260		
3.2 - Bairro:	Pontal da Barra		
3.3 - Município/UF:	MACEIO/AL		

DATA DO DEFERIMENTO DA AM: 09/06/2011

SITUAÇÃO DA AM: Regular no Sisfauna 1.0



Autorização de Uso e Manejo Nº 2704.4873/2011-AL - Pág 1/3

EM BRANCO



ESPÉCIE(S):

Caiman latirostris, Cebus apella, Cerdocyon thous, Dasypsecta agouti, Geochelone carbonaria, Nasua nasua, Rhea americana. #####
#####





CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DA FAUNA SILVESTRE

1. Quaisquer alterações quanto à documentação/projeto do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.
2. Em caso de ampliação das instalações ou de inclusão de nova espécie da fauna silvestre no plantel do empreendimento, o interessado deverá solicitar outra autorização prévia e autorização de instalação.
 - 2.1- Ao concluir as novas obras conforme planta aprovada, deverá ser solicitada vistoria dos recintos e inclusão da nova espécie na autorização de manejo da fauna silvestre já emitida.
 - 2.2- Em caso de exclusão de espécie já autorizada, o interessado deverá comunicar ao Ibama, que providenciará a retirada da espécie da autorização de manejo da fauna silvestre silvestre já emitida.
3. O desligamento do responsável técnico deverá ser oficializado ao Ibama, devendo o empreendedor apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do desligamento, cópia do contrato de assistência profissional ou da Anotação de Responsabilidade Técnica do novo técnico.
4. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:
 - 4.1- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou norma legal;
 - 4.2- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização; ou
 - 4.3- Superveniência de graves riscos ambientais e da saúde pública.
5. O Ibama e os órgãos ambientais estadual, distrital ou municipal deverão ser comunicados, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
6. Os custos de construção, manutenção das instalações, manejo e alimentação dos espécimes da fauna silvestre serão de total responsabilidade do empreendedor, sem ônus de suas atividades ao Ibama.
7. A soltura, introdução, reintrodução ou translocação de espécimes da fauna silvestre na natureza, por pessoa física ou jurídica, somente poderá ocorrer mediante anuência do Ibama, desde que previsto em plano de manejo de fauna ou projeto de pesquisa aprovado e em concordância com norma específica.
8. Espécimes da fauna silvestre exótica ou híbridos de qualquer natureza não poderão, sob hipótese alguma, serem destinados para soltura.



Licença Ambiental



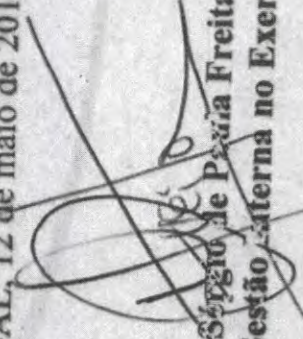
Licença de Operação N° 214/2016

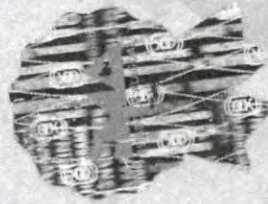
Validade: 12.05.2026

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA/AL, expede a presente Licença de Operação n° 214/2016 - IMA/GELIC, que renova a LO n° 139/2010, com base na Resolução Normativa n° 05/2004, de 22 de Janeiro de 2004, do CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - CEPRAM que concedeu quando a primeira LO, por meio da qual autoriza a operação /funcionamento da BRASKEM S.A - Unidade Cloro Soda, inscrita no CNPJ n° 42.150.391/0022-03, localizada no Av. Assis Chateaubriand, n° 5.260, Pontal da Barra, Maceió - Alagoas, para a fábrica de soda caustica, cloro, Dicloetano e Terminal Marítimo.

Esta Licença de Operação é válida até 12 de maio de 2026 e esta condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam no verso desta licença e dos demais anexos constantes do Processo IMA n° 4903-6636/2015 (Parecer Técnico IMA/GELIC N° 223/2016). Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações.

Maceió-AL, 12 de maio de 2016.



Ricardo Sérgio de Paula Freitas
Assessor Executivo de Gestão -terna no Exercício da Presidência



Liberação e Licença de Operação com as seguintes condições:

1. A Renovação da Licença de Operação deverá ser solicitada 120 dias antes do seu vencimento conforme a Lei estadual 6.787/06;
2. Apresentar anualmente Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA devidamente preenchido de acordo com a Lei estadual 6.787/06;
3. Apresentar anualmente em conjunto com RADA, o andamento das melhorias referentes à impermeabilização da área dos tanques de armazenamento de ácido sulfúrico, e direcionamento dos diques de contenção da área de DCE;
4. Manter atualizado o Ato de Vistoria do Corpo de Bombeiros no local;
5. Apresentar anualmente, relatório de acompanhamento de remediação do aquífero;
6. Apresentar no relatório de automonitoramento, inventário de resíduos gerados no período, incluindo os resíduos gerados dos serviços de saúde, como também os certificados de destinação final ambientalmente correto;
7. Apresentar o relatório de inspeção das três caldeiras bianualmente;
8. Os relatórios de automonitoramento deverão ser enviados ao IMA mensalmente contendo:
 - Volume de água extraída do aquífero a respectiva concentração de 1,2 DCE;
 - Resultados analíticos dos seguintes parâmetros para efluente descartado no oceano (ponto 5) de acordo com a Resolução CONAMA 430/11:
 - a) pH;
 - b) Temperatura;
 - c) Material Sedimentado;
 - d) Cloro total (Deverá ser realizado e apresentado quando no monitoramento oceanográfico);
 - e) Cloro residual total (combinado + livre);
 - f) Óleos e graxas (óleos minerais);
 - g) Salinidade (Deverá ser realizado e apresentado quando no monitoramento oceanográfico);
 - h) Parâmetros inorgânicos:
 - Ferro dissolvido;
 - i) Parâmetros Orgânicos:
 - 1,2-Dicloroetano;
 - Dicloroetano (isômeros de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans);
 - Tricloroetano.
 - Detecção, registros e tratativas quando da presença de gás cloro.
9. Realizar a cada dois anos campanhas de monitoramento do mar (área de influência do descarte através do emissário da BRASKEM) e no complexo lagunar Mundat-Mangaba, apresentando relatório em até 120 dias após a realização das mesmas;
10. Apresentar em um prazo de até 180 dias, a contar da data de recebimento desta Licença de Operação, uma proposta de um padrão de lançamento de efluentes líquidos para a substância 1,2-dicloroetano, fundamentada em estudo técnico. Em caso de aprovação por parte do IMA após apreciação do estudo, esta licença de operação deverá ser revisada para incluir uma condicionante estabelecendo este padrão;
11. Apresentar a cada dois anos, relatório das análises com os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas, de acordo com a Resolução CONAMA 436/2011;
12. A unidade de incineração deverá funcionar dentro dos parâmetros apresentados no último teste de queima e de acordo com a Resolução CONAMA 316/2002;
13. Apresentar o teste de queima a cada 2 anos ou em caso de mudança no resíduo a ser queimado de acordo com a Resolução CONAMA 316/2002;
14. Todos os resíduos submetidos ao tratamento térmico deverão seguir o disposto na Resolução CONAMA 316/02;
15. Todos os resíduos devem ser classificados de acordo com a ABNT NBR 10.004;
16. Todos os resíduos devem ser armazenados e destinados de acordo com a Resolução CONAMA 313/02;
17. Os resíduos de serviços de saúde devem ser manipulados e armazenados de acordo com o PGRSS, e tratados e dispostos de acordo com a Resolução CONAMA 358/05;
18. Operar o sistema de acordo com as informações apresentadas ao IMA, devendo qualquer alteração ter prévia comunicação ao Órgão Ambiental;
19. Não é permitido lançamento de quaisquer efluentes líquidos, resíduos sólidos ou emissões atmosféricas que não atendam aos padrões estabelecidos na legislação ambiental vigente;
20. Quaisquer acidentes que venham a trazer danos ao meio ambiente serão de inteira responsabilidade da BRASKEM, devendo as ocorrências serem comunicadas de imediato ao IMA/AL;
21. Qualquer alteração no empreendimento deverá ser comunicada ao IMA com 30 (trinta) dias de antecedência, o qual julgará a necessidade ou não de nova análise ambiental.

Maceió(AL), 12 de maio de 2016.


Gustavo Ressurreição Lopes
Diretor Presidente
IMA/AL

Maceió, 03 de Setembro de 2019
GSSMA 076/2019

Ilmo. Sr.
Mário Daniel Sarmiento de Moraes
Superintendente do IBAMA Alagoas
Avenida Fernandes Lima, 4023 – Gruta de Lourdes, Maceió – AL, 57057-000

Assunto: Resposta à Solicitação de Criação de Recinto para as Cutias

Prezado Senhor,

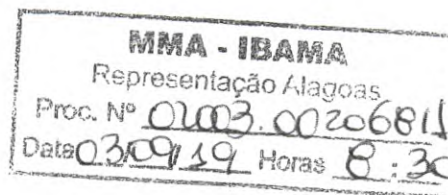
A BRASKEM (CNPJ: 42.150.391/0022-03) entrega o presente relatório com o objetivo de informar ao IBAMA a situação das Cutias (*Dasyprocta agouti*) localizadas na Estação Ambiental Braskem – Cinturão Verde e em resposta à solicitação de criação de recinto específico para estas.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


P/ Paulo Marcio Tibana
Gerente de Produção CS1AL

EMBRANCO



Maceió, 03 de Setembro de 2019
GSSMA 076/2019

Ilmo. Sr.
Mário Daniel Sarmento de Moraes
Superintendente do IBAMA Alagoas
Avenida Fernandes Lima, 4023 – Gruta de Lourdes, Maceió – AL, 57057-000

Assunto: Resposta à Solicitação de Criação de Recinto para as Cutias

Prezado Senhor,

A BRASKEM (CNPJ: 42.150.391/0022-03) entrega o presente relatório com o objetivo de informar ao IBAMA a situação das Cutias (*Dasyprocta agouti*) localizadas na Estação Ambiental Braskem – Cinturão Verde e em resposta à solicitação de criação de recinto específico para estas.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

p/ **Paulo Marcio Tibana**
Gerente de Produção CS1AL

EN BRANCO

Maceió, 25 de novembro de 2019

GSSMA 101/2019

Ilmo. Sr.

Mário Daniel Sarmento de Moraes

Superintendente do IBAMA Alagoas

Avenida Fernandes Lima, 4023 – Gruta de Lourdes, Maceió – AL, 57057-000

Assunto: Atualização de Cadastro do SISFAUNA - Comunicação de Óbito

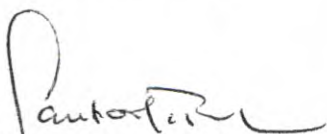
Prezado Senhor,

Informamos que não foi possível a conclusão do recadastramento do Criadouro Conservacionista da Braskem (CNPJ: 42.150.391/0022-03) no site www.ibama.gov.br, devido à impossibilidade de inserção dos óbitos de 2 jacarés. Ao inserir esta informação, uma mensagem de erro surge na tela impedindo a conclusão do registro.

Assim, enviamos anexos a esse protocolo os Laudos de Necropsia, constando todas as informações pertinentes para registro.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Paulo Marcio Tibana
Gerente de Produção CS1AL

EM BRANCO



Recb. em 22/01/2020

Marciano

IBAMA - SUPERINTENDÊNCIA
EM ALAGOAS
Fernandes Lima, 4023
Gruta de Lourdes - CEP 57052-405
Maceió/AL

Maceió, 20 de janeiro de 2020

GSSMA 008/2020

Ilmo. Sr.

Mário Daniel Sarmiento de Moraes

Superintendente do IBAMA Alagoas

Avenida Fernandes Lima, 4023 – Gruta de Lourdes, Maceió – AL, 57057-000

Assunto: Atualização de Cadastro do SISFAUNA

Prezado Senhor,

Informamos que diante da impossibilidade de atualização do plantel de animais do Criadouro Conservacionista da Braskem (CNPJ: 42.150.391/0022-03) no sistema SISFAUNA, ocorrência esta já comunicada ao órgão através dos processos 02003.001794/19-42 e 02003.003045/19-50, entregues em 12/08/2019 e 03/12/2019 respectivamente, enviamos anexo relatório atualizado referente ao período Agosto/2019 a Janeiro/2020.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Paulo Marcio Tibana
Gerente de Produção CS1AL

EN BRANCO

CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM S. A.

CERTIFICADO DE REGISTRO/IBAMA No. 531533

RELATÓRIO: AGOSTO 2019/JANEIRO/2020

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	ESTOQUE ANTERIOR				OCORRÊNCIAS							ESTOQUE ATUAL			
		M	F	I	T	A	N	T	O	R	E		M	F	I	T
<i>Rhea americana</i>	Ema	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
<i>Caiman latirostris</i>	Jacaré	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-	03
<i>Cebus apella</i>	Macaco prego	01	02	-	03	-	-	-	-	-	-	01	02	-	-	03
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	01	17		18	-	01	-	-	-	-	02	18			20

LEGENDA:

M: macho	E: evasão	A: aquisição	N: nascimento	R: repovoamento
F: fêmea	T: total	I: indeterminado	T: transferência	O: óbito

EM BRANCO

CENSO DE ANIMAIS:

Mamíferos: 23

Aves: 01

Répteis: 03

TOTAL DE ANIMAIS: 27 animais silvestres

SISTEMA DE MARCAÇÃO

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	MARCAÇÃO ATUAL	SEXO
EMA	<i>Rhea americana</i>	934000011723788	F
JACARÉ	<i>Caiman latirostris</i>	963000000427124	M
		963000000416226	M
		963000000419292	M
MACACO PREGO	<i>Cebus apella</i>	963000000421378	F
		963000000424343	F
		963000000393212	M
CUTIA	<i>Dasyprocta agouti</i>	934000011723785	F
		934000011723790	F
		934000011723782	F
		934000011726076	F
		934000011723786	F
		934000011723789	F

EM BRANCO

	934000011726078	F
	934000011726079	F
	934000011723784	F
	934000011726080	F
	934000011723781	F
	934000011726077	M
	934000011723787	F
	934000011723783	F
	934000011723757	F
	934000011723760	F
	934000011723759	F
	934000011723758	F
	934000011723761	F
	934000011723765	M

Maceió, 10 de fevereiro de 2020

Saulo de Andrade Vieira

Médico Veterinário- CRMV 623

Saulo de Andrade Vieira
Médico Veterinário
CRMV 623 *A. Vieira*

EN BRANCO



CRIADOURO CONSERVACIONISTA/BRASKEM

CERTIFICADO DE REGISTRO/IBAMA No. 531533

RELATÓRIO PARCIAL 2018: Período: JANEIRO A MARÇO

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	ESTOQUE ANTERIOR				OCORRÊNCIAS						ESTOQUE ATUAL			
		M	F	I	T	A	N	T	O	R	E	M	F	I	T
<i>Rhea americana</i>	Ema	-	03	-	03	-	-	-	-	-	2	-	1	-	01
<i>Caiman latirostris</i>	Jacaré	04	01	-	05	-	-	-	2	-	-	03	-	-	03
<i>Cebus apella</i>	Macaco prego	03	01	-	04	-	-	-	1	-	-	01	02	-	03
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA:

M: macho	E: evasão	A: aquisição	N: nascimento	R: repovoamento
F: fêmea	T: total	I: indeterminado	T: transferência	O: óbito

EM BRANCO

CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM S. A.

CERTIFICADO DE REGISTRO/IBAMA No. 531533

RELATÓRIO: MARÇO 2018/DEZEMBRO /2018

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	ESTOQUE ANTERIOR				OCORRÊNCIAS							ESTOQUE ATUAL			
		M	F	I	T	A N T O R E							M	F	I	T
<i>Rhea americana</i>	Ema	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	
<i>Caimam latirostris</i>	Jacaré	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	03	
<i>Cebus apella</i>	Macaco prego	01	02	-	03	-	-	-	-	-	-	01	02	-	03	
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	01	13		14	-	-	-	-	-	-	01	13		14	

LEGENDA:

M: macho	E: evasão	A: aquisição	N: nascimento	R: repovoamento
F: fêmea	T: total	I: indeterminado	T: transferência	O: óbito

CENSO DE ANIMAIS:

Mamíferos: 17

Aves: 01

Répteis: 03

TOTAL DE ANIMAIS: 21 animais silvestres

EMBRANCH

CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM S. A.

CERTIFICADO DE REGISTRO/IBAMA No. 531533

RELATÓRIO: JANEIRO 2019/JULHO/2019

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	ESTOQUE ANTERIOR				OCORRÊNCIAS						ESTOQUE ATUAL			
		M	F	I	T	A N T O R E						M	F	I	T
<i>Rhea americana</i>	Ema	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
<i>Caimam latirostris</i>	Jacaré	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	03
<i>Cebus apella</i>	Macaco prego	01	02	-	03	-	-	-	-	-	-	01	02	-	03
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	01	13		14	-	-	-	-	-	-	01	17		18

LEGENDA:

M: macho	E: evasão	A: aquisição	N: nascimento	R: repovoamento
F: fêmea	T: total	I: indeterminado	T: transferência	O: óbito

CENSO DE ANIMAIS:

Mamíferos: 21

Aves: 01

Répteis: 03

TOTAL DE ANIMAIS: 25 animais silvestres

SISTEMA DE MARCAÇÃO

EM BRANCO

CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM S. A.

CERTIFICADO DE REGISTRO/IBAMA No. 531533

RELATÓRIO: AGOSTO 2019/JANEIRO/2020

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	ESTOQUE ANTERIOR				OCORRÊNCIAS						ESTOQUE ATUAL			
		M	F	I	T	A	N	T	O	R	E	M	F	I	T
<i>Rhea americana</i>	Ema	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
<i>Caiman latirostris</i>	Jacaré	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	03
<i>Cebus apella</i>	Macaco prego	01	02	-	03	-	-	-	-	-	-	01	02	-	03
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	01	17		18	-	-	-	-	-	-	01	18		19

LEGENDA:

M: macho	E: evasão	A: aquisição	N: nascimento	R: repovoamento
F: fêmea	T: total	I: indeterminado	T: transferência	O: óbito

EM BRANCO

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (Braskem), sociedade empresária com sede na Rua Etenio, 1.561 - Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.150.391/0001-70, por seu advogado que ao final subscreve, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue.

Conforme divulgado por meio da Portaria Normativa nº 9, de 24 de abril de 2017 ("Portaria"), bem como informado previamente por diversos funcionários desse DD. Órgão, o IBAMA estabeleceu e padronizou os procedimentos do processo eletrônico e gestão de documentos, processos e arquivo pelo Sistema Eletrônico de Informações ("SEI").

Conforme determinado pela Portaria, o acesso ao sistema SEI se dá por meio do credenciamento pessoal a partir de solicitação efetuada no sítio eletrônico do IBAMA. Assim que criado o login, é necessária prévia aprovação por parte deste Órgão para liberação dos serviços disponíveis no SEI, como o acesso a determinado processo administrativo.

Nesse contexto, cumpre esclarecer que em junho de 2017 foi concedido acesso ao login do advogado Rafael Dias Gil (OAB/SP nº 400.069), por meio do e-mail "rafael.gil@trenchrossi.com" pelo Núcleo Técnico Setorial de Instrução Processual de Autos de Infração ("NUIP") de São Paulo, viabilizando a disponibilização de processos administrativos na plataforma online.

Diante da impossibilidade de obtenção de informações a respeito da disponibilização do referido processo, cabe elucidar que, de acordo com os princípios da ampla defesa, do contraditório e da celeridade processual, seria necessária a disponibilização do processo o quanto antes, tendo em vista que a utilização da plataforma SEI é a única maneira de estar a par de todas as movimentações relevantes no âmbito do procedimento em questão e manter seu acompanhamento.

Diante do exposto acima, a Braskem, vem, respeitosamente, requerer a disponibilização do processo administrativo em epígrafe no login supracitado cadastrado na plataforma do SEI IBAMA pelo prazo de 1 (um) ano.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 12 de maio de 2020.



Rafael Dias Gil

OAB/SP nº 400.069



Anexo 1

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

01. N DO DOCUMENTO/PROCESSO 02003.000526/2020-47

A - IDENTIFICAÇÃO

02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL		
03. CARTEIRA DE IDENTIDADE	04. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	05. CPF
06. EMPRESA		07. CNPJ
08. ENDEREÇO		
09. TELEFONE (DDD-NÚMERO)	10. FAX (DDD-NÚMERO)	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO

B- AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO)

12. NOME DO(A) AUTORIZADO(A) Rafael Dias Gil		
13. CARTEIRA DE IDENTIDADE 43.397.951-3	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF SSP/SP	15. CPF 423.514.848-60
16. ENDEREÇO Rua Arquiteto Olavo Redig de Campo, 105, Torre A		
17. TELEFONE (DDD-NÚMERO) (11) 3048-6800	18. FAX (DDD-NÚMERO)	19. ENDEREÇO ELETRÔNICO

C- TIPO DE SOLICITAÇÃO

- () VISTADO DOCUMENTO/PROCESSO () CÓPIA EM CD-ROM
() CÓPIA IMPRESSA () CÓPIA FOTOGRÁFICA
(X) ACESSO EXTERNO DE USUÁRIO POR 365 DIAS (ATÉ 365 DIAS).

D- EXTENSÃO DA CÓPIA

- (X) CÓPIA INTEGRAL () CÓPIA PARCIAL _____ FOLHAS Nº

E- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IMPORTANTE

- Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
- No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
- Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
- Anexar Atos Administrativos correspondentes
- A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União – (GRU). A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

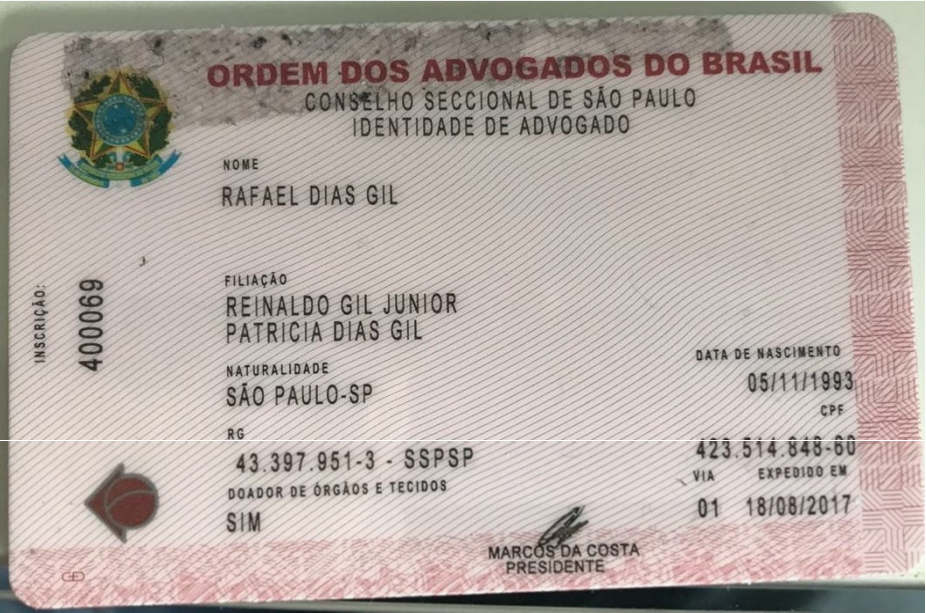
São Paulo, SP

LOCAL

12/05/2020

DATA

ASSINATURA DO(A) INTERESSADO (A)





DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2016 - ANO C - Nº 21.940

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Braskem

BRASKEM S.A.

Companhia Aberta
C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 2930006939

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 06.04.2016

1. **DATA E HORA:** 06.04.2016, às 10:00 hs. 2. **LOCAL:** sede social, localizada na Rua Eleno nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari, CEP: 42.810-000, Município de Camaçari, Estado da Bahia. 3. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, conforme o art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), no "Diário Oficial do Estado da Bahia" nas edições dos dias 05, 08 e 09 de março de 2016 e no Jornal "O Correo da Bahia" nas edições dos dias 05, 06 e 07 de março de 2016. 4. **PUBLICAÇÕES:** dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o "caput" do art. 133 da LSA tendo em vista a publicação, no prazo legal, dos documentos ali referidos, a saber: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31.12.2015, acompanhadas das Notas Explicativas da Administração e Parecer da KPMG Auditores Independentes, no jornal "O Correo da Bahia" e no "Diário Oficial do Estado da Bahia" nas edições do dia 25 de fevereiro de 2016. 5. **PRESENCAS:** Acionistas representando mais de 97% do capital votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo e apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Presentes, ainda: (i) para os fins do disposto na LSA em seu art. 134, parágrafo 1º, o Sr. Marcelo Cerqueira, representante da administração da Companhia, e o Sr. Anselmo Neves Macedo, inscrito no CRC sob nº 1SP160482/O-6, representante da KPMG Auditores Independentes; e (ii) em observância aos termos do art. 164 da LSA, o Sr. Ismael Campos de Abreu, membro do Conselho Fiscal da Companhia. Registrada, ainda, a presença de acionistas representando mais de 57% das ações preferenciais, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". 6. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Monique Mesquita Mavignier de Lima e Secretária: Alessandra Orduña Arapei, escolhidas na forma prevista no §3º do art. 16 do Estatuto Social. 7. **PARERE DO CONSELHO FISCAL:** O Conselho Fiscal da Companhia, em Parecer emitido em 17 de fevereiro de 2016, opinou favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e respectivo Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015. 8. **ORDEM DO DIA:** I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 01) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras, contendo Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015, acompanhados do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 02) Exame, discussão e votação da proposta de Orçamento de Capital; 3) Exame, discussão e votação da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2015, incluindo a distribuição de dividendos; 04) Eleição dos membros do Conselho de Administração; 05) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; 06) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 07) Fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; e II) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 01) alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir a conversão de ações e proceder à sua consolidação. 9. **DELIBERAÇÕES:** Por proposta do Presidente, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se referem estas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da LSA. As matérias constantes da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: 9.1. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 9.1.1) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - aprovados,** sem reservas ou ressalvas, por unanimidade, incluindo a abstenção de voto dos legalmente impedidos, o Relatório da Administração, as Contas da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015, contendo os pareceres a respeito emitidos pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal; 9.1.2) **ORÇAMENTO DE CAPITAL - aprovado** por unanimidade o Orçamento de Capital, na forma proposta pela administração da Companhia; 9.1.3) **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2015 - aprovada** por unanimidade a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2015, no valor total de R\$ 3.140.311.007,42, acrescido da realização da indexação adicional do imobilizado, realização do custo atribuído de controlada em conjunto e de dividendos prescritos, perfazendo o valor total de R\$ 3.168.992.472,76, da seguinte forma: a) R\$ 158.449.623,64 para a Reserva Legal; b) R\$ 1.000.000.000,00 para pagamento de dividendos, o que corresponde a 32% do lucro líquido ajustado para o cálculo dos dividendos, distribuídos da seguinte forma: o valor bruto de (i) R\$ 1.256.718.571,41 (um real, vinte e cinco centavos e fração) por ação ordinária ou preferencial classe "A"; (ii) R\$ 0.606.249.993 (sessenta centavos e fração) por ação preferencial classe "B"; (iii) de R\$ 2.513.436.714,82 (dois reais, cinquenta e um centavos e fração) por "American Depositary Receipt" (ADR); e c) R\$ 2.010.542.849,12 retidos, conforme justificativas constantes do Orçamento de Capital, elaborado nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, aprovado no item 9.1.2 acima. Os dividendos são declarados nesta data e serão pagos a partir do dia 15 de abril de 2016, conforme Aviso aos Acionistas que será oportunamente publicado pela Companhia; 9.1.4) **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - consignada** a ausência de pedido de voto múltiplo por parte de acionistas, foram reeleitos e eleitos, conforme o caso, por unanimidade, a chapa composta pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores do exercício social a findar-se em 31.12.2017, como titulares: **NEWTON SERGIO DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.604.882-5 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.214.417-04, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MARCELA APARECIDA DREHMER ANDRADE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 03.797.428-96 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 515.029.505-10, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **DANIEL BEZERRA VILLAR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 093701548 IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.449.667-67, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUIS DE MENDONÇA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.445.472-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.523.448-36, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 0082595458 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.495.905-72, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Samuel Morse, 134, 7º Andar - Conj. 73, Bairro Cidade Monções, CEP 04576-060 - São Paulo, SP; **ALFREDO LISBOA RIBEIRO TELLECHEA**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.015.637.055 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.191.810-34, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, com endereço comercial na Av. Soledade, nº 550/201, Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-340; **ANTONIO BRITTO FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, jornalista, portador da Carteira de Identidade RG nº 53.154.467-9 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 149.090.140-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo na Rua Verbo Divino, nº 1.488, conj. 7A, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04719-904; **ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.793.534-3, IPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 352.749.567-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro com endereço na Rua Redentor, 238, apto. 201, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22421-030; **EDSON CHIL NOBRE**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 05300593, expedida pelo Conselho Regional de Química, e inscrito no CPF/MF sob o nº 163.808.519-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Oswaldo Cruz, 149, apto. 1005, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-060; **JOÃO CARLOS TRIGO DE LOUREIRO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2696865 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 245.706.997-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030 e **ANTONIO APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.179.862, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 370.844.456-88, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; e como respectivos membros suplentes: **MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 71229, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.505.961-34, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MAURO MOTTA FIGUEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 11.335.092-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.134.858-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **CARLA GOUVEIA BARRETTO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 03.191.314-83 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 617.162.195-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUCIANO DEQUECH**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.493.748-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 280.029.928-22, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 13º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **TICIANA VAZ SAMPAIO MARIANETTI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira civil, portadora da Carteira de Identidade RG nº 04.835.223-33 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 544.408.075-34, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MONICA BAHIA ODEBRECHT**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 11436 e inscrita no CPF/MF sob o nº 541.080.715-49, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **JOSÉ DE FREITAS**

MASCARENHAS, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 00356.697 80 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.630.535-00, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço comercial na Av. Luis Viana Filho, nº 2841, Paralela, Salvador/BA, CEP 41.730-900, **ARÃO DIAS TISSER**, brasileiro, solteiro, nascido em 20.07.1975, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº M-6.282.853, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 879.023.036-15, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **SERGIO BOTTINO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.732.446-4, Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.409.047-72, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 18º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **PAULO CEZAR FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 07.01.1959, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 05.182.114-8 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 773.774.277-87, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08012652-7, IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 825.822.207-44, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 9º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030. Tendo em vista o disposto no art. 19 do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos acionistas presentes, por unanimidade, a indicação para ocupar as funções de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, dos Srs. **NEWTON SERGIO DE SOUZA** e **ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO**. Os Conselheiros ora reeleitos e/ou eleitos tomam posse nesta data e declaram para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02 e 367, de 29.05.02 e ao Termo de Anuência dos Administradores às regras contidas no Regulamento de Listagem do Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A., declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das reeleições e eleições acima deliberadas, o Conselho de Administração passa a ter a seguinte composição: **TITULARES: NEWTON SERGIO DE SOUZA; MARCELA APARECIDA DREHMER ANDRADE; DANIEL BEZERRA VILLAR; LUIS DE MENDONÇA; ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO; ALFREDO LISBOA RIBEIRO TELLECHEA; ANTONIO BRITTO FILHO e ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO; EDSON CHIL NOBRE; JOÃO CARLOS TRIGO DE LOUREIRO e ANTONIO APARECIDA DE OLIVEIRA. RESPECTIVOS SUPLENTE: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; MAURO MOTTA FIGUEIRA; CARLA GOUVEIA BARRETTO; LUCIANO DEQUECH; TICIANA VAZ SAMPAIO MARIANETTI; MONICA BAHIA ODEBRECHT; JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS; ARÃO DIAS TISSER; SERGIO BOTTINO e PAULO CEZAR FERNANDES DA SILVA e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA MAGALHÃES. 9.1.5) ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL** - tendo em vista o disposto no art. 40 do Estatuto Social da Companhia e o parágrafo 4º do art. 161 da LSA, foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, os seguintes membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato de 1 (um) ano, iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores relativas ao exercício social a findar-se em 31.12.2016: (a) em votação em separado dos titulares de ações preferenciais, com 8.093.252 votos favoráveis, com 2.358.411 votos atribuídos por titulares de ações preferenciais a outros candidatos, 7.115.734 votos contra e 24.240.392 abstenções, o Sr. **MARCOS GALEAZZI ROSSET**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 6687857-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.216.238-70, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço residencial na Av. São Paulo Antigo, nº 500, apto. 132-A, Real Parque, Morumbi, CEP 05684-011, como membro titular e o Sr. **LUIS FERNANDO SACHET**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2908160-2 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.726.099-80, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC, com endereço comercial na Rua Prefeito Osmar Cunha, 183, edifício Ceisa Center, 8º andar, bloco B, CEP 88015-100; como respectivo membro suplente, e (b) por unanimidade pelas acionistas Odebrecht Serviços e Participações S/A, Odebrecht S/A e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionistas titulares de mais de 97% do capital votante, como membros titulares os Srs. **ISMAEL CAMPOS DE ABREU**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de identidade RG nº 00716820 90 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 075434415-00, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço comercial na Al. das Catabas, nº 180, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-440; **ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 923.502-ES SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.525.087-94, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 10º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 06158889-3, Detran/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 771.503.767-20, residente e domiciliado na Av. Otávio Mangabeira, nº 3801, apto. 903, Jardim Armação, Salvador/BA, CEP 41750-240; e **CRISTIANO GADELHA VIDAL CAMPELO**, brasileiro, solteiro, nascido em 03.08.1981, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 10854676, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.136.466-43, residente e domiciliado na Rua Assis Bueno, nº 11, apto. 502, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22280-080, e como respectivos membros suplentes os Srs. **IVAN SILVA DUARTE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, Portador da carteira de identidade RG nº 03732230 30 - SSP/BA inscrito no CPF/MF sob o nº 611242065-15, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço na Rua Waldemar Falcão, nº 870, apto. 1501, Torre "A", Horto Florestal, CEP 40295-010, Salvador/BA; **TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 0823710327 SSP BA e inscrita no CPF/MF sob o nº 951.929.135-00, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 10º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **HUBERT GEORG DEIERL**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 559177D, CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 549.964.227-34, residente e domiciliado na Av. República do Chile, nº 65, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912 e **EDUARDO SEIXAS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 10590490-8, IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 075.969.567-93, residente e domiciliado na Av. República do Chile, nº 65, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos ou reeleitos tomam posse nesta data, tendo apresentado, por escrito, declarações para os devidos fins de direito e efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03.01.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos da referida Instrução, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das reeleições e eleições acima deliberadas, o Conselho Fiscal passa a ter a seguinte composição: **TITULARES: ISMAEL CAMPOS DE ABREU; ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO; LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO, CRISTIANO GADELHA VIDAL CAMPELO e MARCOS GALEAZZI ROSSET. RESPECTIVOS SUPLENTE: IVAN SILVA DUARTE, TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO; HUBERT GEORG DEIERL, EDUARDO SEIXAS e LUIS FERNANDO SACHET. 9.1.6) REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - fixado**, por unanimidade, até ulterior deliberação, para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, o limite máximo global anual de R\$ 41.515.153,46 (quarenta e um milhões, quinhentos e quinze mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), valor este que inclui os benefícios e verbas de representação previstos no "caput" do art. 152 da LSA, e serão individualizados pelo Conselho de Administração, de acordo com o previsto nos arts. 25 e 26 "viii" do Estatuto Social da Companhia. 9.1.7) **REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL - estabelecido**, por unanimidade, que cada membro do Conselho Fiscal em exercício terá a remuneração de R\$ 10.905,00 (dez mil novecentos e cinco reais) mensais, ou o limite mínimo previsto no parágrafo 3º do art. 162 da LSA, o que for maior; 9.2) **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 9.2.1) ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL** - foi aprovada, por unanimidade, sem emendas ou ressalvas, (i) a alteração do artigo 4º do estatuto social da Companhia para refletir a conversão de ações de ações preferenciais classe "B" em ações preferenciais classe "A" exercida por acionistas minoritários, conforme faculdade estabelecida pelo artigo 6º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, passando o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: "O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.265.248 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.002.978 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duas mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais classe "A"; e 593.618 (quinhentas e noventa e três mil, seiscentas e dezoito) ações preferenciais classe "B"; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da deliberação ora aprovada, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar com a redação constante do Anexo II, documento este que, após examinado pelos presentes, foi rubricado pela secretária e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia rubricada pela secretária fica fazendo parte integrante da presente ata. 10. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerradas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, vai assinada pelos Acionistas que constituíram o quorum necessário para a validade das deliberações objeto destas Assembleias Gerais, tendo sido, por decisão dos mesmos, autorizada a extração das certidões necessárias pela Secretária das Assembleias. Camaçari/BA, 06 de abril de 2016. MESA: Monique Mesquita Mavignier de Lima - Presidente; Alessandra Orduña Arapei - Secretária; Confere com o original lavrado em livro próprio. Alessandra Orduña Arapei - Secretária. JUCB nº 97560808 em 08/05/2016. Protocolo: 16/899280-1, de 03/05/2016. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.

NOTA: AS AÇÕES NÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

mabrasca

ISE

LATIBEX

NÍVEL 1

BAK

BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

NOME, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º

A **BRASKEM S.A.**, companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da BM&FBovespa ("Regulamento").

Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 2º

São objetivos da Companhia:

- a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica;
- b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais;
- c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas;
- d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei nº. 6.404/76, na qualidade de sócia ou acionista; e

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo.

Artigo 3º

O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4º

O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.265.248 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.002.978 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duas mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais classe "A"; e 593.618 (quinhentas e noventa e três mil, seiscentas e dezoito) ações preferenciais classe "B".

Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social até que este atinja a quantidade total de 1.152.937.970 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, novecentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta) em ações, sendo 535.661.731 (quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentas e trinta e uma) em ações ordinárias, 616.682.421 (seiscentos e dezesseis milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, quatrocentas e vinte e uma) em ações preferenciais classe "A" e 593.818 (quinhentas e noventa e três mil, oitocentas e dezoito) em ações preferenciais classe "B", sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito não poderá ultrapassar o limite 2/3 do capital total da Companhia ("Capital Autorizado").

Parágrafo 2º - Poderá ser modificada a proporção anteriormente verificada entre o número de ações das diversas classes de ações preferenciais da Companhia, sendo dispensada a formalidade prevista no Artigo 136, §1º da Lei nº 6.404/76.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 5º

As ações preferenciais classe "B" serão sempre integralizadas com recursos previstos na legislação de incentivos fiscais aos empreendimentos do Nordeste.

Parágrafo Único - As ações integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do Artigo 3º do referido Decreto-Lei.

Artigo 6º

Todas as ações da Companhia são escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, sem emissão de certificados.

Parágrafo 1º - O custo do serviço de transferência de propriedade das ações, que for cobrado pela instituição financeira depositária, poderá vir a ser repassado ao acionista, conforme faculta o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto, fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais classe "B", uma vez esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "A" a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada uma ação preferencial classe "A".

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia farão jus ao direito de venda conjunta (tag along) no caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s), observado o disposto no Capítulo III deste Estatuto Social.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 7º

A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) a emissão, a quantidade, preço, tipos ou espécies e classes de ações a serem emitidas pela Companhia serão, conforme o caso, estabelecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sendo, nesta última hipótese, sempre observado o Capital Autorizado;
- b) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em Lei;
- c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, por ocasião de cada chamada de capital;
- d) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral;
- e) não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da Lei especial sobre incentivos fiscais (Artigo 172, parágrafo único, da lei nº 6.404/76); também não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer novas ações os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- f) sem prejuízo do disposto no parágrafo único abaixo, no exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações e/ou dos demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica assegurado aos acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem a subscrição, contado este prazo da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas;
- g) poderão ser emitidos bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração no limite do Capital Autorizado.

Parágrafo Único - Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o respectivo prazo, em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.

Artigo 8º

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º

As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, porém, dos seguintes privilégios:

a) as ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição, em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário, como definido na alínea "g" adiante, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. Esse dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração, na hipótese de distribuição de dividendos intermediários (Art. 44, parágrafo 4º), no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social:

b) as ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais referido na alínea "a" deste artigo;

c) depois de cumprido o disposto na alínea "a" deste artigo e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, conforme definido na alínea "g" adiante, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido na alínea "a" deste artigo;

d) somente as ações ordinárias e preferenciais classe "A" participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social;

e) às ações preferenciais classes "A" e "B" é assegurada a prioridade no reembolso do capital;

f) a integralização das ações subscritas pelo FINOR efetivar-se-á mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação da publicação, no Diário Oficial, da Certidão de arquivamento da Junta Comercial, referente ao arquivamento da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição;

g) o valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação.

Parágrafo Único - As ações preferenciais sem direito a voto com dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do § 1º, do art. 111, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III
DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA.

Artigo 10

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) desde já obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Artigo 11

Para os fins do previsto no artigo 10 acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, que retire do alienante a condição de controlador da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Parágrafo Único – Não obstante o disposto no artigo 11 acima, não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Artigo 12

O direito de venda conjunta previsto neste Capítulo III não se aplicará caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS PERMANENTES DA SOCIEDADE

Artigo 13

São Órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração;
- c) a Diretoria;
- d) o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 14

A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos quatro primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social; e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.



BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei.

Artigo 15

A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais.

Artigo 16

Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam mantidas em depósito na instituição financeira, indicada pela Companhia, até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

Parágrafo 1º - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Para fins do exercício do direito previsto no parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comprovar à Assembleia a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida pelo referido dispositivo durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral e estarão aptos a exercer o mencionado direito apenas com relação às ações que satisfizerem tal requisito.

Parágrafo 3º - Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral.

Artigo 17

Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;
- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiii) abaixo;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

CAPÍTULO VI
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 18

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Artigo 19

A Assembleia Geral deverá definir, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo substituí-los a qualquer tempo, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único - O cargo de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, salvo nas hipóteses e nos termos previstos pelo Regulamento.

Artigo 20

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Artigo 21

O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 22

Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente, a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Vice-Presidente. Na ausência e/ou impedimento temporários e

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

simultâneos do Presidente e do Vice Presidente, o Presidente indicará, entre os demais membros do Conselho, quem o substituirá na presidência do Conselho de Administração.

Artigo 23

No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Artigo 24

O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente cada 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo 1º - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações serão tomadas por maioria, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 25

A remuneração global anual dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

Artigo 26

Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;
- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (xviii) decidir sobre contratos, excetuados os de fornecimento de matéria-prima, entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de seus acionistas titulares de ações ordinárias, qualquer administrador da Companhia, da sua controladora ou de suas controladas, ou suas respectivas partes relacionadas, em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por exercício social;
- (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
- (xx) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;
- (xxi) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("commercial paper");
- (xxii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxiii) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;
- (xxiv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;
- (xxv) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;

- (xxvi) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxvii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (xxviii) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e
- (xxix) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

Artigo 27

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete:

- a) convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração; e
- b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Artigo 28

Ao Vice-Presidente ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar na forma do art. 22, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo de Presidente até a eleição de novo titular.

CAPÍTULO VII
DIRETORIA

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 29

A Diretoria é composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 30

O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Artigo 31

Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação, dentre os demais Diretores, de seu substituto, que acumulará as funções observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único – Nas ausências temporárias e impedimentos do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração designar o seu substituto.

Artigo 32

Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 33

Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

Artigo 34

Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- e) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.

Artigo 35

Compete aos demais Diretores a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no Artigo 37 deste Estatuto, compete a quaisquer 2 (dois) Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Artigo 36

É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por dois membros da Diretoria.

Parágrafo Único - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e a duração do mandato, o qual deverá ser limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, ou que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 37

Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 2 (dois) Diretores; ou
- b) um Diretor e um Procurador ou dois Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 36 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários e de certificação digital; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

Parágrafo 2º - Em casos especiais poderão ser outorgados a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 36 deste Estatuto.

Artigo 38

A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do art. 31, parágrafo único.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 39

É vedado à Diretoria:

- a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no País ou no Exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração;
- b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto às empresas controladas integrais, ou se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII

CONSELHO FISCAL

Artigo 40

O Conselho Fiscal, composto de até 5 (cinco) membros e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, funcionará de forma permanente, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger um membro e seu respectivo suplente. Igual direito ficará assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Artigo 41

O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 1º – Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do termo de anuência e/ou adesão às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Parágrafo 2º – No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

Artigo 42

Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a Lei.

CAPÍTULO IX

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 43

O exercício social se inicia em 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 44

Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados e da dedução para provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos administradores da Companhia por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurados os dividendos mínimos estabelecidos no artigo 9º, letra "c" deste Estatuto, às ações ordinárias.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Parágrafo 2º - Dos lucros líquidos verificados na forma da Lei, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal até que este atinja montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 3º - Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada:

- a) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais;
- b) se ainda houver remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Parágrafo 4º - Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos antecipados, observadas as disposições da lei, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "*ad-referendum*" da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral.

Parágrafo 6º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório, estabelecidos neste Estatuto Social em seu artigo 9º e no parágrafo 3º deste artigo 44, respectivamente.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 45

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o parágrafo 6º do Artigo 44, atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO X

ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 46

Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

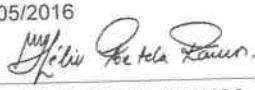
CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47

A Companhia se dissolverá nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução extrajudicial da Sociedade, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/05/2016 SOB Nº: 97560808 Protocolo: 16/699280-1, DE 03/05/2016
Empresa: 29 3 0000693 9 BRASKEM S.A.	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2018 - ANO CII - Nº 22.431

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ 14.372.148/0001-61
NIRE 29300003832

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA, convidados para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 11:00 horas do dia 18/06/2018, em sua sede social, na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cairu, 1º andar, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, com a seguinte ordem do dia:

I - Alteração do art. 1º do Estatuto Social, substituindo a natureza jurídica da CODEBA de sociedade de economia mista para empresa pública, conforme prevê o art.91 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e revisão das disposições do Estatuto Social, relacionadas com essa alteração.

II - Eleição de Membros do Conselho Fiscal.

Salvador, 17 de maio de 2018.
REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ
Presidente do Conselho de Administração



MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

CNPJ/MF: 42.509.257/0001-13
NIRE: 29300019097

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da Mineração Caraíba S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Saldanha Marinho, nº 88, Caixa d'Água, Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Jaguarari, 30 de maio de 2018. MINERAÇÃO CARAÍBA S.A..



BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 03.376.102/0001-02
NIRE nº 29300027031

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. que se encontram à sua disposição, na sede da companhia situada na Rua Saldanha Marinho, nº 88, Caixa d'Água, Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Salvador, 29 de maio de 2018.
Tereza Rita Leony Valente
Diretora Presidente



PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55
NIRE nº 29 3 0002870-3

ANS nº 326861

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 18 de junho de 2018, às 09:00 horas, na sede social situada na Rua Sol Nascente, nº 43, Edifício "Centro Médico Empresarial Vitruvius", 14º andar - Bairro Rio Vermelho - CEP 41940-457 - Salvador - Bahia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar sobre a alteração do art. 3º do Estatuto Social para inclusão do "CNAE 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio" no objeto da sociedade. b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Salvador, 01 de junho de 2018.

Tereza Rita Leony Valente
Diretora Presidente



PROMÉDICA PATRIMONIAL S/A - PROPAT

CNPJ nº 13.608.803/0001-19
NIRE nº 29 3 0000992-0

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da PROMÉDICA PATRIMONIAL S.A. - PROPAT que se encontram à sua disposição, na sede da companhia situada na Av. Garibaldi, nº 2.135, sala da Diretoria, Federação, Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Salvador, 29 de maio de 2018.
Tereza Rita Leony Valente
Diretora Presidente

BIL BAHIA IMPORTADORA LTDA.

CNPJ 15.125.370/0001-22
NIRE 29200031184

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os Senhores Quotistas da Bil Bahia Importadora Ltda. para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede social da sociedade, à Praça Conde dos Arcos nº 1, Comércio, Salvador (BA), no dia 20 de junho de 2018, às 14 h. em primeira convocação, e às 14h 30m em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a manifestação de voto da sociedade nas Assembleias Ordinária e Extraordinária de Paes Mendonça S.A. Salvador (BA), 28 de maio de 2018. A Administração.

UNIVALES TRIUNFO AGRO PECUÁRIA LTDA

CNPJ: 04.286.689/0001-13
COMUNICADO

A Univales Triunfo Agro Pecuária Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.286.689/0001-13, comunica que reduzirá seu capital de R\$2.720.000,00 equivalente a 2.720.000 cotas de R\$ 1,00 cada para R\$ 849.044,00 equivalentes a 849.044 cotas de R\$ 1,00 cada por encontrar-se excessivo em relação ao objeto da sociedade conforme art.1082 da Lei 10.406/2002. Salvador, 01 de Junho de 2018. Administração.



BRASKEM S.A.

CNPJ nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018

Aos 11 dias do mês de maio de 2018, às 10h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da **Braskem S.A.**, com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. **Ordem do Dia: I) Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD"), a qual foi encaminhada previamente para os conselheiros, juntamente com a documentação pertinente, e permanecerá devidamente arquivadas na sede da Companhia, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a seguinte deliberação: **1) PD.CA/BAK-02/2018 - Celebração de Contrato de Abertura de Linha de Crédito Rotativo Internacional ("Linha de Crédito") - aprovada** a contratação da Linha de Crédito nos termos e condições da referida PD. **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 11 de maio, de 2018. Ass.: Marcelo Lyrio - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; Carla Gouveia Barreto; Edson Chil Nobre; Ernani Filgueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Carlos Trigo de Loureiro; João Cox Neto; Luiz de Mendonça; Marcus Vinicius de Oliveira Magalhães; Pedro Oliva Marcolio de Sousa e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. **JUCEB** nº 97763425 em 29/05/2018. Protocolo: 18/913429-1, de 25/05/2018. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.



BRASKEM S.A.

CNPJ nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018

Aos 09 dias do mês de maio de 2018, às 14:00h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **BRASKEM S.A.**, com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. **Ordem do Dia: I) Matérias para deliberação:** Após a devida análise das Propostas de Deliberação ("PDs"), as quais foram encaminhadas previamente para os Conselheiros, juntamente com a documentação pertinente, e permanecerá devidamente arquivadas na sede da Companhia, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: **1) PD.CA/BAK-07/2018 - Eleição da Diretoria Estatutária - aprovada** a eleição dos membros da Diretoria para um novo mandato de três anos, com término na primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária de 2021, quais sejam: **Fernando Musa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.612.828-06, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.617.644-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor Presidente**; **Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.045.318-08, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.682.965-8, SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; **Edison Terra Filho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.964.638-70, portador da Carteira de Identidade RG nº 20297001-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 21º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Marcelo Arantes de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 1432663, SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.697.006-72, residente e domiciliado em São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Gustavo Sampaio Valverde**, brasileiro, convivente em regime de união estável, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.343.775-72, portador da carteira de identidade RG nº 0690703775 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Marcelo de Oliveira Cerqueira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro químico, inscrito no CPF/MF sob o nº 509.945.144-68, portador da Carteira de Identidade RG nº 471232 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; e **Luiz Fernando Marinho Nunes**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro químico, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.194.737-49, portador da Carteira de Identidade RG nº 02412030-5 SSP/RJ, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050. Os Diretores ora eleitos tomam posse nesta data e declaram para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art.147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03/01/02, e 367, de 28/05/02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta conforme segue: **Fernando Musa - Diretor Presidente; Gustavo Sampaio Valverde; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Fernando Marinho Nunes e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores; 2) PD.CA-BAK-08/2018 - Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Riscos, Administração e Gerenciamento de Seguros e Gestão dos Sinistros entre Braskem e Odebrecht Corretora de Seguros - aprovada** o contrato de Conformidade e considerações de outros Conselheiros, foi aprovada a celebração do referido contrato, conforme termos e condições estabelecidos na respectiva PD; **3) PD.CA-BAK-9/2018 - Contrato de Prestação de Serviços de Movimentação e Armazenagem de Soda Cáustica entre Liquipor e Braskem - aprovada** o Comitê de Conformidade e considerações de outros Conselheiros, foi aprovada a celebração do referido contrato, conforme termos e condições estabelecidos na respectiva PD; e **4) Individualização da Remuneração dos Administradores - aprovada** o Comitê de Pessoas e Organização, foi aprovada a individualização da Remuneração dos Administradores, observados os valores anuais aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018. **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 09 de maio, de 2018. Ass.: Marcelo Lyrio - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; Carla Gouveia Barreto; Edson Chil Nobre; Ernani Filgueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Carlos Trigo de Loureiro; João Cox Neto; Luiz de Mendonça; Marcus Vinicius de Oliveira Magalhães; Pedro Oliva Marcolio de Sousa e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. **JUCEB** nº 97763428 em 29/05/2018. Protocolo: 18/914549-8, de 25/05/2018. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 8 DE DEZEMBRO DE 2018 - ANO CIII - Nº 22.557

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

SANSUY S/A. INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
CNPJ/MF: no 14.807.945/0001-24
NIRE: 29300067482

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2018, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO.

DATA E LOCAL - Dia 26 de novembro de 2018, às 10:00 horas, na sede social, à Rua dos Plásticos, 761, Área Industrial Leste, COPEC, CEP 42.810-240, Camaçari, Estado da Bahia. **PRESENÇA** -ACIONISTAS que representam mais de 2/3 (dois terços) do capital social, com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas, e a presença do Sr. José Eduardo Vaz das Neves, membro efetivo do Conselho Fiscal. **ABERTURA** - Pelo Presidente do Conselho de Administração, Kiyuziro Akimoto. **MESA DIRETIVA** - Kiyuziro Akimoto, Presidente e Dr. Ivan Freire do Bonfim, Secretário. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia", nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2018. **ORDEM DO DIA** - Paula Única - Deliberar sobre a renúncia do Sr. Yoshiyuki Ono, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme sua "Carta Renúncia", datada de 01 de novembro de 2018. **DELIBERAÇÕES** - **PAUTA ÚNICA** - Examinada a matéria, a Assembleia Geral, por unanimidade de votos, aprovou a renúncia, do Sr. Yoshiyuki Ono, do cargo de membro do Conselho de Administração, conforme sua "Carta Renúncia" de 01 de novembro de 2018. Deliberou, ainda, que a vaga no Conselho de Administração, deixada pelo Sr. Yoshiyuki Ono, será preenchido oportunamente. A Assembleia deliberou também, deixar consignado na presente ata os agradecimentos ao Sr. Yoshiyuki Ono, pelo relevante serviço prestado à Companhia, durante o seu mandato. **ENCERRAMENTO** - Nada mais haverá a tratar, o senhor Presidente encorrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pela mesa diretiva, pelos acionistas presentes, pelo membro efetivo do Conselho Fiscal, José Eduardo Vaz das Neves. **CAMAÇARI-BA**, 26 de novembro de 2018. **Kiyuziro Akimoto** - Presidente. **Dr. Ivan Freire do Bonfim** - Secretário. **ACIONISTAS** presentes: **SANSUY Administração, Participação, Representação e Serviços Ltda.**, representada pelo procurador Dr. Ivan Freire do Bonfim; **Tsutomu Nakabayashi**, **Toshio Nakabayashi** e **Kazumi Miyamoto**, representados pelo procurador Dr. Kiyuziro Akimoto e Kiyuziro Akimoto, e ovinete Carlos Alberto Santana Bahia. Esta cópia é reprodução fiel da ata lavrada no livro próprio. Camaçari/BA, 26 de novembro de 2018. **Kiyuziro Akimoto** - Presidente. **Cúpia Comercial do Estado da Bahia**. Certifico o Registro sob o nº 97813671 em 04/12/2018. Protocolo 187788570 de 30/11/2018. Nome da empresa: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS - EM recuperação judicial - NIRE 29300067482. Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

MJA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
CNPJ: 05.011.074/0005-70

ATA DE REUNIÃO ENTRE SÓCIOS

SOCIEDADE: MJA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - CNPJ: 05.011.074/0005-70. DA DATA, DA HORA E DO LOCAL: Em 06 de agosto de 2018, às 10:30h, na sede da sociedade em epígrafe, localizada na rua morada da lagoa, nº07-107 - Nova Brasília de Valéria, Salvador, Bahia, CEP: 41.306-745. **DA PRESENÇA:** Foi realizada Assembleia de Reunião entre Sócios desta sociedade limitada, à qual compareceram os seguintes sócios: José Luiz Castro de Azevedo Cruz, Rafael Rios de Azevedo Cruz, e Manuel Castro de Azevedo Cruz, que integraram conjuntamente 100% do capital social. **DA COMPOSIÇÃO DA MESA:** A assembleia foi presidida pelo senhor José Luiz Castro de Azevedo Cruz e secretariada pelo senhor Rafael Rios de Azevedo Cruz. **DA ORDEM DO DIA:** Esta assembleia teve como ordem do dia a atualização do contrato social da sociedade limitada, posto que, em função de processo de apuração de haveres ainda em curso, nenhuma alteração pode ser promovida desde o final de 2015. **DA DELIBERAÇÃO:** Iniciada a Assembleia, pelo senhor presidente, com a leitura do contrato social da MJA Comércio de Confeções LTDA., deliberaram os sócios e aprovaram por unanimidade os pontos que seguem: Continuidade do processo de reorganização comercial, com terceirização de filiais. Redução do capital social para R\$1.438.286,00 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e oitenta e seis reais), em função dos prejuízos acumulados pela sociedade limitada nos últimos anos e baixa das filiais abaixo. Baixa das seguintes operações não mais integrantes do patrimônio desta sociedade limitada: 1. Av. Luís Viana, 8.544 - Shop. Centro Paralela, Piso L-2, Lojas 215 e 216, Alphaville I, Salvador - BA, CEP 41.701-005 - NIRE: 29900919463, CNPJ nº 05.011.074/0002-28; 2. Av. Tancredo Neves, 2.915, Piso 11, Loja 1159, Caminho das Arvores, Salvador-BA, CEP 41.820-021, NIRE: 29900933993, CNPJ 05.011.074/0004-90; 3. Redovia Ba, 526, Salvador Norte Shopping, 305, Lojas 207/778, Piso L-2, Set Com 218, São Cristóvão, Salvador - BA, CEP 41.510-000, NIRE: 29900986381, CNPJ 05.011.074/0006-51; 4. Rua Conselheiro Dantas, 46, Comércio, Salvador - Bahia, CEP 40.015-070, NIRE 2990099815, CNPJ 05.011.074/0008-13; 5. Av. Tancredo Neves, 148, 2º Piso, Lojas 1113, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, Salvador - Bahia - CEP 41.820-020, NIRE: 29900999858, CNPJ 05.011.074/0009-02; 6. Av. Centenário, 2.992, Piso L-2, Loja 263, Chame-Chame, Salvador - Bahia - CEP 40.155-150, NIRE: 29900999831, CNPJ 05.011.074/0010-38; 7. Av. Centenário, 2.992, Lote 151-2, Piso L-1, Chame-Chame, Salvador-BA, CEP 40.155-150, NIRE: 29900999866, CNPJ 05.011.074/0011-19; 8. Av. Tancredo Neves, 148, 2º Piso, Lojas 36/37, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, Salvador - Bahia - CEP 41.820-020, NIRE: 2990099840, CNPJ 05.011.074/0012-08; 9. Avenida Tancredo Neves, 148 - Loja 10, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, CEP 41.820-020, Salvador - BA, NIRE: 29901093011, CNPJ: 05.011.074/0017-04; 10. Avenida Tancredo Neves, 3133 - Lojas 2030/2031, Caminho das Arvores, CEP 41.820-021 - Salvador - Bahia, NIRE: 29901093020, CNPJ: 05.011.074/0018-95; 11. Avenida Tancredo Neves, 3133 - Salvador Shopping, Lojas 2054/2055, Caminho das Arvores - CEP 41.820-021, Salvador - Bahia, NIRE: 29901093003, CNPJ: 05.011.074/0016-23. Alteração do endereço da operação Hs, localizada no segundo piso do shopping da Bahia, em que pesa a mudança de ponto ocorrida, **DO ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Por fim, a palavra foi concedida a quem quiseres fazer uso para discutir sobre os assuntos de interesse social. Não existindo manifestações, o presidente encorrou a Assembleia. O secretário lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelos sócios presentes, pelo secretário e pelo presidente. Salvador, 06 de agosto de 2018. **José Luiz Castro de Azevedo Cruz** - Presidente; **Rafael Rios de Azevedo Cruz** - Secretário; **Manuel Castro de Azevedo Cruz**.

AGROPASTORIL VILA REAL S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
C.N.P.J. (MF) nº 14.800.520/0001-50
NIRE 29300067512

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social desta empresa, na Fazenda Maria Bonita, s/n - Dário Meira - Bahia, às 10:00 horas do dia 17 de dezembro de 2018, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição do Presidente do Conselho de Administração devido à vacância do cargo por falecimento do Sr. Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho. Diário Meira, 07 de dezembro de 2018. Conselho de Administração.

Acesse nosso site: www.egba.ba.gov.br

Braskem

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018

1. Data, Hora e Local: Em 16 de outubro de 2018, às 10:00 horas, na sede social da **BRASKEM S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Eteno, nº 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia. **2. Convocação:** Edital de Convocação publicado, consoante o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), no Jornal "O Correio da Bahia" e no "Diário Oficial do Estado da Bahia", nas edições dos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2018. **3. Presenças:** Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 97,80% (noventa e sete inteiros e oito centésimos por cento) do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo e apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Registrada, ainda, a presença de acionistas representando 45,17% (quarenta e cinco inteiros e dezesseis centésimos por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". **4. Composição da Mesa:** Presidente: Sra. Paula Cristina Penteado Magalhães Azevedo, e Secretária: Sra. Isis Azevedo Diniz, escolhidas na forma prevista no §3º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **5. Ordem do Dia:** (I) Alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia em razão da: (i) indicação do Sr. João Carlos Trigo de Loureiro, atual membro efetivo do Conselho de Administração, para um dos cargos vagos de membro suplente do Conselho de Administração; (ii) indicação do Sr. Ricardo Baldin, atual membro efetivo e 1 (um) novo membro suplente, todos indicados pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras ("Petrobras") em substituição a outros membros eleitos anteriormente, para o restante do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; (2) Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da conversão de ações exercida por acionista minoritário detentor de ações preferenciais classe "B"; e (3) Alteração do artigo 26, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia, de forma a excluir a exceção aos contratos de matéria prima da competência do Conselho de Administração que trata da contratação com partes relacionadas, incluir referência à política da Companhia que regule a matéria, bem como para aumentar os valores-limite para aprovação. **6. Deliberações:** Os acionistas presentes autorizaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia. **7. Deliberações:** Em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da LSA. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: **6.1. Alteração da Composição do Conselho de Administração da Companhia:** Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães, membro titular do Conselho de Administração da Companhia, conforme ata de renúncia recebida e arquivada na sede da Companhia em 05 de setembro de 2018, a indicação do Sr. João Carlos Trigo de Loureiro, atual membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para ocupar um dos cargos vagos de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; bem como a existência de outro cargo vago de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, a **aprovar**, por maioria dos presentes com direito a voto, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata, observado o protesto recebido pela Mesa conforme anexo à ata, a eleição ou ratificação, conforme o caso, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão completar o restante do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019: (i) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (vii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (viii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (ix) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (x) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xi) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xiii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xiv) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xv) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xvi) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xvii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xviii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xix) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xx) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxi) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxiii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxiv) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxv) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxvi) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxvii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (xxviii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (iii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP,



Braskem

BRASKEM S.A.
C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019

Aos 08 dias do mês de maio de 2019, às 9:00h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Braskem S.A., com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. Ausente, por motivo justificado, a Conselheira Carla Gouveia Barreto, bem como seu respectivo suplente. **ORDEM DO DIA: Matérias para deliberação:** Após a devida análise das propostas submetidas à deliberação, as quais foram encaminhadas previamente para os Conselheiros e permanecerão devidamente arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas, por unanimidade, registradas as abstenções abaixo mencionadas, as seguintes deliberações: **1) PD.CA/BAK-11/2019 - Atualização da Política de Seguros da Braskem - aprovada** a atualização da Política de Seguros, nos termos constantes do Anexo I da referida PD; **2) PD.CA/BAK-12/2019 - Contrato de Fornecimento de Gás Natural Comprimido firmado entre Braskem e CDGN Logística S.A. - aprovada** a celebração do referido contrato, nos termos e condições constantes da respectiva PD. O Conselheiro João Cox se absteve de participar da discussão em razão de ser membro do Conselho de Administração da Petrobras; **3) PD.CA/BAK-13/2019 - Celebração de Termo de Encerramento de Pendências Contratuais e Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gasolina de Pirólise e Hidrogênio, entre a Braskem e a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - autorizada** a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gasolina de Pirólise e Hidrogênio e Termo de Encerramento de Pendências Contratuais, nos termos constantes dos Anexos III e IV, respectivamente, da referida PD. O Conselheiro João Cox se absteve de participar da discussão em razão de ser membro do Conselho de Administração da Petrobras; **4) PD.CA/BAK-14/2019 - Eleição de Diretor Estatutário - (i) registrada** a renúncia apresentada pelo Diretor Gustavo Sampaio Valverde em 18.04.2019, tendo sido registrados os votos de agradecimento ao Diretor renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções na Diretoria; e **(ii) eleita** a Sra. **Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 281.798.748-93, portadora da Carteira de Identidade OAB/SP nº 173.114, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, para desempenhar as funções de Diretora Jurídica da Companhia, pelo restante do prazo do mandato em curso que findará por ocasião da realização da reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. A Diretora ora eleita toma posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02, e 367, de 29.05.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade, os Conselheiros registraram seus votos de boas-vindas a Sra. Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Fernando Musa - Diretor Presidente; Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo - Diretora Jurídica; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Eduardo Valente Moreira; e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores. Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 08 de maio de 2019. Ass.: **Marcelo Lyrio - Presidente; Marcelle Menezes Fagundes - Secretária; Fabio Venturini; Emani Filgueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Pinheiro Nogueira Batista; João Cox Neto; Julio Soares de Moura Neto; Mauro Motta Figueira; Pedro Olive Marcello de Sousa; e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles.** Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. **Marcella Menezes Fagundes - Secretária. JUCEB nº 97865748 em 07/06/2019. Protocolo: 196481511 de 04/06/2019. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral.**



Pense fora da caixa!

Guarde sua caixa com a gente



egba



Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e guarda de documentos

Agendamento

Sede Egba:
71 3116 2856 (2892) | 3117 2535

www.egba.ba.gov.br



SAUÍPE S.A.

CNPJ nº 00.866.577/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhores Acionistas, Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os seguintes Relatórios Financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2018: • Balanços patrimoniais; • Demonstrações de resultados; • Demonstrações de resultados abrangentes; • Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; • Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto; Colocamos-nos a disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que assim julgarem necessários. Mata de São João (Ba), 29 de Março de 2019. A DIRETORIA

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)					
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.919	6.756	Empréstimos e financiamentos	5.498	8.177
Contas a receber	27.922	31.774	Fornecedores	20.338	19.595
Estoques	4.722	4.182	Impostos taxas e contribuições	8.330	6.230
Imposto a recuperar	974	2.082	Imposto de renda e contribuição social a pagar	(10)	-
Imposto de renda e contribuição social	2.641	-	Salários, provisões e encargos sociais	6.689	10.138
Despesas antecipadas	483	1.008	Contratos Time Sharing	1.866	-
Outros créditos	1.106	1.570	Adiantamento de clientes	17.060	31.490
Total do ativo circulante	43.677	47.372	Outras obrigações	37	38
Não circulante			Total do passivo circulante	59.988	75.668
Contas a receber	2.578	-	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.603	-	Empréstimos e financiamentos	11.012	10.192
Depósitos judiciais	17.389	12.384	Tributos parcelados	37	-
Ativo indenizatório	77.954	-	Provisões	57.569	18.161
Intangível	811	-	Passivo indenizatório	77.954	-
Imobilizado	204.132	195.036	Contratos Time Sharing	15.189	9.759
Total do ativo não circulante	325.467	207.420	Outras obrigações	-	122
Total do ativo	369.234	254.792	Total do passivo não circulante	161.781	38.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2016	476.481	(187.569)	288.912
Prejuízo do exercício	-	(148.025)	(148.025)
Saldo em 31/12/2017	476.481	(335.594)	140.887
Redução do capital com prejuízo	(335.698)	335.698	-
Prejuízo do exercício	-	(16.422)	(16.422)
Saldo em 31/12/2018	140.783	(16.318)	124.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receita operacional líquida	208.420	211.124
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(175.730)	(211.261)
Lucro bruto	32.690	(137)
Despesas com vendas	(4.238)	-
Despesas gerais e administrativas	(22.619)	(18.663)
Outras despesas operacionais, líquidas	(41.501)	(16.112)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(111.218)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, líquido	(35.668)	(146.130)
Receitas financeiras	764	830
Despesas financeiras	(4.121)	(2.725)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.025)	(148.025)
Imposto de renda	16.620	5.983
Contribuição social	6.983	-
Resultado líquido do exercício	(16.422)	(148.025)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	(16.422)	(148.025)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(16.422)	(148.025)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(16.422)	(148.025)
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas controladores	(16.422)	(148.025)
Resultado abrangente total	(16.422)	(148.025)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional- A Sauípe S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela Companhia Thermas do Rio Quente, com sede no município de Mata de São João, no Estado da Bahia, e tem por objetivo a implantação, o gerenciamento e a exploração comercial de ativos imobiliários, próprios ou de terceiros, inclusive sob a forma de "timeshare", e a implantação e administração de complexos turísticos, hotéis e pousadas, incluindo "resorts", no Brasil ou no exterior, abrangendo todas as atividades complementares relacionadas direta ou indiretamente a essa atividade, tais como operação de lavanderia, serviços de limpeza e higiene, gerenciamento de suprimentos e de transportes, comercialização de produtos, de alimentos e bebidas, prestação de serviços e promoção de eventos, a exemplo de feiras, congressos, eventos esportivos e promoção de atividades esportivas, e a prestação de serviços de consultoria hoteleira e turística em geral. A

As demonstrações financeiras passaram por exames de auditorias externas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/A, CNPJ 61.366.936/0002-98 e estão à disposição, na íntegra, na sede da empresa, situada no Município da Mata de São João - Estado da Bahia, à rodovia BA-099 s/n, km 76, Linha Verde, CEP 48280-000.

DIRETORIA: Francisco Costa Neto- CEO - Diretor Presidente

Alfredo Nicolau Y Benito- Diretor Administrativo e Financeiro

Edson Luis da Silva- Gerente de Experiência Controladoria

Decimar de Souza

Coordenador de Experiência Control

CRC - GO 021826/O-0

Companhia é dona do Complexo Turístico Costa do Sauípe ("Costa do Sauípe"), localizado no município de Mata de São João, no litoral norte da Bahia, em uma região denominada Costa dos Coqueiros, que conta com 5 hotéis, com 1.417 quartos, e 5 pousadas, com 147 quartos.

Sazonalidade- O Costa do Sauípe é localizado na Região Nordeste do Brasil, e os picos de ocupação de empreendimentos dessa natureza nessa região do País ocorrem durante o Verão e a Primavera (primeiro e quarto trimestres), gerando picos de faturamento e lucratividade nesses trimestres. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais da Companhia entre os trimestres de cada exercício social.

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Resultado líquido do exercício (16.422) (148.025)

Ajustes do resultado de itens sem desembolso de caixa:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (1.436) 107

Depreciação e amortização 13.239 12.299

Resultado financeiro - 1.743

Provisões para demandas judiciais 39.428 5.690

Provisão para IR e CS diferidos (22.603) -

Resultado na venda de imobilizado - 6.761

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado - 111.218

12.206 (10.207)

(Aumento) redução dos ativos

Contas e títulos a receber 2.710 (7.723)

Estoques (540) 80

Impostos a recuperar (1.533) (1.869)

Depósitos judiciais vinculados a causas passivas (5.005) (3.463)

Outros ativos 989 532

Aumento (redução) dos passivos

Fornecedores - materiais e serviços em geral 743 4.750

Adiantamento de clientes (7.134) 16.727

Obrigações trabalhistas (3.269) 2.660

Obrigações fiscais 1.968 4.147

Outros passivos (1) (1.820)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.134 3.814

Fluxos de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível (23.157) (9.446)

Alienação de imobilizado e intangível 8 3

Adiantamento para futuro investimento 23.000 -

Caixa líquido (gerado) aplicado nas atividades de investimento (149) (9.443)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Empréstimos e financiamentos (1.859) 6.676

Tributos parcelados 37 -

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento (1.822) 6.676

Aumento de caixa e equivalentes de caixa: (837) 1.047

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 6.756 5.709

Caixa e equivalente de caixa no final do exercício 5.919 6.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DIÁRIO OFICIAL

DIVERSOS

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.826

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Braskem

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Data, Hora e Local: Em 04 de dezembro de 2019, às 10:00 horas, de forma não presencial. **2. Convocação, Presenças e Participação:** Reunião Extraordinária convocada nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, com a participação dos Conselheiros abaixo indicados. Participaram, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Fernando Musa, e as Sras. Marcella Menezes Fagundes e Ana Paula Tarossi Silva. O Presidente do Conselho de Administração presidiu a reunião e a Sra. Marcella Menezes Fagundes secretariou os trabalhos. **3. Ordem do Dia e Deliberações:** **3.1. Deliberações:** Após análise das propostas submetidas à deliberação, as quais foram encaminhadas previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas, por unanimidade dos presentes, com a abstenção abaixo registrada, as seguintes deliberações: **a) PD.CA/BAK-42/2019 - Eleição de Diretor Presidente:** em razão da renúncia apresentada pelo Diretor Presidente, Fernando Musa, em 21.11.2019, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia para o qual foi eleito em 09.05.2018, renúncia essa que somente produzirá efeitos a partir de 01.01.2020, foi **aprovada, com abstenção de voto do Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões**, a eleição do Sr. **Roberto Lopes Pontes Simões**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 141.330.245-91, portador da Carteira de Identidade RG nº 839.142 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para desempenhar as funções de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 01.01.2020, pelo restante do prazo do mandato em curso que findará por ocasião da realização da reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. O Diretor Presidente ora eleito tomará posse em 01.01.2020, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art.147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02, e 367, de 29.05.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade foram registrados os votos de agradecimento ao Diretor renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passará a ter, a partir de 01.01.2020, a seguinte composição: **Roberto Lopes Pontes Simões - Diretor Presidente; Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo - Diretora Jurídica; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Eduardo Valente Moreira; e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores.** **b) Convocar Assembleia Geral Extraordinária da Braskem S.A. para deliberar sobre (i) a substituição de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) a definição do Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social:** em razão da renúncia apresentada pelo Conselheiro Mauro Motta Figueira, em 29.11.2019, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia para o qual foi eleito em 22.05.2019, renúncia essa que somente produzirá efeitos a partir da posse de seu substituto, foi **aprovada**, por unanimidade, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em data e horário a serem oportunamente definidos e comunicados na forma da lei e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a fim de deliberar sobre (i) a substituição de 01 (um) membro titular do Conselho de Administração, indicado pelo acionista controlador, em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; e (ii) a definição de novo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, indicado pelo acionista controlador entre os membros do Conselho de Administração, para completar o restante do mandato em curso, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2019. Na oportunidade, foram registrados os votos de agradecimento ao Conselheiro renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções. **3.2. Matérias Para Conhecimento:** Nada a registrar. **3.3. Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. **4. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros participantes, pelo Presidente e pela Secretária. Ass.: Roberto Lopes Pontes Simões - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; João Cox Neto; Ana Lucia Poças Zambelli; Fábio Venturilli; Gesner José de Oliveira Filho; João Pinheiro Nogueira Batista; Julio Soares de Moura Neto; Mauro Motta Figueira; Pedro Oliva Marcilio de Sousa; Roberto Faldini; e Rogério Bautista da Nova Moreira. São Paulo, 04 de dezembro de 2019. Confere com a original lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. JUCEB nº 97939696 em 16/01/2020. Protocolo 195162960 de 13/12/2019. Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral.

www.egba.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e
guarda de documentos

Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2856 | 2892 | 3117 2535



www.egba.ba.gov.br



Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Sede Egba: 71 3116 2837 | 2838 | 2856 - SAC Shopping da Bahia, Posto 3: 71 3117 8413

acesse



egba posto
sac
SHOPPING DA
BAHIA
Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

- CERTIFICAÇÃO DIGITAL
- SERVIÇOS GRÁFICOS
- GESTÃO DOCUMENTAL *



CASA CIVIL



egba

IMPRESA OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Contatos:

SAC Shopping da Bahia, Posto 3 - 71 3117 8413

Sede Egba - 71 3116 2137 | 2837 | 2838

www.egba.ba.gov.br

*O serviço de Gestão Documental deve ser solicitado
na sede da empresa.

Agendamento:

www.sac.ba.gov.br

www.egba.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras
bairanas, com baixo custo e segurança

Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2865 | Posto SAC: 3117 8413



www.sac.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



POSTO SAC SHOPPING DA BAHIA

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

Melhores preços, melhor qualidade

Sede Egba: 71 3116 2837 | 2838 | SAC Shopping da Bahia, Posto 3: 71 3117 8413



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão digital e com dados variáveis
Impressão offset - rotativa e plana
www.egba.ba.gov.br

Sede Egba: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, atual denominação social de **COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores **CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.114 e no CPF/ME sob o nº 281.798.748-93 e **EDISON TERRA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade nº 20.297.001-2-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 157.964.638-70, ambos com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º e 22º andares, Butantã, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **ALESSANDRA ORDUNHA ARARIPE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 269.089 e no CPF/ME sob o nº 082.519.557-85; **CRISTIANE SILVESTRE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.604 e no CPF/ME sob o nº 265.924.308-50; **LILIAN PORTO BRUNO**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 15.970 e no CPF/ME sob o nº 918.239.195-53; **MARCELLA MENEZES FERREIRA DE SOUZA FAGUNDES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.773 e no CPF/ME sob o nº 971.113.927-87; **VALTER PEDROSA BARRETTO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 20.344 e no CPF/ME sob o nº 775.927.355-04; **CAROLINE SANSELME VIEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 206.615 e no CPF/ME sob o nº 294.833.048-30; **CIRO RANGEL AZEVEDO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 166.575 e no CPF/ME sob o nº 053.804.867-03; **ALESSANDRA KOSZURA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 164.415 e no CPF/ME sob o nº 256.638.938-14; **ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, convivente em regime de união estável, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 131.883 e no CPF/ME sob o nº 051.616.996-39; **MILTON CARLOS MELO MASCARENHAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 19.810 e no CPF/ME sob o nº 964.748.745-20; **RENATA TRALDI CARRIEL ASTROVEN**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 286.729 e no CPF/ME sob o nº 333.168.358-22; **THAIS HAMAMOTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.792 e no CPF/ME sob o nº 287.352.628.93; **BRUNO MAIA SOUTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 274.564 e no CPF/ME sob o nº 305.827.208-18; **JULIANO DE CARVALHO E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.607 e no CPF/ME sob o nº 059.937.146-38; **MARCELA LADEIRA NARDELLI**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 254.988 e no CPF/ME sob o nº 717.518.071-34; **JOANA BONFIM MACHADO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 26217 e no CPF/ME sob o nº 006.903.195-92; **FILIPPE ALVES TAVARES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 36.987 e no CPF/ME sob o nº 023.058.555-83; **DIOGO FERRARI TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 31.980 e no CPF/ME sob o nº 030.011.685-36; e **ANDRÉ GOMES MONTILHA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 345.705 e no CPF/ME sob o nº 398.687.138-11, todos com escritório na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º, 21º, 22º, 23º e 24º andares, Butantã, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais para defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer procedimentos judiciais e/ou administrativos, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para o foro em geral, perante qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, conselhos regionais e federais, sindicatos e demais associações de classe, incluindo, mas não se limitando, perante delegacias, secretarias e inspetorias dos fiscos federal, estadual e municipal, órgãos da Previdência Social, Instituto



Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, podendo, ditos procuradores, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propor e acompanhar ações, contestar, impugnar, interpor recursos, confessar, acordar, concordar, discordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar termos e compromissos, receber citações, notificações e intimações, ser e nomear preposto, promover quaisquer processos cautelares ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações e notificações, promover levantamentos de depósitos, obter informações acobertadas pelo dever do sigilo, podendo, ainda, defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer assembleias, comitês e órgãos de credores em processos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, votando e deliberando sobre quaisquer matérias no melhor dos interesses da Outorgante, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, desde que com reserva de poderes.

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 02 de setembro de 2019



BRASKEM S.A.

9º TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marconi, 124 - 1º ao 6º andar - CEP 01047-000 - São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-6858
www.nonocartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas por autenticidade de CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCADO, EDISON TERRA FILHO, do que dou fé. Livro:376 Termo:94

Em tesº da verdade. DANIEL IGNÁCIO

São Paulo/Capital, 17 de setembro de 2019. Valor recebido R\$ 32,00
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba







SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram conferidos por **BRASKEM S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561 - Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, aos Drs. **RENATA CAMPETTI AMARAL**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/SP sob o nº 308.930-A e no CPF/ME sob o nº 917.645.130-53; **WALTER HELLMEISTER JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 85.753 e no CPF/ME sob o nº 874.455.818-04; **GIOVANI BRUNO RUIZ TOMASONI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 247.690 e no CPF/ME sob o nº 294.045.248-24; **CAROLINE VISENTINI FERREIRA GONÇALVES**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 299.834 e no CPF/ME sob o nº 360.109.538-63; **ALEXANDRE SALOMÃO JABRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 330.207 e no CPF/ME sob o nº 395.359.438-98; **MANUELA DEMARCHE MELLO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 336.325 e no CPF/ME sob o nº 391.911.398-56; **LUIZA ALMEIDA RAMOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 344.050 e inscrito no CPF/ME sob o nº 393.001.078-01; **RAFAEL DIAS GIL**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 400.069 e inscrito no CPF/ME sob o nº 423.514.848-60; **CAMILA SIMÕES CASSIANO JULIEN**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 419.409 e no CPF/ME sob o nº 442.413.618-38; e, nos limites da lei, aos estagiários/acadêmicos de direito **BEATRIZ GUTHMANN SPALDING**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 50.301.049-2 e inscrita no CPF/ME sob o nº 433.109.698-00; **MATHEUS HENRIQUE CANO DE FARIA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 44.244.093-5 e inscrito no CPF/ME sob o nº 421.480.218-77; **GABRIEL DINIS SIMABUKURO**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 38.204.348-0 e inscrito no CPF/ME sob o nº 384.422.858-65; **LARISSA DE ASSIS SCHIAVINATO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 52.260.348-8 e inscrita no CPF/ME sob o nº 480.927.338-56, todos integrantes da sociedade de advogados **TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.576.369/0001-31 e na OAB/SP sob o nº 36, folhas 78 e 79 do Livro 01, com escritório na rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 31º andar, Torre A, CEP 04711-904, São Paulo/SP, e na Rua Lauro Muller, 116, Conj. 2802, Edifício Rio Sul Center, CEP 22290-906, Rio de Janeiro/RJ, com o seguinte endereço eletrônico: spojudicial@trenchrossi.com, especialmente para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, defender os direitos e interesses da BRASKEM S.A. nos autos do Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47, em tramite perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no estado de Alagoas, podendo, para esse fim, protocolar petições, obter vistas de procedimentos e documentos, verificar e retirar quaisquer documentos, solicitar e prestar esclarecimentos, sendo expressamente vedado o substabelecimento a terceiros, exceto os poderes para obtenção de vistas e cópias reprográficas

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proibem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 11 de maio de 2020


ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
brasileiro, união estável, advogado
OAB/MG nº 131.883 - CPF/ME nº 051.616.996-39



9.º TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-0958
www.nonocartorio.com.br

Reconheço a 1 firma sem valor econômico por semelhança
de ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR, do que dou fe. . .

Em test. da verdade. DANIEL IGNACIO
São Paulo/Capital, 12 de maio de 2020. Valor recebido R\$ 6,45
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba





INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 7633178/2020-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao @destinatarios_quebra_linha_maiusculas@

Assunto:

Para análise preliminar da autuação, nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA IBAMA/ICMBio Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2020.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR
Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA

(assinado eletronicamente)

VANESSA KARINE SOUZA COSTA
Técnico-Administrativo da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KARINE SOUZA COSTA, Técnico Administrativo**, em 21/05/2020, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7633178** e o código CRC **BF038D6D**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“**BRASKEM**”), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0022-03, com sede na Avenida Assis Chateaubriand, nº 5260, Portal da Barra, Maceió/AL, CEP 57.010-900 (**Doc. 01**), vem, respeitosamente, por meio de seus advogados (**Doc. 02**), requerer e expor o que segue.

O Auto de Infração nº B9PF1T53 (**Doc. 03**), lavrado por este D. IBAMA em 04 de março de 2020, designou audiência de conciliação para 04 de junho de 2020.

Ocorre, entretanto, que em razão da pandemia da COVID-19, este D. IBAMA suspendeu, por tempo indeterminado, a realização das audiências conciliação por meio da Portaria nº 826/2020, conforme informado em seu próprio website <https://www.ibama.gov.br/notas/2190-ibama-suspende-audiencias-de-conciliacao-por-prazo-indeterminado-em-razao-da-emergencia-de-saude-publica-causada-pelo-coronavirus> (**Doc. 04**). Tal informação também foi confirmada à **BRASKEM** por meio de contato telefônico com a DITEC do IBAMA de Alagoas, em 19 de maio de 2020.

Por esses motivos, a **BRASKEM** entende que a audiência inicialmente prevista para 04 de junho de 2020 não ocorrerá, devendo ser, consequentemente, reagendada. Uma vez definida a nova data de audiência, requer-se que a **BRASKEM** seja devidamente intimada da nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

A **BRASKEM** se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos.

De São Paulo para Maceió, 02 de junho de 2020.


Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690


Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325


Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

DOC. 01



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2016 - ANO C - Nº 21.940

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Braskem

BRASKEM S.A.

Companhia Aberta
C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 2930006939

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 06.04.2016

1. **DATA E HORA:** 06.04.2016, às 10:00 hs. 2. **LOCAL:** sede social, localizada na Rua Eleno nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari, CEP: 42.810-000, Município de Camaçari, Estado da Bahia. 3. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, conforme o art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), no "Diário Oficial do Estado da Bahia" nas edições dos dias 05, 08 e 09 de março de 2016 e no Jornal "O Correo da Bahia" nas edições dos dias 05, 06 e 07 de março de 2016. 4. **PUBLICAÇÕES:** dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o "caput" do art. 133 da LSA tendo em vista a publicação, no prazo legal, dos documentos ali referidos, a saber: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31.12.2015, acompanhadas das Notas Explicativas da Administração e Parecer da KPMG Auditores Independentes, no jornal "O Correo da Bahia" e no "Diário Oficial do Estado da Bahia" nas edições do dia 25 de fevereiro de 2016. 5. **PRESENCAS:** Acionistas representando mais de 97% do capital votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo e apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Presentes, ainda: (i) para os fins do disposto na LSA em seu art. 134, parágrafo 1º, o Sr. Marcelo Cerqueira, representante da administração da Companhia, e o Sr. Anselmo Neves Macedo, inscrito no CRC sob nº 1SP160482/O-6, representante da KPMG Auditores Independentes; e (ii) em observância aos termos do art. 164 da LSA, o Sr. Ismael Campos de Abreu, membro do Conselho Fiscal da Companhia. Registrada, ainda, a presença de acionistas representando mais de 57% das ações preferenciais, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". 6. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Monique Mesquita Mavignier de Lima e Secretária: Alessandra Orduña Arape, escolhidas na forma prevista no §3º do art. 16 do Estatuto Social. 7. **PARERE DO CONSELHO FISCAL:** O Conselho Fiscal da Companhia, em Parecer emitido em 17 de fevereiro de 2016, opinou favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e respectivo Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015. 8. **ORDEM DO DIA:** I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 01) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras, contendo Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015, acompanhados do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 02) Exame, discussão e votação da proposta de Orçamento de Capital; 3) Exame, discussão e votação da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2015, incluindo a distribuição de dividendos; 04) Eleição dos membros do Conselho de Administração; 05) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; 06) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 07) Fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; e II) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 01) alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir a conversão de ações e proceder à sua consolidação. 9. **DELIBERAÇÕES:** Por proposta do Presidente, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se referem estas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da LSA. As matérias constantes da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: 9.1. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 9.1.1) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - aprovados,** sem reservas ou ressalvas, por unanimidade, incluindo a abstenção de voto dos legalmente impedidos, o Relatório da Administração, as Contas da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015, contendo os pareceres a respeito emitidos pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal; 9.1.2) **ORÇAMENTO DE CAPITAL - aprovado** por unanimidade o Orçamento de Capital, na forma proposta pela administração da Companhia; 9.1.3) **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2015 - aprovada** por unanimidade a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2015, no valor total de R\$ 3.140.311.007,42, acrescido da realização da indexação adicional do imobilizado, realização do custo atribuído de controlada em conjunto e de dividendos prescritos, perfazendo o valor total de R\$ 3.168.992.472,76, da seguinte forma: a) R\$ 158.449.623,64 para a Reserva Legal; b) R\$ 1.000.000.000,00 para pagamento de dividendos, o que corresponde a 32% do lucro líquido ajustado para o cálculo dos dividendos, distribuídos da seguinte forma: o valor bruto de (i) R\$ 1.256.718.571,41 (um real, vinte e cinco centavos e fração) por ação ordinária ou preferencial classe "A"; (ii) R\$ 0.606.249.793,33 (sessenta centavos e fração) por ação preferencial classe "B"; (iii) de R\$ 2.513.436.714,82 (dois reais, cinquenta e um centavos e fração) por "American Depositary Receipt" (ADR); e c) R\$ 2.010.542.849,12 retidos, conforme justificativas constantes do Orçamento de Capital, elaborado nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, aprovado no item 9.1.2 acima. Os dividendos são declarados nesta data e serão pagos a partir do dia 15 de abril de 2016, conforme Aviso aos Acionistas que será oportunamente publicado pela Companhia; 9.1.4) **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - consignada** a ausência de pedido de voto múltiplo por parte de acionistas, foram reeleitos e eleitos, conforme o caso, por unanimidade, a chapa composta pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores do exercício social a findar-se em 31.12.2017, como titulares: **NEWTON SERGIO DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.604.882-5 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.214.417-04, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MARCELA APARECIDA DREHMER ANDRADE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 03.797.428-96 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 515.029.505-10, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **DANIEL BEZERRA VILLAR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 093701548 IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.449.667-67, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUIS DE MENDONÇA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.445.472-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.523.448-36, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 0082595458 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.495.905-72, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Samuel Morse, 134, 7º Andar - Conj. 73, Bairro Cidade Monções, CEP 04576-060 - São Paulo, SP; **ALFREDO LISBOA RIBEIRO TELLECHEA**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.015.637.055 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.191.810-34, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, com endereço comercial na Av. Soledade, nº 550/201, Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-340; **ANTONIO BRITTO FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, jornalista, portador da Carteira de Identidade RG nº 53.154.467-9 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 149.090.140-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo na Rua Verbo Divino, nº 1.488, conj. 7A, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04719-904; **ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.793.534-3, IPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 352.749.567-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro com endereço na Rua Redentor, 238, apto. 201, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22421-030; **EDSON CHIL NOBRE**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 05300593, expedida pelo Conselho Regional de Química, e inscrito no CPF/MF sob o nº 163.808.519-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Oswaldo Cruz, 149, apto. 1005, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-060; **JOÃO CARLOS TRIGO DE LOUREIRO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2696865 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 245.706.997-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030 e **ANTONIO APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.179.862, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 370.844.456-88, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; e como respectivos membros suplentes: **MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 71229, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.505.961-34, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MAURO MOTTA FIGUEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 11.335.092-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.134.858-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **CARLA GOUVEIA BARRETO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 03.191.314-83 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 617.162.195-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUCIANO DEQUECH**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.493.748-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 280.029.928-22, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 13º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **TICIANA VAZ SAMPAIO MARIANETTI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira civil, portadora da Carteira de Identidade RG nº 04.835.223-33 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 544.408.075-34, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **MONICA BAHIA ODEBRECHT**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 11436 e inscrita no CPF/MF sob o nº 541.080.715-49, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 15º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **JOSÉ DE FREITAS**

MASCARENHAS, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 00356.697 80 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.630.535-00, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço comercial na Av. Luis Viana Filho, nº 2841, Paralela, Salvador/BA, CEP 41.730-900, **ARÃO DIAS TISSER**, brasileiro, solteiro, nascido em 20.07.1975, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº M-6.282.853, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 879.023.036-15, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **SERGIO BOTTINO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 03.732.446-4, Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.409.047-72, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 18º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **PAULO CEZAR FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 07.01.1959, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 05.182.114-8 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 773.774.277-87, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 8º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030; **MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08012652-7, IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 825.822.207-44, residente e domiciliado na Av. Henrique Valadares nº 28, 9º andar, Torre A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-030. Tendo em vista o disposto no art. 19 do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos acionistas presentes, por unanimidade, a indicação para ocupar as funções de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, dos Srs. **NEWTON SERGIO DE SOUZA** e **ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO**. Os Conselheiros ora reeleitos e/ou eleitos tomam posse nesta data e declaram para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02 e 367, de 29.05.02 e ao Termo de Anuência dos Administradores às regras contidas no Regulamento de Listagem do Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A., declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das reeleições e eleições acima deliberadas, o Conselho de Administração passa a ter a seguinte composição: **TITULARES:** **NEWTON SERGIO DE SOUZA; MARCELA APARECIDA DREHMER ANDRADE; DANIEL BEZERRA VILLAR; LUIS DE MENDONÇA; ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO; ALFREDO LISBOA RIBEIRO TELLECHEA; ANTONIO BRITTO FILHO e ERNANI FILGUEIRAS DE CARVALHO; EDSON CHIL NOBRE; JOÃO CARLOS TRIGO DE LOUREIRO e ANTONIO APARECIDA DE OLIVEIRA. RESPECTIVOS SUPLENTE:** **MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO; MAURO MOTTA FIGUEIRA; CARLA GOUVEIA BARRETO; LUCIANO DEQUECH; TICIANA VAZ SAMPAIO MARIANETTI; MONICA BAHIA ODEBRECHT; JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS; ARÃO DIAS TISSER; SERGIO BOTTINO e PAULO CEZAR FERNANDES DA SILVA e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA MAGALHÃES. 9.1.5) ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL - tendo em vista o disposto no art. 40 do Estatuto Social da Companhia e o parágrafo 4º do art. 161 da LSA, foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, os seguintes membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato de 1 (um) ano, iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores relativos ao exercício social a findar-se em 31.12.2016: (a) em votação em separado dos titulares de ações preferenciais, com 8.093.252 votos favoráveis, com 2.358.411 votos atribuídos por titulares de ações preferenciais a outros candidatos, 7.115.734 votos contra e 24.240.392 abstenções, o Sr. **MARCOS GALEAZZI ROSSET**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 6687857-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.216.238-70, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, com endereço residencial na Av. São Paulo Antigo, nº 500, apto. 132-A, Real Parque, Morumbi, CEP 05684-011, como membro titular e o Sr. **LUIS FERNANDO SACHET**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2908160-2 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.726.099-80, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC, com endereço comercial na Rua Prefeito Osmar Cunha, 183, edifício Ceisa Center, 8º andar, bloco B, CEP 88015-100; como respectivo membro suplente, e (b) por unanimidade pelas acionistas Odebrecht Serviços e Participações S/A, Odebrecht S/A e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionistas titulares de mais de 97% do capital votante, como membros titulares os Srs. **ISMAEL CAMPOS DE ABREU**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de identidade RG nº 00716820 90 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 075434415-00, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço comercial na Al. das Catabas, nº 180, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-440; **ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 923.502-ES SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.525.087-94, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 10º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 06158889-3, Detran/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 771.503.767-20, residente e domiciliado na Av. Otávio Mangabeira, nº 3801, apto. 903, Jardim Armação, Salvador/BA, CEP 41750-240; e **CRISTIANO GADELHA VIDAL CAMPELO**, brasileiro, solteiro, nascido em 03.08.1981, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 10854676, SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.136.466-43, residente e domiciliado na Rua Assis Bueno, nº 11, apto. 502, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22280-080, e como respectivos membros suplentes os Srs. **IVAN SILVA DUARTE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, Portador da carteira de identidade RG nº 03732230 30 - SSP/BA inscrito no CPF/MF sob o nº 611242065-15, residente e domiciliado em Salvador/BA, com endereço na Rua Waldemar Falcão, nº 870, apto. 1501, Torre "A", Horto Florestal, CEP 40295-010, Salvador/BA; **TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG nº 0823710327 SSP BA e inscrita no CPF/MF sob o nº 951.929.135-00, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 10º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **HUBERT GEORG DEIERL**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 559177D, CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 549.964.227-34, residente e domiciliado na Av. República do Chile, nº 65, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912 e **EDUARDO SEIXAS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 10590490-8, IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 075.969.567-93, residente e domiciliado na Av. República do Chile, nº 65, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-912. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos ou reeleitos tomam posse nesta data, tendo apresentado, por escrito, declarações para os devidos fins de direito e efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03.01.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos da referida Instrução, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das reeleições e eleições acima deliberadas, o Conselho Fiscal passa a ter a seguinte composição: **TITULARES:** **ISMAEL CAMPOS DE ABREU; ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO; LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO, CRISTIANO GADELHA VIDAL CAMPELO e MARCOS GALEAZZI ROSSET. RESPECTIVOS SUPLENTE:** **IVAN SILVA DUARTE, TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO; HUBERT GEORG DEIERL, EDUARDO SEIXAS e LUIS FERNANDO SACHET. 9.1.6) REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - fixado,** por unanimidade, até ulterior deliberação, para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, o limite máximo global anual de R\$ 41.515.153,46 (quarenta e um milhões, quinhentos e quinze mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), valor este que inclui os benefícios e verbas de representação previstos no "caput" do art. 152 da LSA, e serão individualizados pelo Conselho de Administração, de acordo com o previsto nos arts. 25 e 26 "viii" do Estatuto Social da Companhia. 9.1.7) **REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL - estabelecido,** por unanimidade, que cada membro do Conselho Fiscal em exercício terá a remuneração de R\$ 10.905,00 (dez mil novecentos e cinco reais) mensais, ou o limite mínimo previsto no parágrafo 3º do art. 162 da LSA, o que for maior; 9.2) **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 9.2.1) ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - foi aprovada,** por unanimidade, sem emendas ou ressalvas, (i) a alteração do artigo 4º do estatuto social da Companhia para refletir a conversão de ações de ações preferenciais classe "B" em ações preferenciais classe "A" exercida por acionistas minoritários, conforme faculdade estabelecida pelo artigo 6º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, passando o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: "O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.265.248 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.002.978 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duas mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais classe "A"; e 593.618 (quinhentas e noventa e três mil, seiscentas e dezoito) ações preferenciais classe "B"; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da deliberação ora aprovada, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar com a redação constante do Anexo II, documento este que, após examinado pelos presentes, foi rubricado pela secretária e arquivado na sede da Companhia, e cuja cópia rubricada pela secretária fica fazendo parte integrante da presente ata. 10. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerradas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, vai assinada pelos Acionistas que constituíram o quorum necessário para a validade das deliberações objeto destas Assembleias Gerais, tendo sido, por decisão dos mesmos, autorizada a extração das certidões necessárias pela Secretária das Assembleias. Camaçari/BA, 06 de abril de 2016. MESA: Monique Mesquita Mavignier de Lima - Presidente; Alessandra Orduña Arape - Secretária; Confere com o original lavrado em livro próprio. Alessandra Orduña Arape - Secretária. JUCEB nº 97560808 em 08/05/2016. Protocolo: 16/899280-1, de 03/05/2016. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.**

NOTA: AS AÇÕES NÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

mabasca

ISE

LATIBEX

NÍVEL 1

BAK

BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

NOME, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º

A **BRASKEM S.A.**, companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da BM&FBovespa ("Regulamento").

Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 2º

São objetivos da Companhia:

- a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica;
- b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais;
- c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas;
- d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei nº. 6.404/76, na qualidade de sócia ou acionista; e

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

- e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo.

Artigo 3º

O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4º

O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.265.248 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.002.978 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duas mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais classe "A"; e 593.618 (quinhentas e noventa e três mil, seiscentas e dezoito) ações preferenciais classe "B".

Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social até que este atinja a quantidade total de 1.152.937.970 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, novecentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta) em ações, sendo 535.661.731 (quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentas e trinta e uma) em ações ordinárias, 616.682.421 (seiscentos e dezesseis milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, quatrocentas e vinte e uma) em ações preferenciais classe "A" e 593.818 (quinhentas e noventa e três mil, oitocentas e dezoito) em ações preferenciais classe "B", sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito não poderá ultrapassar o limite 2/3 do capital total da Companhia ("Capital Autorizado").

Parágrafo 2º - Poderá ser modificada a proporção anteriormente verificada entre o número de ações das diversas classes de ações preferenciais da Companhia, sendo dispensada a formalidade prevista no Artigo 136, §1º da Lei nº 6.404/76.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 5º

As ações preferenciais classe "B" serão sempre integralizadas com recursos previstos na legislação de incentivos fiscais aos empreendimentos do Nordeste.

Parágrafo Único - As ações integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do Artigo 3º do referido Decreto-Lei.

Artigo 6º

Todas as ações da Companhia são escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, sem emissão de certificados.

Parágrafo 1º - O custo do serviço de transferência de propriedade das ações, que for cobrado pela instituição financeira depositária, poderá vir a ser repassado ao acionista, conforme faculta o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto, fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais classe "B", uma vez esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "A" a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada uma ação preferencial classe "A".

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia farão jus ao direito de venda conjunta (tag along) no caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s), observado o disposto no Capítulo III deste Estatuto Social.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 7º

A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) a emissão, a quantidade, preço, tipos ou espécies e classes de ações a serem emitidas pela Companhia serão, conforme o caso, estabelecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sendo, nesta última hipótese, sempre observado o Capital Autorizado;
- b) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em Lei;
- c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, por ocasião de cada chamada de capital;
- d) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral;
- e) não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da Lei especial sobre incentivos fiscais (Artigo 172, parágrafo único, da lei nº 6.404/76); também não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer novas ações os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- f) sem prejuízo do disposto no parágrafo único abaixo, no exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações e/ou dos demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica assegurado aos acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem a subscrição, contado este prazo da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas;
- g) poderão ser emitidos bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração no limite do Capital Autorizado.

Parágrafo Único - Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o respectivo prazo, em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.

Artigo 8º

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º

As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, porém, dos seguintes privilégios:

a) as ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição, em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário, como definido na alínea "g" adiante, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. Esse dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração, na hipótese de distribuição de dividendos intermediários (Art. 44, parágrafo 4º), no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social:

b) as ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais referido na alínea "a" deste artigo;

c) depois de cumprido o disposto na alínea "a" deste artigo e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, conforme definido na alínea "g" adiante, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido na alínea "a" deste artigo;

d) somente as ações ordinárias e preferenciais classe "A" participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social;

e) às ações preferenciais classes "A" e "B" é assegurada a prioridade no reembolso do capital;

f) a integralização das ações subscritas pelo FINOR efetivar-se-á mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação da publicação, no Diário Oficial, da Certidão de arquivamento da Junta Comercial, referente ao arquivamento da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição;

g) o valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação.

Parágrafo Único - As ações preferenciais sem direito a voto com dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do § 1º, do art. 111, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III
DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA.

Artigo 10

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) desde já obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Artigo 11

Para os fins do previsto no artigo 10 acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, que retire do alienante a condição de controlador da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Parágrafo Único – Não obstante o disposto no artigo 11 acima, não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Artigo 12

O direito de venda conjunta previsto neste Capítulo III não se aplicará caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS PERMANENTES DA SOCIEDADE

Artigo 13

São Órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração;
- c) a Diretoria;
- d) o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 14

A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos quatro primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social; e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.



BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei.

Artigo 15

A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais.

Artigo 16

Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam mantidas em depósito na instituição financeira, indicada pela Companhia, até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

Parágrafo 1º - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Para fins do exercício do direito previsto no parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comprovar à Assembleia a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida pelo referido dispositivo durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral e estarão aptos a exercer o mencionado direito apenas com relação às ações que satisfizerem tal requisito.

Parágrafo 3º - Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral.

Artigo 17

Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;
- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiii) abaixo;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

CAPÍTULO VI
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 18

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Artigo 19

A Assembleia Geral deverá definir, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo substituí-los a qualquer tempo, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único - O cargo de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, salvo nas hipóteses e nos termos previstos pelo Regulamento.

Artigo 20

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Artigo 21

O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 22

Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente, a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Vice-Presidente. Na ausência e/ou impedimento temporários e

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

simultâneos do Presidente e do Vice Presidente, o Presidente indicará, entre os demais membros do Conselho, quem o substituirá na presidência do Conselho de Administração.

Artigo 23

No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Artigo 24

O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente cada 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo 1º - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações serão tomadas por maioria, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 25

A remuneração global anual dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

Artigo 26

Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;
- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- (xviii) decidir sobre contratos, excetuados os de fornecimento de matéria-prima, entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de seus acionistas titulares de ações ordinárias, qualquer administrador da Companhia, da sua controladora ou de suas controladas, ou suas respectivas partes relacionadas, em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por exercício social;
- (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
- (xx) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;
- (xxi) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("commercial paper");
- (xxii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxiii) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;
- (xxiv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;
- (xxv) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;

- (xxvi) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxvii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (xxviii) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e
- (xxix) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

Artigo 27

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete:

- a) convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração; e
- b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Artigo 28

Ao Vice-Presidente ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar na forma do art. 22, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo de Presidente até a eleição de novo titular.

CAPÍTULO VII
DIRETORIA

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 29

A Diretoria é composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 30

O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Artigo 31

Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação, dentre os demais Diretores, de seu substituto, que acumulará as funções observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único – Nas ausências temporárias e impedimentos do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração designar o seu substituto.

Artigo 32

Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 33

Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos;

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

Artigo 34

Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- e) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.

Artigo 35

Compete aos demais Diretores a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no Artigo 37 deste Estatuto, compete a quaisquer 2 (dois) Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Artigo 36

É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por dois membros da Diretoria.

Parágrafo Único - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e a duração do mandato, o qual deverá ser limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, ou que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 37

Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 2 (dois) Diretores; ou
- b) um Diretor e um Procurador ou dois Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 36 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários e de certificação digital; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

Parágrafo 2º - Em casos especiais poderão ser outorgados a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 36 deste Estatuto.

Artigo 38

A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do art. 31, parágrafo único.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Artigo 39

É vedado à Diretoria:

- a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no País ou no Exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração;
- b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto às empresas controladas integrais, ou se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII

CONSELHO FISCAL

Artigo 40

O Conselho Fiscal, composto de até 5 (cinco) membros e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, funcionará de forma permanente, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger um membro e seu respectivo suplente. Igual direito ficará assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Artigo 41

O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 1º – Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do termo de anuência e/ou adesão às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016**

Parágrafo 2º – No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

Artigo 42

Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a Lei.

CAPÍTULO IX

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 43

O exercício social se inicia em 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 44

Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados e da dedução para provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos administradores da Companhia por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurados os dividendos mínimos estabelecidos no artigo 9º, letra "c" deste Estatuto, às ações ordinárias.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Parágrafo 2º - Dos lucros líquidos verificados na forma da Lei, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal até que este atinja montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 3º - Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada:

- a) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais;
- b) se ainda houver remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Parágrafo 4º - Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos antecipados, observadas as disposições da lei, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "*ad-referendum*" da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral.

Parágrafo 6º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório, estabelecidos neste Estatuto Social em seu artigo 9º e no parágrafo 3º deste artigo 44, respectivamente.

BRASKEM S.A
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

COMPANHIA ABERTA
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 06.04.2016

Artigo 45

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o parágrafo 6º do Artigo 44, atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO X

ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 46

Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47

A Companhia se dissolverá nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução extrajudicial da Sociedade, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/05/2016 SOB Nº: 97560808 Protocolo: 16/699280-1, DE 03/05/2016
Empresa: 29 3 0000693 9 BRASKEM S.A.	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2018 - ANO CII - Nº 22.431

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ 14.372.148/0001-61
NIRE 29300003832

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA, convidados para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 11:00 horas do dia 18/06/2018, em sua sede social, na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cairu, 1º andar, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, com a seguinte ordem do dia:

I - Alteração do art. 1º do Estatuto Social, substituindo a natureza jurídica da CODEBA de sociedade de economia mista para empresa pública, conforme prevê o art.91 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e revisão das disposições do Estatuto Social, relacionadas com essa alteração.

II - Eleição de Membros do Conselho Fiscal.

Salvador, 17 de maio de 2018.
REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ
Presidente do Conselho de Administração



MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

CNPJ/MF: 42.509.257/0001-13
NIRE: 29300019097

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da Mineração Caraíba S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Saldanha Maranhão, s/nº, CEP 48.960-000, no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Jaguarari, 30 de maio de 2018. MINERAÇÃO CARAÍBA S.A..



BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 03.376.102/0001-02
NIRE nº 29300027031

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da BAHIA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. que se encontram à sua disposição, na sede da companhia situada na Rua Saldanha Maranhão, nº 88, Caixa D'Água, Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Salvador, 29 de maio de 2018.

Terеза Rita Leony Valente
Diretora Presidente



PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55
NIRE nº 29 3 0002870-3

ANS nº 326861

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 18 de junho de 2018, às 09:00 horas, na sede social situada na Rua Sol Nascente, nº 43, Edifício "Centro Médico Empresarial Vitruvius", 14º andar - Bairro Rio Vermelho - CEP 41940-457 - Salvador - Bahia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar sobre a alteração do art. 3º do Estatuto Social para inclusão do "CNAE 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio" no objeto da sociedade. b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Salvador, 01 de junho de 2018.

Terеза Rita Leony Valente
Diretora Presidente



PROMÉDICA PATRIMONIAL S/A - PROPAT

CNPJ nº 13.608.803/0001-19
NIRE nº 29 3 0000992-0

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da PROMÉDICA PATRIMONIAL S.A. - PROPAT que se encontram à sua disposição, na sede da companhia situada na Av. Garibaldi, nº 2.135, sala da Diretoria, Federação, Salvador - Bahia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Salvador, 29 de maio de 2018.

Terеза Rita Leony Valente
Diretora Presidente

BIL BAHIA IMPORTADORA LTDA.

CNPJ 15.125.370/0001-22
NIRE 29200031184

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os Senhores Quotistas da Bil Bahia Importadora Ltda. para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede social da sociedade, à Praça Conde dos Arcos nº 1, Comércio, Salvador (BA), no dia 20 de junho de 2018, às 14 h, em primeira convocação, e às 14h 30m em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a manifestação de voto da sociedade nas Assembleias Ordinária e Extraordinária de Paes Mendonça S.A. Salvador (BA), 28 de maio de 2018. A Administração.

UNIVALES TRIUNFO AGRO PECUÁRIA LTDA

CNPJ: 04.286.689/0001-13
COMUNICADO

A Univales Triunfo Agro Pecuária Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.286.689/0001-13, comunica que reduzirá seu capital de R\$2.720.000,00 equivalente a 2.720.000 cotas de R\$ 1,00 cada para R\$ 849.044,00 equivalentes a 849.044 cotas de R\$ 1,00 cada por encontrar-se excessivo em relação ao objeto da sociedade conforme art.1082 da Lei 10.406/2002. Salvador, 01 de Junho de 2018.

A Administração.



BRASKEM S.A.

CNPJ nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2018

Aos 11 dias do mês de maio de 2018, às 10h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da **Braskem S.A.**, com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. **Ordem do Dia: I) Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD"), a qual foi encaminhada previamente para os conselheiros, juntamente com a documentação pertinente, e permanecerá devidamente arquivadas na sede da Companhia, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a seguinte deliberação: **1) PD.CA/BAK-02/2018 - Celebração de Contrato de Abertura de Linha de Crédito Rotativo Internacional ("Linha de Crédito") - aprovada** a contratação da Linha de Crédito nos termos e condições da referida PD. **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 11 de maio, de 2018. Ass.: Marcelo Lyrio - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; Carla Gouveia Barreto; Edson Chil Nobre; Ernani Filgueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Carlos Trigo de Loureiro; João Cox Neto; Luiz de Mendonça; Marcus Vinicius de Oliveira Magalhães; Pedro Oliva Marcolino de Sousa e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. **JUCEB** nº 97763425 em 29/05/2018. Protocolo: 18/913429-1, de 25/05/2018. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.



BRASKEM S.A.

CNPJ nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2018

Aos 09 dias do mês de maio de 2018, às 14:00h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **BRASKEM S.A.**, com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. **Ordem do Dia: I) Matérias para deliberação:** Após a devida análise das Propostas de Deliberação ("PDs"), as quais foram encaminhadas previamente para os Conselheiros, juntamente com a documentação pertinente, e permanecerá devidamente arquivadas na sede da Companhia, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: **1) PD.CA/BAK-07/2018 - Eleição da Diretoria Estatutária - aprovada** a eleição dos membros da Diretoria para um novo mandato de três anos, com término na primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária de 2021, quais sejam: **Fernando Musa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.612.828-06, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.617.644-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor Presidente**; **Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.045.318-08, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.682.965-8, SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; **Edison Terra Filho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.964.638-70, portador da Carteira de Identidade RG nº 20297001-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 21º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Marcelo Arantes de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 1432663, SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.697.006-72, residente e domiciliado em São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Gustavo Sampaio Valverde**, brasileiro, convivente em regime de união estável, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.343.775-72, portador da carteira de identidade RG nº 0690703775 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **Marcelo de Oliveira Cerqueira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro químico, inscrito no CPF/MF sob o nº 509.945.144-68, portador da Carteira de Identidade RG nº 471232 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; e **Luiz Fernando Marinho Nunes**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro químico, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.194.737-49, portador da Carteira de Identidade RG nº 02412030-5 SSP/RJ, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050. Os Diretores ora eleitos tomam posse nesta data e declaram para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art.147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03/01/02, e 367, de 28/05/02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta conforme segue: **Fernando Musa - Diretor Presidente; Gustavo Sampaio Valverde; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Fernando Marinho Nunes e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores; 2) PD.CA-BAK-08/2018 - Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Riscos, Administração e Gerenciamento de Seguros e Gestão dos Sinistros entre Braskem e Odebrecht Corretora de Seguros - aprovada** a contratação da Odebrecht Corretora de Seguros e Gestão dos Sinistros entre Braskem e Odebrecht Corretora de Seguros - aprovada o Comitê de Conformidade e considerações de outros Conselheiros, foi aprovada a celebração do referido contrato, conforme termos e condições estabelecidos na respectiva PD; **3) PD.CA-BAK-9/2018 - Contrato de Prestação de Serviços de Movimentação e Armazenagem de Soda Cáustica entre Liquipor e Braskem - aprovada** o Comitê de Conformidade e considerações de outros Conselheiros, foi aprovada a celebração do referido contrato, conforme termos e condições estabelecidos na respectiva PD; e **4) Individualização da Remuneração dos Administradores - aprovada** o Comitê de Pessoas e Organização, foi aprovada a individualização da Remuneração dos Administradores, observados os valores anuais aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018. **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 09 de maio, de 2018. Ass.: Marcelo Lyrio - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; Carla Gouveia Barreto; Edson Chil Nobre; Ernani Filgueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Carlos Trigo de Loureiro; João Cox Neto; Luiz de Mendonça; Marcus Vinicius de Oliveira Magalhães; Pedro Oliva Marcolino de Sousa e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. **JUCEB** nº 97763428 em 29/05/2018. Protocolo: 18/914549-8, de 25/05/2018. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.





DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 8 DE DEZEMBRO DE 2018 - ANO CIII - Nº 22.557

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

SANSUY S/A. INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
CNPJ/MF: 14.807.945/0001-24
NIRE: 29300067482

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2018, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO.

DATA E LOCAL - Dia 26 de novembro de 2018, às 10:00 horas, na sede social, à Rua dos Plásticos, 761, Área Industrial Leste, COPEC, CEP 42.810-240, Camaçari, Estado da Bahia. **PRESEÇA** -ACIONISTAS que representam mais de 2/3 (dois terços) do capital social, com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas, e a presença do Sr. José Eduardo Vaz das Neves, membro efetivo do Conselho Fiscal. **ABERTURA** - Pelo Presidente do Conselho de Administração, Kiyuziro Akimoto. **MESA DIRETIVA** - Kiyuziro Akimoto, Presidente e Dr. Ivan Freire do Bonfim, Secretário. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia", nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2018. **ORDEM DO DIA** - Paula Única - Deliberar sobre a renúncia do Sr. Yoshiyuki Ono, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme sua "Carta Renúncia", datada de 01 de novembro de 2018. **DELIBERAÇÕES** - **PAUTA ÚNICA** - Examinada a matéria, a Assembleia Geral, por unanimidade de votos, aprovou a renúncia, do Sr. Yoshiyuki Ono, do cargo de membro do Conselho de Administração, conforme sua "Carta Renúncia" de 01 de novembro de 2018. Deliberou, ainda, que a vaga no Conselho de Administração, deixada pelo Sr. Yoshiyuki Ono, será preenchido oportunamente. A Assembleia deliberou também, deixar consignado na presente ata os agradecimentos ao Sr. Yoshiyuki Ono, pelo relevante serviço prestado à Companhia, durante o seu mandato. **ENCERRAMENTO** - Nada mais haverá a tratar, o senhor Presidente encorreu os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pela mesa diretiva, pelos acionistas presentes, pelo membro efetivo do Conselho Fiscal, José Eduardo Vaz das Neves. **CAMAÇARI-BA**, 26 de novembro de 2018. **Kiyuziro Akimoto** - Presidente. **Dr. Ivan Freire do Bonfim** - Secretário. Acionistas presentes: SANSUY Administração, Participação, Representação e Serviços Ltda., representada pelo procurador Dr. Ivan Freire do Bonfim; Tsutomu Nakabayashi, Toshio Nakabayashi e Kazumi Miyamoto, representados pelo procurador Dr. Kiyuziro Akimoto e Kiyuziro Akimoto, e evuntine Carlos Alberto Santana Bahia. Esta cópia é reprodução fiel da ata lavrada no livro próprio. Camaçari/BA, 26 de novembro de 2018. **Kiyuziro Akimoto** - Presidente. **Cúpia Comercial do Estado da Bahia**. Certifico o Registro sob o nº 97813671 em 04/12/2018. Protocolo 187788570 de 30/11/2018. Nome da empresa: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLÁSTICOS - EM recuperação judicial - NIRE 29300067482. Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

MJA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
CNPJ: 05.011.074/0005-70

ATA DE REUNIÃO ENTRE SÓCIOS

SOCIEDADE: MJA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. - CNPJ: 05.011.074/0005-70. DA DATA, DA HORA E DO LOCAL: Em 06 de agosto de 2018, às 10:30h, na sede da sociedade em epígrafe, localizada na rua morada da lagoa, nº07-107 - Nova Brasília de Valéria, Salvador, Bahia, CEP: 41.306-745. **DA PRESEÇA:** Foi realizada Assembleia de Reunião entre Sócios desta sociedade limitada, à qual compareceram os seguintes sócios: José Luiz Castro de Azevedo Cruz, Rafael Rios de Azevedo Cruz, e Manuel Castro de Azevedo Cruz, que integraram conjuntamente 100% do capital social. **DA COMPOSIÇÃO DA MESA:** A assembleia foi presidida pelo senhor José Luiz Castro de Azevedo Cruz e secretariada pelo senhor Rafael Rios de Azevedo Cruz. **DA ORDEM DO DIA:** Esta assembleia teve como ordem do dia a atualização do contrato social da sociedade limitada, posto que, em função de processo de apuração de haveres ainda em curso, nenhuma alteração pode ser promovida desde o final de 2015. **DA DELIBERAÇÃO:** Iniciada a Assembleia, pelo senhor presidente, com a leitura do contrato social da MJA Comércio de Confecções LTDA., deliberaram os sócios e aprovaram por unanimidade os pontos que seguem: Continuidade do processo de reorganização comercial, com terceirização de filiais. Redução do capital social para R\$1.438.286,00 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e oitenta e seis reais), em função dos prejuízos acumulados pela sociedade limitada nos últimos anos e baixa das filiais abaixo. Baixa das seguintes operações não mais integrantes do patrimônio desta sociedade limitada: 1. Av. Luís Viana, 8.544 - Shop. Centro Paralela, Piso L-2, Lojas 215 e 216, Alphaville I, Salvador - BA, CEP 41.701-005 - NIRE: 29900919463, CNPJ nº 05.011.074/0002-28; 2. Av. Tancredo Neves, 2.915, Piso 11, Loja 1155, Caminho das Arvores, Salvador-BA, CEP 41.820-021, NIRE: 29900933903, CNPJ 05.011.074/0004-90; 3. Redovia Ba, 526, Salvador Norte Shopping, 305, Lojas 207/778, Piso L-2, Set Com 218, São Cristóvão, Salvador - BA, CEP 41.510-000, NIRE: 29900986381, CNPJ 05.011.074/0006-51; 4. Rua Conselheiro Dantas, 46, Comércio, Salvador - Bahia, CEP 40.015-070, NIRE 2990099815, CNPJ 05.011.074/0008-13; 5. Av. Tancredo Neves, 148, 2º Piso, Lojas 1113, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, Salvador - Bahia - CEP 41.820-020, NIRE: 2990099858, CNPJ 05.011.074/0009-02; 6. Av. Centenário, 2.992, Piso L-2, Loja 263, Chame-Chame, Salvador - Bahia - CEP 40.155-150, NIRE: 29900999831, CNPJ 05.011.074/0010-38; 7. Av. Centenário, 2.992, Lote 151-2, Piso L-1, Chame-Chame, Salvador-BA, CEP 40.155-150, NIRE: 29900998966, CNPJ 05.011.074/0011-19; 8. Av. Tancredo Neves, 148, 2º Piso, Lojas 36/37, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, Salvador - Bahia - CEP 41.820-020, NIRE: 29900998840, CNPJ 05.011.074/0012-08; 9. Avenida Tancredo Neves, 148 - Loja 10, Shopping Center Igatemi, Caminho das Arvores, CEP 41.820-020, Salvador - BA, NIRE: 29901093011, CNPJ: 05.011.074/0017-04; 10. Avenida Tancredo Neves, 3133 - Lojas 2030/2031, Caminho das Arvores, CEP 41.820-021 - Salvador - Bahia, NIRE: 29901093020, CNPJ: 05.011.074/0018-95; 11. Avenida Tancredo Neves, 3133 - Salvador Shopping, Lojas 2054/2055, Caminho das Arvores - CEP 41.820-021, Salvador - Bahia, NIRE: 29901093003, CNPJ: 05.011.074/0016-23. Alteração do endereço da operação Hs, localizada no segundo piso do shopping da Bahia, em que pesa a mudança de ponto ocorrida, **DO ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Por fim, a palavra foi concedida a quem quiseres fazer uso para discutir sobre os assuntos de interesse social. Não existindo manifestações, o presidente encorreu a Assembleia. O secretário lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelos sócios presentes, pelo secretário e pelo presidente. Salvador, 06 de agosto de 2018. **José Luiz Castro de Azevedo Cruz** - Presidente; **Rafael Rios de Azevedo Cruz** - Secretário; **Manuel Castro de Azevedo Cruz**.

AGROPASTORIL VILA REAL S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO
C.N.P.J. (MF) nº 14.800.520/0001-50
NIRE 29300067512

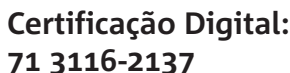
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social desta empresa, na Fazenda Maria Bonita, s/n - Dário Meira - Bahia, às 10:00 horas do dia 17 de dezembro de 2018, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição do Presidente do Conselho de Administração devido à vacância do cargo por falecimento do Sr. Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho. Diário Meira, 07 de dezembro de 2018. Conselho de Administração.

Acesse nosso site: www.egba.ba.gov.br

Braskem

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018

1. Data, Hora e Local: Em 16 de outubro de 2018, às 10:00 horas, na sede social da **BRASKEM S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Eteno, nº 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia. **2. Convocação:** Edital de Convocação publicado, consoante o artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), no Jornal "O Correio da Bahia" e no "Diário Oficial do Estado da Bahia", nas edições dos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2018. **3. Presenças:** Compareceram à Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 97,80% (noventa e sete inteiros e oito centésimos por cento) do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo e apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Registrada, ainda, a presença de acionistas representando 45,17% (quarenta e cinco inteiros e dezesseis centésimos por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". **4. Composição da Mesa:** Presidente: Sra. Paula Cristina Penteado Magalhães Azevedo, e Secretária: Sra. Isis Azevedo Diniz, escolhidas na forma prevista no §3º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **5. Ordem do Dia:** (I) Alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia em razão da: (i) indicação do Sr. João Carlos Trigo de Loureiro, atual membro efetivo do Conselho de Administração, para um dos cargos vagos de membro suplente do Conselho de Administração; (ii) indicação do Sr. João Carlos Trigo de Loureiro, atual membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para ocupar um dos cargos vagos de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; bem como a existência de outro cargo vago de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, a **aprovar**, por maioria dos presentes com direito a voto, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata, observado o protesto recebido pela Mesa conforme anexo à ata, a eleição ou ratificação, conforme o caso, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão completar o restante do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; (2) Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da conversão de ações exercida por acionista minoritário detentor de ações preferenciais classe "B"; e (3) Alteração do artigo 26, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia, de forma a excluir a exceção aos contratos de matéria prima da competência do Conselho de Administração que trata da contratação com partes relacionadas, incluir referência à política da Companhia que regule a matéria, bem como para aumentar os valores-limite para aprovação. **6. Deliberações:** Os acionistas presentes autorizaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da LSA. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: **6.1. Alteração da Composição do Conselho de Administração da Companhia:** Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães, membro titular do Conselho de Administração da Companhia, conforme ata de renúncia recebida e arquivada na sede da Companhia em 05 de setembro de 2018, a indicação do Sr. João Carlos Trigo de Loureiro, atual membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para ocupar um dos cargos vagos de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; bem como a existência de outro cargo vago de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, a **aprovar**, por maioria dos presentes com direito a voto, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata, observado o protesto recebido pela Mesa conforme anexo à ata, a eleição ou ratificação, conforme o caso, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão completar o restante do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; (i) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.256.038-40, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da República do Chile nº 65, Centro, CEP 20031-912, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) **eleição do Sr. Ricardo Baldin**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1005553266 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.678.040-72, residente e domiciliado na Cidade em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Airoso Galvão, nº 54, Água Branca, CEP 05001-070, como membro titular, em substituição ao conselheiro titular renunciante Sr. Marcus Vinícius de Oliveira Magalhães; (ii) **eleição do Sr. Fábio Venturili**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador





Braskem

BRASKEM S.A.
C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019

Aos 08 dias do mês de maio de 2019, às 9:00h, no escritório da Companhia, situado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar - São Paulo/SP, CEP 05501-050, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Braskem S.A., com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, conforme assinaturas apostas no final desta ata. Ausente, por motivo justificado, a Conselheira Carla Gouveia Barreto, bem como seu respectivo suplente. **ORDEM DO DIA: Matérias para deliberação:** Após a devida análise das propostas submetidas à deliberação, as quais foram encaminhadas previamente para os Conselheiros e permanecerão devidamente arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas, por unanimidade, registradas as abstenções abaixo mencionadas, as seguintes deliberações: **1) PD.CA/BAK-11/2019 - Atualização da Política de Seguros da Braskem - aprovada** a atualização da Política de Seguros, nos termos constantes do Anexo I da referida PD; **2) PD.CA/BAK-12/2019 - Contrato de Fornecimento de Gás Natural Comprimido firmado entre Braskem e CDGN Logística S.A. - aprovada** a celebração do referido contrato, nos termos e condições constantes da respectiva PD. O Conselheiro João Cox se absteve de participar da discussão em razão de ser membro do Conselho de Administração da Petrobras; **3) PD.CA/BAK-13/2019 - Celebração de Termo de Encerramento de Pendências Contratuais e Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gasolina de Pirólise e Hidrogênio, entre a Braskem e a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - autorizada** a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gasolina de Pirólise e Hidrogênio e Termo de Encerramento de Pendências Contratuais, nos termos constantes dos Anexos III e IV, respectivamente, da referida PD. O Conselheiro João Cox se absteve de participar da discussão em razão de ser membro do Conselho de Administração da Petrobras; **4) PD.CA/BAK-14/2019 - Eleição de Diretor Estatutário - (i) registrada** a renúncia apresentada pelo Diretor Gustavo Valverde em 18.04.2019, tendo sido registrados os votos de agradecimento do Diretor renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções na Diretoria; e **(ii) eleita** a Sra. **Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 281.798.748-93, portadora da Carteira de Identidade OAB/SP nº 173.114, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, para desempenhar as funções de Diretora Jurídica da Companhia, pelo restante do prazo do mandato em curso que findará por ocasião da realização da reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. A Diretora ora eleita toma posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02, e 367, de 29.05.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade, os Conselheiros registraram seus votos de boas-vindas a Sra. Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Fernando Musa - Diretor Presidente; Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo - Diretora Jurídica; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Eduardo Valente Moreira; e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores. Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária da Reunião. São Paulo, 08 de maio de 2019. Ass.: **Marcelo Lyrio - Presidente; Marcelle Menezes Fagundes - Secretária; Fabio Venturini; Emani Figueiras de Carvalho; Gesner José de Oliveira Filho; João Pinheiro Nogueira Batista; João Cox Neto; Julio Soares de Moura Neto; Mauro Motta Figueira; Pedro Olive Marcello de Sousa; e Rodrigo J. P. Seabra Monteiro Salles.** Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio. **Marcella Menezes Fagundes - Secretária. JUCEB nº 97865748 em 07/06/2019. Protocolo: 196481511 de 04/06/2019. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral.**



Pense fora da caixa!

Guarde sua caixa com a gente



Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e guarda de documentos

Agendamento

Sede Egba:
71 3116 2856 (2892) | 3117 2535

www.egba.ba.gov.br



SAUÍPE S.A.
CNPJ nº 00.866.577/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhores Acionistas, Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os seguintes Relatórios Financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2018: • Balanços patrimoniais; • Demonstrações de resultados; • Demonstrações de resultados abrangentes; • Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; • Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto; Colocamos-nos a disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que assim julgarem necessários. Mata de São João (Ba), 29 de Março de 2019. A DIRETORIA

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)					
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.919	6.756	Empréstimos e financiamentos	5.498	8.177
Contas a receber	27.922	31.774	Fornecedores	20.338	19.595
Estoques	4.722	4.182	Impostos taxas e contribuições	8.330	6.230
Imposto a recuperar	974	2.082	Imposto de renda e contribuição social a pagar	(10)	-
Imposto de renda e contribuição social	2.641	-	Salários, provisões e encargos sociais	6.689	10.138
Despesas antecipadas	483	1.008	Contratos Time Sharing	1.866	-
Outros créditos	1.106	1.570	Adiantamento de clientes	17.060	31.490
Total do ativo circulante	43.677	47.372	Outras obrigações	37	38
Não circulante			Total do passivo circulante	59.988	75.668
Contas a receber	2.578	-	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.603	-	Empréstimos e financiamentos	11.012	10.192
Depósitos judiciais	17.389	12.384	Tributos parcelados	37	-
Ativo indenizatório	77.954	-	Provisões	57.569	18.161
Intangível	811	-	Passivo indenizatório	77.954	-
Imobilizado	204.132	195.036	Contratos Time Sharing	15.189	9.759
Total do ativo não circulante	325.467	207.420	Outras obrigações	-	122
Total do ativo	369.234	254.792	Total do passivo não circulante	161.781	38.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2016	476.481	(187.569)	288.912
Prejuízo do exercício	-	(148.025)	(148.025)
Saldo em 31/12/2017	476.481	(335.594)	140.887
Redução do capital	-	-	-
com prejuízo	(335.698)	335.698	-
Prejuízo do exercício	-	(16.422)	(16.422)
Saldo em 31/12/2018	140.783	(16.318)	124.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DIÁRIO OFICIAL

DIVERSOS

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.826

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Braskem

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Data, Hora e Local: Em 04 de dezembro de 2019, às 10:00 horas, de forma não presencial. **2. Convocação, Presenças e Participação:** Reunião Extraordinária convocada nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, com a participação dos Conselheiros abaixo indicados. Participaram, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Fernando Musa, e as Sras. Marcella Menezes Fagundes e Ana Paula Tarossi Silva. O Presidente do Conselho de Administração presidiu a reunião e a Sra. Marcella Menezes Fagundes secretariou os trabalhos. **3. Ordem do Dia e Deliberações:** **3.1. Deliberações:** Após análise das propostas submetidas à deliberação, as quais foram encaminhadas previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas, por unanimidade dos presentes, com a abstenção abaixo registrada, as seguintes deliberações: **a) PD.CA/BAK-42/2019 - Eleição de Diretor Presidente:** em razão da renúncia apresentada pelo Diretor Presidente, Fernando Musa, em 21.11.2019, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia para o qual foi eleito em 09.05.2018, renúncia essa que somente produzirá efeitos a partir de 01.01.2020, foi **aprovada, com abstenção de voto do Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões**, a eleição do Sr. **Roberto Lopes Pontes Simões**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 141.330.245-91, portador da Carteira de Identidade RG nº 839.142 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para desempenhar as funções de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 01.01.2020, pelo restante do prazo do mandato em curso que findará por ocasião da realização da reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. O Diretor Presidente ora eleito tomará posse em 01.01.2020, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art.147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Instruções CVM nºs 358, de 03.01.02, e 367, de 29.05.02, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade foram registrados os votos de agradecimento ao Diretor renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passará a ter, a partir de 01.01.2020, a seguinte composição: **Roberto Lopes Pontes Simões - Diretor Presidente; Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo - Diretora Jurídica; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; Luiz Eduardo Valente Moreira; e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor de Relações com Investidores.** **b) Convocar Assembleia Geral Extraordinária da Braskem S.A. para deliberar sobre (i) a substituição de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) a definição do Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social:** em razão da renúncia apresentada pelo Conselheiro Mauro Motta Figueira, em 29.11.2019, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia para o qual foi eleito em 22.05.2019, renúncia essa que somente produzirá efeitos a partir da posse de seu substituto, foi **aprovada**, por unanimidade, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em data e horário a serem oportunamente definidos e comunicados na forma da lei e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a fim de deliberar sobre (i) a substituição de 01 (um) membro titular do Conselho de Administração, indicado pelo acionista controlador, em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; e (ii) a definição de novo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, indicado pelo acionista controlador entre os membros do Conselho de Administração, para completar o restante do mandato em curso, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2019. Na oportunidade, foram registrados os votos de agradecimento ao Conselheiro renunciante pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções. **3.2. Matérias Para Conhecimento:** Nada a registrar. **3.3. Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. **4. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros participantes, pelo Presidente e pela Secretária. Ass.: Roberto Lopes Pontes Simões - Presidente; Marcella Menezes Fagundes - Secretária; João Cox Neto; Ana Lucia Poças Zambelli; Fábio Venturilli; Gesner José de Oliveira Filho; João Pinheiro Nogueira Batista; Julio Soares de Moura Neto; Mauro Motta Figueira; Pedro Oliva Marcilio de Sousa; Roberto Faldini; e Rogério Bautista da Nova Moreira. São Paulo, 04 de dezembro de 2019. Confere com a original lavrada em livro próprio. Marcella Menezes Fagundes - Secretária. JUCEB nº 97939696 em 16/01/2020. Protocolo 195162960 de 13/12/2019. Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral.

www.egba.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e
guarda de documentos

Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2856 | 2892 | 3117 2535



www.egba.ba.gov.br



Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Sede Egba: 71 3116 2837 | 2838 | 2856 - SAC Shopping da Bahia, Posto 3: 71 3117 8413

acesse



egba posto
sac
SHOPPING DA
BAHIA
Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

- CERTIFICAÇÃO DIGITAL
- SERVIÇOS GRÁFICOS
- GESTÃO DOCUMENTAL *



CASA CIVIL



egba

IMPRESA OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Contatos:

SAC Shopping da Bahia, Posto 3 - 71 3117 8413

Sede Egba - 71 3116 2137 | 2837 | 2838

www.egba.ba.gov.br

*O serviço de Gestão Documental deve ser solicitado na sede da empresa.

Agendamento:

www.sac.ba.gov.br

www.egba.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras
bairanas, com baixo custo e segurança

Melhores preços, melhor qualidade

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2865 | Posto SAC: 3117 8413



www.sac.ba.gov.br

ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



POSTO SAC SHOPPING DA BAHIA

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

Melhores preços, melhor qualidade

Sede Egba: 71 3116 2837 | 2838 | SAC Shopping da Bahia, Posto 3: 71 3117 8413



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão digital e com dados variáveis
Impressão offset - rotativa e plana
www.egba.ba.gov.br

Sede Egba: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413



DOC. 02

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, atual denominação social de **COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores **CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.114 e no CPF/ME sob o nº 281.798.748-93 e **EDISON TERRA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade nº 20.297.001-2-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 157.964.638-70, ambos com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º e 22º andares, Butantã, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **ALESSANDRA ORDUNHA ARARIPE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 269.089 e no CPF/ME sob o nº 082.519.557-85; **CRISTIANE SILVESTRE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.604 e no CPF/ME sob o nº 265.924.308-50; **LILIAN PORTO BRUNO**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 15.970 e no CPF/ME sob o nº 918.239.195-53; **MARCELLA MENEZES FERREIRA DE SOUZA FAGUNDES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.773 e no CPF/ME sob o nº 971.113.927-87; **VALTER PEDROSA BARRETTO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 20.344 e no CPF/ME sob o nº 775.927.355-04; **CAROLINE SANSELME VIEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 206.615 e no CPF/ME sob o nº 294.833.048-30; **CIRO RANGEL AZEVEDO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 166.575 e no CPF/ME sob o nº 053.804.867-03; **ALESSANDRA KOSZURA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 164.415 e no CPF/ME sob o nº 256.638.938-14; **ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, convivente em regime de união estável, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 131.883 e no CPF/ME sob o nº 051.616.996-39; **MILTON CARLOS MELO MASCARENHAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 19.810 e no CPF/ME sob o nº 964.748.745-20; **RENATA TRALDI CARRIEL ASTROVEN**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 286.729 e no CPF/ME sob o nº 333.168.358-22; **THAIS HAMAMOTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.792 e no CPF/ME sob o nº 287.352.628.93; **BRUNO MAIA SOUTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 274.564 e no CPF/ME sob o nº 305.827.208-18; **JULIANO DE CARVALHO E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.607 e no CPF/ME sob o nº 059.937.146-38; **MARCELA LADEIRA NARDELLI**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 254.988 e no CPF/ME sob o nº 717.518.071-34; **JOANA BONFIM MACHADO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 26217 e no CPF/ME sob o nº 006.903.195-92; **FILIPPE ALVES TAVARES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 36.987 e no CPF/ME sob o nº 023.058.555-83; **DIOGO FERRARI TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 31.980 e no CPF/ME sob o nº 030.011.685-36; e **ANDRÉ GOMES MONTILHA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 345.705 e no CPF/ME sob o nº 398.687.138-11, todos com escritório na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º, 21º, 22º, 23º e 24º andares, Butantã, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais para defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer procedimentos judiciais e/ou administrativos, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para o foro em geral, perante qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, conselhos regionais e federais, sindicatos e demais associações de classe, incluindo, mas não se limitando, perante delegacias, secretarias e inspetorias dos fiscos federal, estadual e municipal, órgãos da Previdência Social, Instituto



Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, podendo, ditos procuradores, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propor e acompanhar ações, contestar, impugnar, interpor recursos, confessar, acordar, concordar, discordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar termos e compromissos, receber citações, notificações e intimações, ser e nomear preposto, promover quaisquer processos cautelares ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações e notificações, promover levantamentos de depósitos, obter informações acobertadas pelo dever do sigilo, podendo, ainda, defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer assembleias, comitês e órgãos de credores em processos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, votando e deliberando sobre quaisquer matérias no melhor dos interesses da Outorgante, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, desde que com reserva de poderes.

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 02 de setembro de 2019



BRASKEM S.A.



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes que me foram conferidos por **BRASKEM S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561 - Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, aos Drs. **RENATA CAMPETTI AMARAL**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/SP sob o nº 308.930-A e no CPF/ME sob o nº 917.645.130-53; **WALTER HELLMEISTER JUNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 85.753 e no CPF/ME sob o nº 874.455.818-04; **GIOVANI BRUNO RUIZ TOMASONI**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 247.690 e no CPF/ME sob o nº 294.045.248-24; **CAROLINE VISENTINI FERREIRA GONÇALVES**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 299.834 e no CPF/ME sob o nº 360.109.538-63; **ALEXANDRE SALOMÃO JABRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 330.207 e no CPF/ME sob o nº 395.359.438-98; **MANUELA DEMARCHE MELLO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 336.325 e no CPF/ME sob o nº 391.911.398-56; **LUIZA ALMEIDA RAMOS**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 344.050 e inscrito no CPF/ME sob o nº 393.001.078-01; **RAFAEL DIAS GIL**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 400.069 e inscrito no CPF/ME sob o nº 423.514.848-60; **CAMILA SIMÕES CASSIANO JULIEN**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 419.409 e no CPF/ME sob o nº 442.413.618-38; e, nos limites da lei, aos estagiários/acadêmicos de direito **BEATRIZ GUTHMANN SPALDING**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 50.301.049-2 e inscrita no CPF/ME sob o nº 433.109.698-00; **MATHEUS HENRIQUE CANO DE FARIA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 44.244.093-5 e inscrito no CPF/ME sob o nº 421.480.218-77; **GABRIEL DINIS SIMABUKURO**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 38.204.348-0 e inscrito no CPF/ME sob o nº 384.422.858-65; **LARISSA DE ASSIS SCHIAVINATO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 52.260.348-8 e inscrita no CPF/ME sob o nº 480.927.338-56, todos integrantes da sociedade de advogados **TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.576.369/0001-31 e na OAB/SP sob o nº 36, folhas 78 e 79 do Livro 01, com escritório na rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 31º andar, Torre A, CEP 04711-904, São Paulo/SP, e na Rua Lauro Muller, 116, Conj. 2802, Edifício Rio Sul Center, CEP 22290-906, Rio de Janeiro/RJ, com o seguinte endereço eletrônico: spojudicial@trenchrossi.com, especialmente para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, defender os direitos e interesses da BRASKEM S.A. nos autos do Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47, em tramite perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no estado de Alagoas, podendo, para esse fim, protocolar petições, obter vistas de procedimentos e documentos, verificar e retirar quaisquer documentos, solicitar e prestar esclarecimentos, sendo expressamente vedado o substabelecimento a terceiros, exceto os poderes para obtenção de vistas e cópias reprográficas

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proibem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 11 de maio de 2020


ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
brasileiro, união estável, advogado
OAB/MG nº 131.883 - CPF/ME nº 051.616.996-39



9.º TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marconi, 124 • 1º ao 6º andar • CEP 01047-000 • São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 2174-0958
www.nonocartorio.com.br

Reconheço a 1 firma sem valor econômico por semelhança
de ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR, do que dou fe. . .

Em test. da verdade. DANIEL IGNACIO
São Paulo/Capital, 12 de maio de 2020. Valor recebido R\$ 6,45
Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba



DOC. 03

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO

AUTO DE INFRAÇÃO	MULTA	Número
		B9PFL153

Data	Hora	Coordenadas Geográficas	Operação
04/03/2020	16:18	09°40'49" S 35°45'44" W	ROTINA I

Autuado	CNPJ
BRASKEM S.A. - CLORO SODA	42.150.391/0022-03
Representante	CPF

Endereço	Bairro	Município	CEP	UF
AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260	PONTAL DA BARRA	Maceió	57.010-900	AL

INFRAÇÃO DE ACORDO COM OS		
Artigo	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número
70	§ 1	Lei 9605
72	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número
		Lei 9605
3	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número
	II, VII	Decreto 6514
66	Inciso / Alinea / §	Lei/Decreto Número
		Decreto 6514

Sanções indicadas
embargo de obra ou atividade
multa simples;

Descrição da Infração
Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem
licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Após o prazo de apresentação da defesa, e antes da constitui-
definitiva do débito, o autuado poderá requerer, a qualquer
momento, o pagamento da multa ambiental com 30% de desconto,
inclusive para fins de parcelamento. O pagamento da multa
ambiental só poderá ocorrer após a consolidação dessa sanção
pela Equipe de Análise Preliminar que compõe o Núcleo de
Conciliação. Superado o prazo de defesa, incidem acréscimos
legais sobre o valor do débito, calculados na forma do art.
37-A da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (correção
monetária e juros pela variação da Selic e multa moratória
de 0,33% ao dia).

Valor:	Cod. Unidade
R\$ 50.500,00	10176
Local da Infração	Município
Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL	Maceió UF AL

Audiência de Conciliação e Defesa
Com base no disposto no art. 97-A do Decreto n. 9.760, de 11
de abril de 2019, a audiência de conciliação sobre esta
infração ambiental está prevista para o dia 04/06/2020, às
09:00, a ser realizada perante a seção do Núcleo de
Conciliação Ambiental/AL. ATENÇÃO: a data e hora da
audiência está sujeita a eventual alteração, sobre a qual o
autuado será oportunamente notificado. Informações sobre o
agendamento podem ser verificadas no portal
<https://portalautuado.ibama.gov.br>. Defesa contra o auto de
infração poderá ser oferecida no prazo de vinte dias,
contados da data da ciência da autuação. Contudo, a fluência
desse prazo foi suspensa pelo agendamento de conciliação
ambiental, e o seu curso se iniciará a contar da data de
realização da audiência.

1ª Testemunha

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

R\$ 50.500,00

Cod. Unidade

10176

Local da Infração
Avenida Assis
Chateaubriand, 5260,
Pontal da Barra,
Maceió/AL

Município
Maceió

UF
AL

Audiência de Conciliação e Defesa

Com base no disposto no art. 97-A do Decreto n. 9.760, de 11 de abril de 2019, a audiência de conciliação sobre esta infração ambiental está prevista para o dia 04/06/2020, às 09:00, a ser realizada perante a seção do Núcleo de Conciliação Ambiental/AL. ATENÇÃO: a data e hora da audiência está sujeita a eventual alteração, sobre a qual o autuado será oportunamente notificado. Informações sobre o agendamento podem ser verificadas no portal <https://portalautuado.ibama.gov.br>. Defesa contra o auto de infração poderá ser oferecida no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação. Contudo, a fluência desse prazo foi suspensa pelo agendamento de conciliação ambiental, e o seu curso se iniciará a contar da data de realização da audiência.

1ª Testemunha

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Assinatura do Autuado (ou seu representante)
Enviado por A.R.

Matrícula nº 1511080
Agente Ambiental Federal



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis – IBAMA
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede – Ibama
CEP: 70818-900 Brasília, DF
Tel: (61) 3316-1212
Linha Verde: 0800-618080
Site na Internet: <http://www.ibama.gov.br>

M M A

MANUAL BÁSICO PARA O AUTUADO

Este manual tem por finalidade informar os principais deveres e direitos das pessoas físicas e jurídicas autuadas, no âmbito do processo administrativo federal instaurado para apurar infração ambiental.

1. O processo administrativo federal para apuração de infrações ambientais, aplicação das respectivas sanções e medidas acatatórias é disciplinado pelas Leis nº 9.605/1998 e 9.784/1999, pelo Decreto nº 6.514/2008 e pela Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012.
2. São deveres do autuado: (a) expor os fatos conforme a verdade; (b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; (c) não agir de modo temerário; (d) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
3. O autuado poderá oferecer defesa contra o auto de infração, no prazo de 20 dias a contar da ciência da autuação (artigo 113 do Decreto nº 6.514/2008) ou efetuar o pagamento da multa no mesmo prazo com o desconto de 30%.
4. O autuado deverá demonstrar, através de documentos hábeis, as alegações formuladas em sua defesa (art. 118 do Decreto nº 6.514/2008). O autuado tem o direito de requerer a produção de provas, justificando-as detalhadamente, demonstrando a sua necessidade para o esclarecimento dos fatos. As provas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias serão indeferidas (art. 120 do Decreto nº 6.514/2008).
5. Encerrada a fase de produção de provas, o autuado terá o direito de se manifestar em alegações finais, no prazo de 10 dias, a contar da notificação informando quanto a este direito, que será publicada em Quadro de Avisos, no escritório da Superintendência do IBAMA responsável pela apuração da infração e no sítio do Ibama na Internet, art. 122 do Decreto nº 6.514/2008).
6. Após o prazo de apresentação da defesa, e antes do trânsito em julgado administrativo, o autuado poderá requerer a qualquer momento o pagamento da multa com 30% de desconto (§2º, do art. 113 do Decreto nº 6.514/2008), devendo requisitar o seu valor atualizado, nos termos do art. 37-A da Lei nº 10.522/2002, aos setores de arrecadação ou instrução processual de qualquer unidade do Ibama.
7. O autuado poderá requerer, até o momento da sua manifestação em alegações finais, a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente (art. 142 do Decreto nº 6.514/2008). Caso seja deferido o pedido de conversão de multa em que o autuado opte pela implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, o autuado terá direito a um desconto de 35% sobre o valor da multa. Caso seja deferido o pedido de conversão de multa em que o autuado opte pela adesão a projeto previamente selecionado pelo órgão federal emissor da multa, na forma estabelecida no art. 140-A do Decreto nº 6.514/2008, o autuado terá direito a um desconto de 60% sobre o valor da multa.
8. Independente da apresentação de defesa ou do pagamento da multa, o auto de infração será julgado em 1ª instância, conforme art. 124 do Decreto nº 6.514/2008. Dessa decisão caberá recurso no prazo de 20 dias. A inscrição do débito no CADIN ocorre somente após 75 dias do trânsito em julgado administrativo, nos termos do §2º do art. 2º da Lei nº 10.522/2002, caso não ocorra o pagamento espontâneo da multa.
9. O autuado poderá interpor recurso, no prazo de 20 dias, da decisão proferida pela autoridade julgadora (arts. 127 a 133 do Decreto nº 6.514/2008).
10. Após o julgamento do auto de infração, o pagamento de multa realizado no prazo de cinco dias contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990 (art. 126 do Decreto nº 6.514/2008). Após esse prazo não cabe mais o desconto.
11. O autuado poderá requerer o parcelamento do pagamento da multa (art. 109 da IN nº 10/2012), antes da inscrição em dívida ativa, caso em que não será aplicado nenhum desconto. Após a inscrição em dívida ativa, a concessão do parcelamento cabe à Procuradoria-Geral Federal (PGF), conforme regras definidas por esta (art. 123 da IN nº 10/2012).
12. Tendo sido realizada apreensão de produtos, subprodutos, instrumentos e veículos estes serão destinados conforme decisão da autoridade competente do IBAMA. Caso o autuado seja designado depositário do bem, deverá guardá-lo em perfeito estado, deles não podendo fazer uso. Ao ser notificado para apresentá-los ao IBAMA, o autuado deverá fazê-lo imediatamente. Haverá comunicação ao DETRAN para bloqueio da transferência de veículos apreendidos.
13. Havendo aplicação de pena de demolição ou tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, o autuado deverá arcar com os custos respectivos (arts. 112 e 136 do Decreto nº 6.514/2008).
14. Tendo a área ou atividades e seus respectivos locais sido embargados o autuado deverá cumprir o embargo, não podendo realizar qualquer atividade sem prévia e expressa autorização do IBAMA. O mesmo se aplica à suspensão de venda ou fabricação de produto e à suspensão parcial ou total de atividade. O não cumprimento destas medidas administrativas implica crime de desobediência e o cometimento de nova infração que ensejará a lavratura de novo auto de infração, de acordo com os arts. 79 ou 80 do Decreto nº 6.514/2008, conforme o caso.
15. A prática de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, implicará no agravamento da multa que será aplicada em dobro ou triplo (art. 11 do Decreto nº 6.514/2008).
16. Registrando-se a ocorrência de danos ambientais a serem recuperados, o autuado deverá promover a reparação ou regularização junto ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento da atividade ou do empreendimento, sob pena de ser demandado na via judicial para cumprimento da obrigação e ser autuado nos termos do art. 80 do Decreto nº 6.514/2008.
17. Se o local de residência do autuado não for atendido por serviço regular dos Correios, as intimações relativas ao processo de apuração de infração ambiental serão realizadas por edital, salvo se ele indicar, no ato do recebimento da sua via do auto de infração, endereço atendido pelo serviço regular da ECT, no qual possa ser notificado.
18. O autuado tem o direito de, a qualquer momento, solicitar vistas e/ou cópias dos processos, podendo ainda requerer audiência para prestar esclarecimentos úteis e relevantes, quando os mesmos não forem possíveis através de provas documentais.

Este Manual não explicita toda a legislação afeta ao tema. Portanto, recomenda-se que os interessados consultem as Leis 9.605 / 1998 e 9.784/1999, o Decreto nº 6.514/2008 e a Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012 visando maiores esclarecimentos.

[] RECUSOU-SE A RECEBER O AUTO DE INFRAÇÃO, SENDO TESTEMUNHAS:	
Nome:	
C.P.F.:	
Assinatura:	
Nome:	
C.P.F.:	
Assinatura:	



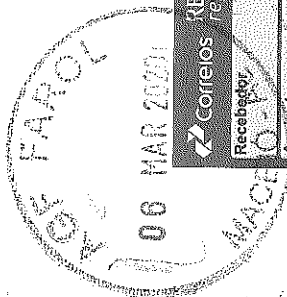
Braskem S.A. Cloro Soda
Avenida Assis Chateaubriand 5260
Trapiche da Barra
57010-900 Maceió-AL

Recebido

Rueq cloro soda

10/03/2020

42:15hd



VR

DDH

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		PESO (kg) weight
Receptor: O-V	Doc.	AR MP
Assinatura		

JU 65419160 5 BR



IBAMA
Superintendência Estadual em Arapicos
Av. Fernandes Lima 4023
Quilômetro de Bonfins
57052405 Macau - PE

DOC. 04



Ibama suspende audiências de conciliação por prazo indeterminado em razão da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus

Publicado: Sexta, 03 de Abril de 2020, 09h44 | Última atualização em Sexta, 24 de Abril de 2020, 16h50



 Imprimir



Brasília (03/04/2020) - A Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais (Ciam), órgão do Gabinete da Presidência do Ibama, informa que estão suspensas, por prazo indeterminado, as audiências de conciliação ambiental.

A medida decorre da emergência de saúde pública de importância internacional provocada pelo coronavírus (COVID-19) e da suspensão de prazos processuais no âmbito do Ibama, determinada pela Portaria n°

826/2020.

Superada a crise de saúde pública, o Ibama divulgará instruções aos autuados para remarcação das audiências não realizadas durante o período de restrição ao contato social.

Mais informações:

dicam.sede@ibama.gov.br

Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

Autorização de Acesso

Considerando a documentação apresentada pela parte interessada, e o preenchimento dos pressupostos de legitimidade para a utilização da plataforma de serviços do Portal do Autuado, fica **negado** o acesso ao sistema a(o) Sr(a). **BRASKEM S.A. - CLORO SODA**.



Documento assinado eletronicamente por **Franciane dos Santos Fontenele, Gestor do Núcleo**, em 09/06/2020, às 15h22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://nucleoconciliacao.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **A8DY5RNT**.

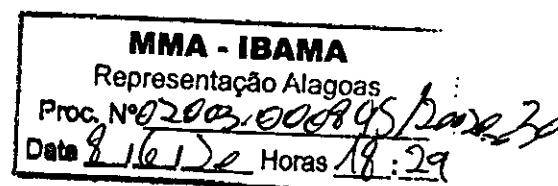


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES

Ofício nº479/2020/PR-AL/9º Ofício

Maceió/AL, 1 de junho de 2020.

A Sua Senhoria o Senhor
MÁRIO DANIEL SARMENTO DE MORAES
Superintendente do IBAMA em Alagoas
Avenida Fernandes Lima, 4023 – Farol
Maceió – AL, 57052-405



Ref.: NF 1.11.000.000262/2020-97

Assunto: Reitera o Ofício nº 323/2020/PR/AL - 9º Ofício

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o, para instrução do procedimento em referência, reitero os termos do ofício nº 323/2020/PR/AL - 9º Ofício, cuja cópia segue anexa, haja vista a ausência de resposta até a presente data. Solicito ainda que esclareça o impacto da regra contida no art. 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016 na autuação formalizada no Auto de Infração nº B9PE1T53. O prazo para resposta é de 15 dias.

Ressalte-se que, nos termos do §3º do art. 8º da Lei Complementar nº 75/1993, *“a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa”*, configurando, em tese, crime de desobediência (art. 330 do CP).^[1]

Tendo em vista tratar-se de procedimento eletrônico, solicito que a resposta seja encaminhada preferencialmente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no seguinte endereço: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente por
JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA
PROCURADORA DA REPÚBLICA

EM BRANCO

1. ² Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Assinado com login e senha por JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA, em 02/06/2020 08:11. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transoarena.mof.mo.br/validacaodocumento>. Chave EB4F6595.47100378.6EB2B8EB.3B524c5F

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES

Ofício nº 323/2020/PR-AL/9º Ofício

Maceió/AL, 17 de abril de 2020.

A Sua Senhoria o Senhor
MÁRIO DANIEL SARMENTO DE MORAES
Superintendente do IBAMA em Alagoas
Avenida Fernandes Lima, 4023 – Farol
Maceió – AL, 57052-405

Ref.: NF1.11.000.000262/2020-97

Assunto: ~~Solicita informações.~~

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o, para instrução do procedimento em referência, com fulcro no inciso II e no § 5º do art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe se o processo administrativo nº 02003.000526/2020-47 já foi finalizado, com a apreciação da defesa do autuado, encaminhando toda a documentação pertinente.

Tendo em vista tratar-se de procedimento eletrônico, solicito que a resposta seja encaminhada preferencialmente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, disponível no seguinte endereço:
<https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente por
JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA
PROCURADORA DA REPÚBLICA

EM BRANCO



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 7757441/2020-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao NÚCLEO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - AL

Assunto: Resposta MPF

Para atendimento da solicitação do Ofício Nº 479/2020/PR-AL/ 9º OFÍCIO (7748435).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR
Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 09/06/2020, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7757441** e o código CRC **75F87BE3**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
NÚCLEO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - AL

Despacho nº 7758243/2020-NUBIO-AL/DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao CHEFE DA DITEC/AL

Assunto: Ofício nº 479/2020/PR-AL/9º Ofício

Sr. Chefe da DITEC/AL,

Em atenção ao Despacho nº 7757441/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, que solicitou atendimento da solicitação do Ofício Nº 479/2020/PR-AL/ 9º OFICIO (7748435), temos a informar o que segue.

O Ofício nº 479/2020/PR-AL/9º Ofício, emitido em 1 de junho de 2020, reitera Ofício nº 323/2020/PR/AL - 9º Ofício, de 17 de abril de 2020, o qual não foi previamente acostado aos presentes autos. Os dois Ofícios, de forma complementar, solicitam:

- 1. Informe se o processo administrativo nº 02003.000526/2020-47 já foi finalizado, com a apreciação da defesa do autuado, encaminhando toda a documentação pertinente;*
- 2. Esclareça o impacto da regra contida no art. 40 da Lei Estadual nº 7 241/2016 na autuação formalizada no Auto de Infração nº B9PF1T53.*

Trata-se do Auto de Infração nº B9PF1T53, lavrado pelo IBAMA em 04 de março de 2020, em desfavor da Braskem S.A. Cloro SODA por "Fazer Funcionar Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente".

Em atenção ao primeiro questionamento da Procuradoria da República, é possível indicar, a partir da análise dos autos, que ainda **não houve finalização do processo administrativo nº 02003.000526/2020-47**. O referido processo foi encaminhado, em 21 de maio de 2020, para a Equipe de Análise Preliminar - EAP do Núcleo de Conciliação Ambiental (Nucam) realizar a análise preliminar da autuação, em atenção Instrução Normativa Conjunta IBAMA/ICMBio Nº 2, de 29 de janeiro de 2020, que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A referida análise, prevista nos art. 45 e 46 da supracitada normativa, será realizada previamente a Audiências de Conciliação.

Art. 45. Compete à Equipe de Análise Preliminar - EAP do Núcleo de Conciliação Ambiental (Nucam) realizar a análise preliminar da autuação para:

I - convalidar de ofício o auto de infração que apresentar vício sanável, após o pronunciamento da

Procuradoria Federal Especializada;

II - declarar nulo o auto de infração que apresentar vício insanável, após o pronunciamento da Procuradoria Federal Especializada;

III - analisar a regularidade da notificação do autuado;

IV - analisar o cabimento da conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

V - decidir sobre a manutenção da aplicação das medidas administrativas cautelares e sobre a aplicação das demais sanções, da seguinte forma:

a) análise de reincidência;

b) consolidação das medidas administrativas cautelares e sanções indicadas pelo agente autuante, inclusive do valor da multa, que poderá ser reduzido, mantido ou majorado, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente; e

c) manifestação sobre as medidas a serem adotadas pelo autuado para a regularização da atividade objeto da autuação, a reparação do dano ambiental e a reposição florestal, quando cabível.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, o pronunciamento da Procuradoria Federal Especializada somente é cabível quando houver dúvida jurídica relevante ainda não solucionada por Súmula ou Orientação Jurídica Normativa.

§ 2º Na hipótese do inciso II, a declaração de nulidade do auto de infração:

I - não impede a conciliação ambiental do novo auto de infração que venha a ser lavrado; e

II - depende de convalidação do órgão ambiental federal autuante, caso a análise preliminar não tenha sido realizada por servidor integrante do referido órgão.

§ 3º A EAP remeterá os autos ao agente autuante ou à área técnica competente para manifestação no prazo de cinco dias, uma única vez, se verificar a necessidade de manifestação ou instrução documental complementar, com especificação do ponto a ser esclarecido ou mais bem instruído.

§ 4º A manifestação ou instrução documental complementar de que trata o § 3º será realizada por qualquer servidor participante da ação fiscalizatória, nas hipóteses de afastamento do agente autuante.

Art. 46. A análise preliminar da autuação será formalizada em parecer fundamentado e enviado à Equipe de Condução de Audiências de Conciliação - ECAC competente, com antecedência mínima de sete dias da data da audiência de conciliação ambiental, sem caráter vinculativo.

Parágrafo único. A EAP poderá modificar de ofício seu parecer de análise preliminar e reencaminhar os autos com antecedência mínima de dois dias da data da audiência de conciliação ambiental.

A Audiência de Conciliação, no caso específico em tela, estava prevista para a data de 04 de junho de 2020. Entretanto, devido a emergência de saúde pública de importância internacional provocada pelo coronavírus (COVID-19) e a suspensão de prazos processuais no âmbito do Ibama, determinada pela Portaria nº 826/2020, todas as audiências foram suspensas e serão remarcadas após superada a crise de saúde pública, quando o Ibama divulgará instruções aos autuados

Quanto ao segundo questionamento da Procuradoria da República, referente ao "impacto da regra contida no art. 40 da Lei Estadual nº 7 241/2016 na autuação", entendemos que caberá a equipe de análise preliminar a avaliação final dos esclarecimentos trazidos pela defesa do autuado. Porém, cabe manifestação quanto ao entendimento técnico deste setor, apresentada a seguir.

O Licenciamento ambiental é uma exigência legal e uma ferramenta do poder público para o controle ambiental. É o procedimento no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. É obrigação do empreendedor, prevista em lei, buscar o licenciamento ambiental junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação até a sua efetiva operação (https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf).

Desde 1981, de acordo com a Lei Federal 6.938/81, o Licenciamento Ambiental tornou-se obrigatório em todo o território nacional e as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras não podem funcionar sem o devido licenciamento. Desde então, empresas que funcionam sem a Licença Ambiental estão sujeitas às sanções previstas em lei, incluindo as punições relacionadas na Lei de Crimes Ambientais, instituída em 1998 (Lei 9605/1998): advertências, multas, embargos, paralisação temporária ou definitiva das atividades.

Todo empreendimento listado na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, é obrigado a ter licença ambiental. A atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre é uma das atividades previstas na retrocitada resolução.

Conforme citado no Relatório de Fiscalização SEI 7142112, o entendimento da Instrução Normativa 169/2008 que estabelece que a emissão da Autorização de Manejo não exige o empreendedor do licenciamento ambiental, quando exigível:

Art. 40. (...) §2º A emissão da autorização não exige a pessoa física ou jurídica de prévio cumprimento de outras normas federais, estaduais ou municipais para funcionamento do empreendimento, bem como da licença ambiental competente quando exigível.

A Lei Estadual nº 7.841, de 30 de novembro de 2016, citada na Defesa do autuado, embora, em seu artigo 40, vincule uma conversão da Autorização de Manejo em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais não exige o empreendedor de solicitar a licença ambiental específica, a qual será emitida pelo órgão competente, ainda que sem o devido processo padrão de licenciamento, contendo prazo de validade e condicionantes específicas para a atividade.

Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo - AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.

A necessidade de ato do órgão ambiental competente se torna clara no referido artigo, quando informa que a AM será convertida em Licença **PELO** IMA. Desta forma, entendemos que, ainda que na forma de um processo simplificado, caberia ao empreendedor a solicitação de licença ambiental ao órgão estadual do meio ambiente, o qual emitirá manifestação e, caso seja favorável, mediante cumprimento dos requisitos impostos no art. 40 da norma, a emissão do documento que subsidiará a regularização da atividade.

Cabe aqui destacar que no momento da ação fiscalizatória o empreendedor não encontrava-se com a Autorização de Manejo Definitiva emitida, pois não havia sido finalizado o processo de cadastramento do criadouro, por inércia do mesmo, visto que o mesmo somente iniciou os trâmites do cadastramento após notificação do IBAMA e apresentava inconsistências em seu plantel declarado, conforme exposto nos autos do Processo IBAMA nº 02003.000522/1994-42.

Desta forma, entendemos, que **o contido na no art. 40 da Lei Estadual, de forma alguma, resulta na perda de validade da autuação formalizada no Auto de Infração nº B9PF1T53, pois, de fato, na data da ação fiscalizatória, o empreendimento encontrava-se operando sem a devida licença ambiental emitida pelo órgão ambiental.** O exposto no art. 40, possibilita, por outro lado, a regularização atual do empreendimento, e portanto, a suspensão do embargo, desde que emitido o documento autorizativo pelo órgão ambiental estadual.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE VIEIRA COOKE, Analista Ambiental**, em 10/06/2020, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE JOSE CARDOSO TENORIO, Analista Ambiental**, em 10/06/2020, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7758243** e o código CRC **DDA660C5**.

Referência: Processo nº 02003.000526/2020-47

SEI nº 7758243



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Despacho nº 7758990/2020-SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao EQUIPE DE CONDUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO NUCAM/AL

Assunto: Encaminha Processo

Encaminhamos os presentes para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARIO DANIEL SARMENTO DE MORAES, Superintendente**, em 10/06/2020, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7758990** e o código CRC **B07EB64F**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 7760944/2020-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Resposta ao MPF - Ofício Nº 479/2020/PR-AL/ 9º OFICIO (7748435)

Em atenção ao Ofício Nº 479/2020/PR-AL/ 9º OFICIO (7748435), encaminho o Despacho NUBIO-AL (7758243).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR
Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 10/06/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7760944** e o código CRC **EED8FDC8**.



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

OFÍCIO Nº 172/2020/SUPES-AL

Maceió, 12 de junho de 2020.

Ao
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Att. Dra. Juliana Câmara - Procuradora da República
Av. Juca Sampaio, 1800 - Barro Duro
CEP: 57.045-365 - MACEIO/AL

Assunto: Ofício nº479/2020/PR-AL/9º Ofício - NF 1.11.000.000262/2020-97

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02003.000526/2020-47.

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-o, e em atenção ao Ofício supracitado, parte integrante dos autos em referência (**favor indicar expressamente o Processo nº 02003.000526/2020-47, caso responda este Ofício**), encaminhamos via do Despacho nº 7760944/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, bem como do Despacho nº 7758243/2020-NUBIO-AL/DITEC-AL/SUPES-AL, para conhecimento e providências cabíveis.
2. Ao ensejo, reiteramos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARIO DANIEL SARMENTO DE MORAES, Superintendente**, em 12/06/2020, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7778241** e o código CRC **DB046C44**.

Referência: Processo nº 02003.000526/2020-47

SEI nº 7778241

Av. Fernandes Lima, 4023 - Gruta de Lourdes - Telefone:
CEP 57057-000 Maceió/AL - www.ibama.gov.br

Protocolo Eletrônico MPF - PR-AL-00015665/2020

MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

sex 12/06/2020 20:20

Para:SUPES/AL <supes.al@ibama.gov.br>;

Sr(a) **LINDINALVA DE PAULA MELO**

Seu documento foi protocolado, em 12/06/2020 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA - IBAMA SUPERINT REGIONAL EM
ALAGOAS

Destinatário:

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES / AL
PROTOCOLO

Número do Expediente:

PR-AL-00015665/2020

Descrição do documento:

OFÍCIO Nº 172/2020/SUPES-AL + Anexos - Processo 02003.000526/2020-47.

Arquivo(s) anexado(s):

- SEI_02003.000526_2020_47.pdf


As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal e Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

 AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM
DESTINATÁRIO BRASKEM S.A. CLORO SODA AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND 5260 TRAPICHE DA BARRA 57010900 - MACEIÓ - AL				UNIDADE DE POSTAGEM
JU 65419160 5 BR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM ALAGOAS IBAMA AVENIDA FERNANDES LIMA 4023 GRUTA DE LOURDES 57052405 - MACEIÓ - AL				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 10 MAR 2020 AL
TENTATIVAS DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO		
1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		AUTO DE INSCRIÇÃO (B9PE1T53) TERMO DE EMBARGO (VTSONLAS)		
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRICULADO
		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 6 Não procurado <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 8 Falecido <input type="checkbox"/> 9 Outros		CARTEIRO Zaias Gonçalves Silva Mat. 933-4-3 Agente de Correios Carteiro
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR <i>Água clara e devedor</i>		10/03/2020		
		Nº DOC. DE IDENTIDADE		



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

Autorização de Acesso

Considerando a documentação apresentada pela parte interessada, e o preenchimento dos pressupostos de legitimidade para a utilização da plataforma de serviços do Portal do Autuado, fica **concedido** o acesso ao sistema a(o) Sr(a). **BRASKEM S.A. - CLORO SODA**.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA STEIN GARCIA ANNONI**, Gestor do **Núcleo**, em 21/07/2020, às 10h38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://nucleoconciliacao.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **BUSL6J73**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente por meio de seus advogados, com fundamento no artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020¹ deste D. IBAMA, resguardando o seu direito de apresentar sua Defesa Administrativa oportunamente, **requerer o levantamento do embargo imposto à área do seu Criadouro Conservacionista**, registrado por meio do Termo de Embargo nº VTSONLAS lavrado por este D. IBAMA, o que o faz nos termos a seguir expostos.

Referido Termo de Embargo foi lavrado em razão de suposta ausência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista, tendo sido expressamente registrado na “Descrição da Infração” que o embargo seria mantido até a emissão da licença ambiental para o Criadouro. Confira-se:

“Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro” (grifos nossos).

¹ “Art. 34. O embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental ou adoção de medidas efetivas quanto à regularização, assim consideradas pela autoridade competente em decisão fundamentada, observados os requisitos estabelecidos em lei ou ato normativo próprio.”

Cumpra desde logo ressaltar que, conforme será demonstrado no âmbito da Defesa Administrativa a ser oportunamente apresentada pela **BRASKEM**, a exigência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista é questionável, visto que o artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016² determina que caberia ao próprio Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”) a conversão automática das Autorizações de Manejo de Fauna então emitidas por este D. IBAMA em licenças ambientais. Considerando, portanto, que a **BRASKEM** sempre possuiu Autorização para Manejo de Fauna válida, conclui-se que seria responsabilidade do IMA realizar, automaticamente, a conversão de tal Autorização em Licença de Operação. Não obstante, em função da aplicação do embargo ora impugnado, a **BRASKEM**, em 06 de maio de 2020, deu entrada no pedido de obtenção da referida licença ambiental.

Nesse sentido, em 17 de setembro de 2020, **o IMA emitiu a Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO para o funcionamento do “Criadouro Conservacionista Cinturão Verde Braskem S.A” (Doc. 01), atestando, portanto, a sua regularidade ambiental.**

Assim, considerando (i) o disposto no próprio Termo de Embargo; (ii) o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; (iii) a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo IMA; e (iv) o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)³; não há fundamentos e/ou motivos para manter o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM** embargado. **A BRASKEM requer, portanto, que o referido embargo seja revogado por este D. IBAMA.**

² “Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo - AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.”


³ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedir-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442.


A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por única finalidade solicitar o levantamento do referido embargo, de modo que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA⁴.


Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 29 de setembro de 2020.


Giovani Bruno Ruiz Tomasoni
OAB/SP nº 247.690


Manuela Demarche Mello
OAB/SP nº 336.325


Camila S. Cassiano Julien
OAB/SP nº 419.409

⁴ “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Doc. 01

Nº 2020.17091080760.EXP.LO

VALIDADE: 17/09/2022



O **Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas - IMA/AL** expede a presente Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO, com base na Resolução Normativa Nº 10/2018, do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM e na Lei 6.787/06, Art. 5, e suas alterações, por meio da qual autoriza **BRASKEM - CLORO SODA**, inscrita no CNPJ Nº 42.150.391/0022-03, localizada na Avenida Assis Chateaubriand , Nº 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL, referente a operação/funcionamento da atividade citada na lei como Empreendimentos Comerciais e de Serviços, do empreendimento **CRIADOURO CONSERVACIONISTA CINTURÃO VERDE BRASKEM S.A.** , localizado em Município de, Maceió/AL.

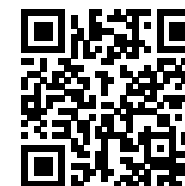
Esta **Licença de Operação** é válida até **17 de Setembro de 2022** , e está condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam na(s) seguinte(s) páginas desta licença e nos demais anexos do Processo IMA Nº 2020.0605025331.LO.IMA (Parecer Técnico IMA/GELIC 1079/2020).

Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações, bem como, não exime o interessado de obter outras autorizações/licenças exigidas em leis e atos normativos, expedidas por outros órgãos.

Maceió (AL), 17 de Setembro de 2020

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente



Requer Validação

Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO com as seguintes condicionantes:

1. Quaisquer alterações no empreendimento devem ser comunicadas ao IMA com antecedência de 30 (trinta) dias, o qual julgará a necessidade ou não de uma nova análise ambiental, inclusive a construção de novo recintos e inserção de novas espécies na Licença de Operação e respectiva Autorização de Uso e Manejo (AM);
2. A renovação da Licença de Operação deverá ser solicitada 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006; - 120 dias antes do vencimento.
3. Apresentar ao IMA/AL, anualmente, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006. A data para apresentação deverá ser contada a partir da data de emissão da Licença de Operação; - O primeiro RADA deverá ser entregue 1 (um) ano após a data de emissão da licença; - O segundo RADA no pedido de renovação da licença.
4. Apresentar em conjunto com o RADA, os Certificados de Destinação Final – CDF dos resíduos sólidos e líquidos gerados, atendendo aos objetivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final; - Anualmente, em conjunto com o RADA;
5. Apresentar Certificado de regularidade referente ao cadastro do Responsável Técnico no CTF/AIDA como consultor/responsável técnico pelo criadouro; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
6. Apresentar plano de manejo e manutenção do plantel, que contemple os aspectos sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal, conforme as características das espécies, incluindo medidas de melhoria no enriquecimento ambiental dos recintos de primatas, incluindo a arborização e/ou paisagismo interno; e medidas de controle populacional para as cutias (*Dasyprocta agouti*) marcadas e abrigadas no recinto fechado do Criadouro. - Em até 60 (sessenta) dias da emissão da licença;
7. Apresentar programa de educação ambiental que contemple especificamente aspectos relativos às visitas monitoradas, que atendam as condições técnicas de bem-estar e segurança dos animais e dos visitantes, conforme determina a Resolução CONAMA 489/2018; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
8. Atualizar as informações no SISFAUNA, o sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IMA, referentes ao Responsável Legal, Responsável Técnico e movimentações do criadouro de acordo com o plantel atual. - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
9. Registrar em tempo real no “SISFAUNA 1.2 / Movimentação e Atualização de Plantel”, todas as ocorrências (nascimentos, óbito fuga, etc.), e demais transferências de animais outros empreendimentos de fauna, conforme estabelece a Lei Estadual nº 7.841/2016 e Resolução CONAMA 489/2018.
10. Manter de forma contínua a captura, sexagem e marcação das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Cinturão Verde;

11. Apresentar relatório semestral com resultados da captura continuada das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do Cinturão Verde; - Semestralmente;
12. Novos espécimes que venham a ser incorporados no plantel do empreendimento, por nascimento, destinações, e de captura (no caso específico das cutias *Dasyprocta agouti* que encontram-se soltas por toda a área do Cinturão Verde), deverão ser marcados conforme disposto na Resolução CONAMA nº 487/2018 e/ou Lei Estadual nº 7.841/2016, inclusive com relação às inscrições das anilhas, para viabilizar a sua inserção no plantel do SISFAUNA, mediante apresentação de laudo do RT ao IMA;
13. Manter armazenadas de forma permanente os dispositivos de marcação (microchips, anilhas, etc) dos animais que porventura vierem a óbito;
14. Manter de forma contínua, no recintos de primatas, a reposição de galhos, cordas, e outros itens, que fazem parte do enriquecimento ambiental dos recintos, de modo a proporcionar maior conforto visando o bem estar dos animais;
15. A Autorização Manejo de Fauna silvestre (AM) emitida via SISFAUNA, o sistema de controle e gestão adotado pelo IMA/AL, especifica as espécies permitidas para o manejo conforme disposto na Lei Estadual 7.841/2016, sendo um documento complementar a esta Licença.
16. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença; c) Superveniência de graves riscos ambientais.



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8473989

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.95
Data e Horário:	30/09/2020 16:04:54
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Solicitação de Levantamento de Embargo	8473988
--	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao NÚCLEO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - AL

Assunto: Análise da solicitação de desembargo.

Ao NUBIO-AL (A/C: AAF Filipe Tenório);

Em atenção à Petição Solicitação de Levantamento de Embargo (8473988), solicito a análise da regularidade relacionada a medida cautelar do embargo, conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2020.

"INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2020

Art. 6º Para os fins desta Instrução Normativa Conjunta, entende-se por:

...

XV - Declaração de regularidade: decisão sobre medida administrativa cautelar, realizada pela fiscalização, preferencialmente pelo agente autuante, mediante análise da documentação que visa comprovar a regularização da área, obra ou atividade pelo interessado;

...

Art. 8º A análise da regularidade de eventuais medidas administrativas cautelares aplicadas compete à unidade administrativa responsável pela ação de fiscalização, preferencialmente ao agente autuante.

...

Art. 34. O embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental ou adoção de medidas efetivas quanto à regularização, assim consideradas pela autoridade competente em decisão fundamentada, observados os requisitos estabelecidos em lei ou ato normativo próprio.

Parágrafo único. A decisão de indeferimento da revogação do embargo será fundamentada e apontará o passivo ambiental da área pendente de regularização."

Informo que sobre o tema - regularidade ambiental de empreendimentos instalados em imóveis rurais - há manifestação conjunta da Ciam e da Dipro, a qual foi aprovada pelo Presidente do Ibama (Vid. doc. SEI 6263929).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR**, Chefe de Divisão, em 06/10/2020, às 21:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8512761** e o código CRC **482C5D84**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, em atenção ao Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido por este D. IBAMA em 06 de outubro de 2020, e resguardando o seu direito de, oportunamente, apresentar sua Defesa Administrativa, vem respeitosamente esclarecer que o seu **Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana**, conforme se depreende dos comprovantes de recolhimento e pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (“IPTU”) dos imóveis que compõem o referido Criadouro, ora apresentados (**Doc. 01**).

A presente manifestação se mostra necessária, pois o referido Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido pela Divisão Técnica Ambiental (“DITEC”) do Estado de Alagoas, além de solicitar ao Núcleo de Biodiversidade (“NUBIO”) a análise da regularidade do embargo do referido Criadouro Conservacionista, também questionou sobre a aplicação, para o presente caso, do entendimento referente à regularidade de imóveis rurais previsto no Despacho nº 6263929/2019-CIAM/CCONT/CGFIN/DIPLAN (Documento SEI nº 6263929), exarado em conjunto pelos setores

Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais (“CIAM”) e Diretoria de Proteção Ambiental (“DIPRO”) deste D. IBAMA.

Contudo, considerando que o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM**, objeto do embargo que ora se busca levantar, está localizado em área urbana, não há o que se discutir sobre a regularidade de imóveis rurais no bojo do presente processo.

Portanto, conforme já demonstrado na manifestação apresentada em 30 de setembro de 2020 pela **BRASKEM**, tendo em vista: (i) o fato de o próprio Termo de Embargo nº VTSONLAS (que determinou o embargo do Criadouro Conservacionista) determinar que “*Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental*”; (ii) o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; (iii) a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo Instituto do Meio Ambiental do Estado de Alagoas, atestando a regularidade do empreendimento; e (iv) o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)¹, a **BRASKEM, respeitosamente, reitera a solicitação de levantamento do embargo de seu Criadouro Conservacionista.**

A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por finalidade única esclarecer que o seu Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana, evitando assim que se adentre em uma discussão sobre a regularidade de imóveis rurais que não caberia no presente processo. Não obstante, reitera que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA².

¹ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442).

² “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 26 de novembro de 2020.



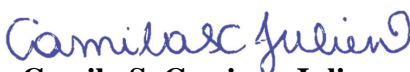
Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

Doc. 01

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65164661 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269919	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	1100000007157755
Endereço de Localização					
Logradouro: RUA - RIACHUELO		Número: 00000		Cep: 57000-000	
Bairro: PONTAL DA BARRA	Complemento:	Lote:		Quadra:	
Loteamento:	Quadra Lot.:	Lote Lot.:			
Imóvel: TERRITORIAL	Identificação: 03004290808001				
Área Terreno: 104610,00	0,00	0,00			
Valor Venal Terreno: 1.378.941,73	0,00				
Valor Venal Imóvel: 1.378.941,73	Base de Cálculo: 827.365,04	Aliquota: 2,0000			
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		16.547,30	Valor R\$ 15.042,74		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		1.671,42			
Total:		15.042,74	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
81600000150-2 42742485202-3 00331110000-6 00071577755-3			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26562322-7

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269919	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	1100000007157755
RUA - RIACHUELO, Número: 00000, Quadra: , Lote: - CEP: 57000-000 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 16.547,30 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 1.671,42					
Total a Pagar:					15.042,74
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81600000150-2 42742485202-3 00331110000-6 00071577755-3



PEDIDO: 4502559017

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397

Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128841

Data do pagamento: 11/03/2020

Valor do documento:

R\$ 15.042,74

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento:

R\$ 15.042,74

Nosso Número: 842087967000067

Código de barras: 81600000150427424852020033111000000071577755

Linha Digitável: 816000001502427424852023003311100006000715777553

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1864C0ED2EEDC584A6

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65143414 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000071704	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071556033
Endereço de Localização					
Logradouro: TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE		Número: 00000		Cep: 57010880	
Bairro: PONTAL DA BARRA	Complemento: S/N	Lote:		Quadra:	
Loteamento:	Quadra Lot.:	Lote Lot.:			
Imóvel: TERRITORIAL	Identificação: 03040650445001				
Área Terreno: 24795,46	0,00			0,00	
Valor Venal Terreno: 393.958,44	0,00				
Valor Venal Imóvel: 393.958,44	Base de Cálculo: 236.375,06	Aliquota: 2,0000			
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		4.727,50	Valor R\$ 4.404,92		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		489,44			
Total:		4.404,92	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
8161000044-6 04922485202-7 00331110000-6 00071556033-0			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26561722-7

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000071704	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071556033
TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE, Número: 00000, Quadra: , Lote: - CEP: 57010880 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 4.727,50 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 489,44					
Total a Pagar:					4.404,92
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

8161000044-6 04922485202-7 00331110000-6 00071556033-0



PEDIDO: 450255 8983

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128846

Data do pagamento: 11/03/2020

Data de vencimento: 31/03/2020

Nosso Número: 842087967000117

Valor do documento: R\$ 4.404,92

Valor do pagamento: R\$ 4.404,92

Código de barras: 81610000044049224852020033111000000071556033

Linha Digitável: 816100000446049224852027003311100006000715560330

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD18F1CE02903CD47995

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65165498 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000279639	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071578618
Endereço de Localização					
Logradouro: TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE			Número: 00000	Cep: 57010880	
Bairro: PONTAL DA BARRA			Lote:	Quadra:	
Loteamento:			Quadra Lot.:	Lote Lot.:	
Imóvel: TERRITORIAL			Identificação: 03004272896001		
Área Terreno: 296035,74			0,00	0,00	
Valor Venal Terreno: 3.762.810,70			0,00		
Valor Venal Imóvel: 3.762.810,70			Base de Cálculo: 2.257.686,42	Aliquota: 2,0000	
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		45.153,73	Valor R\$ 40.788,53		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		4.532,06			
Total:		40.788,53	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
81600000407-6 88532485202-3 00331110000-6 00071578618-2			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26559822-2

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000279639	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071578618
TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE, Número: 00000, Quadra: , Lote: - CEP: 57010880 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 45.153,73 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 4.532,06					
Total a Pagar:					40.788,53
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81600000407-6 88532485202-3 00331110000-6 00071578618-2



PEDIDO: 4502559031

BPM: 5725159

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397

Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023253913

Data do pagamento: 30/03/2020

Valor do documento: R\$ 40.788,53

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento: R\$ 40.788,53

Nosso Número: 842281731000020

Código de barras: 81600000407885324852020033111000000071578618

Linha Digitável: 816000004076885324852023003311100006000715786182

Autenticação Bancária: DCF1131FDF56787868AAAC445C71752200A96FA31A1FEAEDEF57B43371477D1D

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65164672 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269920	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071577766
Endereço de Localização					
Logradouro: RUA - OSÉAS SARMENTO ROSAS		Número: S/N		Cep: 57010-410	
Bairro: PONTAL DA BARRA	Complemento:	Lote:		Quadra:	
Loteamento:	Quadra Lot.:	Lote Lot.:			
Imóvel: TERRITORIAL	Identificação: 03004280486001				
Área Terreno: 37104,00	0,00	0,00			
Valor Venal Terreno: 508.398,00	0,00				
Valor Venal Imóvel: 508.398,00	Base de Cálculo: 305.038,80	Aliquota: 2,0000			
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 6.100,78		Valor R\$ 5.640,87			
ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86					
TSA: 0,00					
DESCONTO: 626,77					
Total: 5.640,87		Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456			
81690000056-2 40872485202-0 00331110000-6 00071577766-0			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26562222-0

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269920	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071577766
RUA - OSÉAS SARMENTO ROSAS, Número: S/N, Quadra: , Lote: - CEP: 57010-410 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 6.100,78 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 626,77					
Total a Pagar:					5.640,87
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81690000056-2 40872485202-0 00331110000-6 00071577766-0



4502559018

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128842

Data do pagamento: 11/03/2020

Data de vencimento: 31/03/2020

Nosso Número: 842087967000075

Valor do documento: R\$ 5.640,87

Valor do pagamento: R\$ 5.640,87

Código de barras: 81690000056408724852020033111000000071577766

Linha Digitável: 816900000562408724852020003311100006000715777660

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1823F0884A5636C945

Autenticação Legis.:

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8846309

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.98
Data e Horário:	26/11/2020 18:49:48
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Esclarecimentos Braskem	8846307
-----------------------------------	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

Ref. Resposta à notificação de publicação da Portaria nº 589/2020

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, em atenção à Notificação de publicação da Portaria nº 589/2020 emitida por este D. IBAMA (**Doc. 1**) e recebida em 30 de dezembro de 2020¹, vem respeitosamente, **requerer o agendamento de audiência de conciliação em meio eletrônico por meio de videoconferência, nos termos do artigo 3º, §1º, da referida Portaria.**

Nesse sentido, em consonância com o artigo 3º, §2º da norma, a **BRASKEM** informa abaixo os endereços eletrônicos de todos os seus representantes que participarão da referida audiência de conciliação:

- vanessa.maluf@braskem.com
- giovani.tomasoni@trenchrossi.com
- camila.julien@trenchrossi.com

¹ Trata-se, portanto, de manifestação tempestiva, tendo em vista que a Portaria nº 589/2020 determina, em seu artigo 3º, o prazo de 30 (trinta) dias para o autuado se manifestar contados da sua notificação.


A **BRASKEM** também requer que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Por fim, a **BRASKEM** aproveita para **reiterar a solicitação de levantamento do embargo de seu Criadouro Conservacionista**. Conforme já demonstrado nas manifestações apresentadas em 30 de setembro de 2020 (**Doc. 2**) e em 26 de novembro de 2020 (**Doc. 3**) pela **BRASKEM**: (i) o próprio Termo de Embargo nº VTSONLAS (que determinou o embargo do Criadouro Conservacionista) estabelece que “Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental”; (ii) o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determina que “o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental”; (iii) **já foi emitida a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo Instituto do Meio Ambiental do Estado de Alagoas, atestando a regularidade do empreendimento**; e (iv) o levantamento do embargo é um ato vinculado da Administração Pública, que deve ser praticado diante de evidências da regularização das atividades embargadas - o que ocorreu no caso concreto².

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 15 de janeiro de 2021.



Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

² "Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442).

DOC. 1

Ao/À Senhor(a)
BRASKEM S.A. - CLORO SODA
AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA
CEP: 57010-900 - MACEIÃ/AL

Avea Clarissa de Oliveira Cordeiro
RG: 1598724 - SSP/AL

30/12/2020

13:56hs

Assunto: Notificação de publicação da Portaria nº 589, de 27 de novembro de 2020.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o número 02003.000526/2020-47.

Prezado(a) Senhor(a),

Refiro-me ao auto de infração nº B9PF1T53, 02003.000526/2020-47, para informar a Vossa Senhoria que, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), a audiência de conciliação ambiental anteriormente agendada somente será realizada se houver manifestação de interesse em sua realização.

Consoante o regramento da Portaria Conjunta nº 589, de 27 de novembro de 2020, publicada na edição 228 do Diário Oficial da União do dia 30 de novembro, com fundamento no § 6º do art. 98-B do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, caso V.Sa. tenha interesse no encerramento do processo durante a fase de conciliação ambiental, poderá, **no prazo de trinta dias a contar do recebimento dessa notificação**, requerer:

a) o agendamento de audiência presencial;

b) o agendamento de audiência em meio eletrônico por meio de videoconferência; ou

c) a adesão direta a uma das soluções legais, previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514, independentemente da realização de uma audiência.

Da manifestação de interesse pela audiência em meio eletrônico, deve constar requerimento expresso do autuado por essa forma de audiência, bem como os endereços eletrônicos (e-mail) do autuado e de seus representantes que participarão da sessão.

No caso de requerimento pela adesão com dispensa da realização de uma audiência, o autuado deverá indicar também a solução desejada entre as previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514.

Caso ocorra o transcurso do prazo de trinta dias sem manifestação de interesse do autuado, inicia-se o prazo para apresentação de defesa. Do mesmo modo, caso haja renúncia expressa à conciliação ambiental, o prazo de defesa fluirá a partir do protocolo da desistência, conforme previsto o §3º do Art. 3º da Portaria Conjunta.

Importante registrar que, no caso da opção pela a realização de audiência de conciliação, o prazo para apresentação de defesa administrativa ficará suspenso até a data da audiência.

Para fazer a sua opção, basta fazer peticionamento presencial ou eletrônico perante o protocolo do órgão autuante no processo administrativo correspondente à autuação.

Informo, ainda, que Vossa Senhoria poderá nos contatar pelo telefone (61) 3316-1080 ou por e-mail dicam.sede@ibama.gov.br, caso queira receber mais orientações.

Atenciosamente,

HALISSON PEIXOTO BARRETO

Coordenador Nacional do Processo Sancionador Ambiental

Responsável	<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente		<input type="checkbox"/> Não Existe o Nº Indicado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Não Procurado	<input type="checkbox"/> Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico <input type="checkbox"/> Outros
	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /			

PARA USO DOS CORREIOS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN Trecho 02 Lote 01
 Asa Norte
 70818-900 Brasília - DF



**INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS
 RECURSOS NATURAIS
 RENOVÁVEIS**



CDIPBSB_e-Carta_20964_4_OS_409522_b
 0017206840

BH200624077BR



DESTINATÁRIO:



BRASKEM S.A. - CLORO SODA
 AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA

57010-900 MACEIÃ-AL

Data de postagem: 18/12/2020

DOC. 2

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente por meio de seus advogados, com fundamento no artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020¹ deste D. IBAMA, resguardando o seu direito de apresentar sua Defesa Administrativa oportunamente, **requerer o levantamento do embargo imposto à área do seu Criadouro Conservacionista**, registrado por meio do Termo de Embargo nº VTSONLAS lavrado por este D. IBAMA, o que o faz nos termos a seguir expostos.

Referido Termo de Embargo foi lavrado em razão de suposta ausência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista, tendo sido expressamente registrado na “Descrição da Infração” que o embargo seria mantido até a emissão da licença ambiental para o Criadouro. Confira-se:

“Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro” (grifos nossos).

¹ “Art. 34. O embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental ou adoção de medidas efetivas quanto à regularização, assim consideradas pela autoridade competente em decisão fundamentada, observados os requisitos estabelecidos em lei ou ato normativo próprio.”

Cumprido desde logo ressaltar que, conforme será demonstrado no âmbito da Defesa Administrativa a ser oportunamente apresentada pela **BRASKEM**, a exigência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista é questionável, visto que o artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016² determina que caberia ao próprio Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”) a conversão automática das Autorizações de Manejo de Fauna então emitidas por este D. IBAMA em licenças ambientais. Considerando, portanto, que a **BRASKEM** sempre possuiu Autorização para Manejo de Fauna válida, conclui-se que seria responsabilidade do IMA realizar, automaticamente, a conversão de tal Autorização em Licença de Operação. Não obstante, em função da aplicação do embargo ora impugnado, a **BRASKEM**, em 06 de maio de 2020, deu entrada no pedido de obtenção da referida licença ambiental.

Nesse sentido, em 17 de setembro de 2020, **o IMA emitiu a Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO para o funcionamento do “Criadouro Conservacionista Cinturão Verde Braskem S.A” (Doc. 01), atestando, portanto, a sua regularidade ambiental.**

Assim, considerando **(i)** o disposto no próprio Termo de Embargo; **(ii)** o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; **(iii)** a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo IMA; e **(iv)** o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)³; não há fundamentos e/ou motivos para manter o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM** embargado. **A BRASKEM requer, portanto, que o referido embargo seja revogado por este D. IBAMA.**

² “Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo - AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.”


³ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442.


A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por única finalidade solicitar o levantamento do referido embargo, de modo que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA⁴.


Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 29 de setembro de 2020.


Giovani Bruno Ruiz Tomasoni
OAB/SP nº 247.690


Manuela Demarche Mello
OAB/SP nº 336.325


Camila S. Cassiano Julien
OAB/SP nº 419.409

⁴ “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Nº 2020.17091080760.EXP.LO

VALIDADE: 17/09/2022



O **Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas - IMA/AL** expede a presente Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO, com base na Resolução Normativa Nº 10/2018, do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM e na Lei 6.787/06, Art. 5, e suas alterações, por meio da qual autoriza **BRASKEM - CLORO SODA**, inscrita no CNPJ Nº 42.150.391/0022-03, localizada na Avenida Assis Chateaubriand, Nº 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL, referente a operação/funcionamento da atividade citada na lei como Empreendimentos Comerciais e de Serviços, do empreendimento **CRIADOURO CONSERVACIONISTA CINTURÃO VERDE BRASKEM S.A.**, localizado em Município de, Maceió/AL.

Esta **Licença de Operação** é válida até **17 de Setembro de 2022**, e está condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam na(s) seguinte(s) páginas desta licença e nos demais anexos do Processo IMA Nº 2020.0605025331.LO.IMA (Parecer Técnico IMA/GELIC 1079/2020).

Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações, bem como, não exime o interessado de obter outras autorizações/licenças exigidas em leis e atos normativos, expedidas por outros órgãos.

Maceió (AL), 17 de Setembro de 2020

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente



Requer Validação

Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO com as seguintes condicionantes:

1. Quaisquer alterações no empreendimento devem ser comunicadas ao IMA com antecedência de 30 (trinta) dias, o qual julgará a necessidade ou não de uma nova análise ambiental, inclusive a construção de novo recintos e inserção de novas espécies na Licença de Operação e respectiva Autorização de Uso e Manejo (AM);
2. A renovação da Licença de Operação deverá ser solicitada 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006; - 120 dias antes do vencimento.
3. Apresentar ao IMA/AL, anualmente, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006. A data para apresentação deverá ser contada a partir da data de emissão da Licença de Operação; - O primeiro RADA deverá ser entregue 1 (um) ano após a data de emissão da licença; - O segundo RADA no pedido de renovação da licença.
4. Apresentar em conjunto com o RADA, os Certificados de Destinação Final – CDF dos resíduos sólidos e líquidos gerados, atendendo aos objetivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final; - Anualmente, em conjunto com o RADA;
5. Apresentar Certificado de regularidade referente ao cadastro do Responsável Técnico no CTF/AIDA como consultor/responsável técnico pelo criadouro; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
6. Apresentar plano de manejo e manutenção do plantel, que contemple os aspectos sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal, conforme as características das espécies, incluindo medidas de melhoria no enriquecimento ambiental dos recintos de primatas, incluindo a arborização e/ou paisagismo interno; e medidas de controle populacional para as cutias (*Dasyprocta agouti*) marcadas e abrigadas no recinto fechado do Criadouro. - Em até 60 (sessenta) dias da emissão da licença;
7. Apresentar programa de educação ambiental que contemple especificamente aspectos relativos às visitas monitoradas, que atendam as condições técnicas de bem-estar e segurança dos animais e dos visitantes, conforme determina a Resolução CONAMA 489/2018; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
8. Atualizar as informações no SISFAUNA, o sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IMA, referentes ao Responsável Legal, Responsável Técnico e movimentações do criadouro de acordo com o plantel atual. - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
9. Registrar em tempo real no “SISFAUNA 1.2 / Movimentação e Atualização de Plantel”, todas as ocorrências (nascimentos, óbito fuga, etc.), e demais transferências de animais outros empreendimentos de fauna, conforme estabelece a Lei Estadual nº 7.841/2016 e Resolução CONAMA 489/2018.
10. Manter de forma contínua a captura, sexagem e marcação das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Cinturão Verde;

11. Apresentar relatório semestral com resultados da captura continuada das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do Cinturão Verde; - Semestralmente;
12. Novos espécimes que venham a ser incorporados no plantel do empreendimento, por nascimento, destinações, e de captura (no caso específico das cutias *Dasyprocta agouti* que encontram-se soltas por toda a área do Cinturão Verde), deverão ser marcados conforme disposto na Resolução CONAMA nº 487/2018 e/ou Lei Estadual nº 7.841/2016, inclusive com relação às inscrições das anilhas, para viabilizar a sua inserção no plantel do SISFAUNA, mediante apresentação de laudo do RT ao IMA;
13. Manter armazenadas de forma permanente os dispositivos de marcação (microchips, anilhas, etc) dos animais que porventura vierem a óbito;
14. Manter de forma contínua, no recintos de primatas, a reposição de galhos, cordas, e outros itens, que fazem parte do enriquecimento ambiental dos recintos, de modo a proporcionar maior conforto visando o bem estar dos animais;
15. A Autorização Manejo de Fauna silvestre (AM) emitida via SISFAUNA, o sistema de controle e gestão adotado pelo IMA/AL, especifica as espécies permitidas para o manejo conforme disposto na Lei Estadual 7.841/2016, sendo um documento complementar a esta Licença.
16. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença; c) Superveniência de graves riscos ambientais.



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8473989

Usuário Externo (signatário): Rafael Dias Gil
IP utilizado: 64.215.22.95
Data e Horário: 30/09/2020 16:04:54
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 02003.000526/2020-47
Interessados:

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Solicitação de Levantamento de Embargo 8473988

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

DOC. 3

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, em atenção ao Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido por este D. IBAMA em 06 de outubro de 2020, e resguardando o seu direito de, oportunamente, apresentar sua Defesa Administrativa, vem respeitosamente esclarecer que o seu **Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana**, conforme se depreende dos comprovantes de recolhimento e pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (“IPTU”) dos imóveis que compõem o referido Criadouro, ora apresentados (**Doc. 01**).

A presente manifestação se mostra necessária, pois o referido Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido pela Divisão Técnica Ambiental (“DITEC”) do Estado de Alagoas, além de solicitar ao Núcleo de Biodiversidade (“NUBIO”) a análise da regularidade do embargo do referido Criadouro Conservacionista, também questionou sobre a aplicação, para o presente caso, do entendimento referente à regularidade de imóveis rurais previsto no Despacho nº 6263929/2019-CIAM/CCONT/CGFIN/DIPLAN (Documento SEI nº 6263929), exarado em conjunto pelos setores

Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais (“CIAM”) e Diretoria de Proteção Ambiental (“DIPRO”) deste D. IBAMA.

Contudo, considerando que o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM**, objeto do embargo que ora se busca levantar, está localizado em área urbana, não há o que se discutir sobre a regularidade de imóveis rurais no bojo do presente processo.

Portanto, conforme já demonstrado na manifestação apresentada em 30 de setembro de 2020 pela **BRASKEM**, tendo em vista: (i) o fato de o próprio Termo de Embargo nº VTSONLAS (que determinou o embargo do Criadouro Conservacionista) determinar que “*Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental*”; (ii) o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; (iii) a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo Instituto do Meio Ambiental do Estado de Alagoas, atestando a regularidade do empreendimento; e (iv) o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)¹, a **BRASKEM, respeitosamente, reitera a solicitação de levantamento do embargo de seu Criadouro Conservacionista.**

A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por finalidade única esclarecer que o seu Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana, evitando assim que se adentre em uma discussão sobre a regularidade de imóveis rurais que não caberia no presente processo. Não obstante, reitera que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA².

¹ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442).

² “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 26 de novembro de 2020.



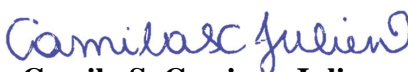
Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397

Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128841

Data do pagamento: 11/03/2020

Valor do documento:

R\$ 15.042,74

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento:

R\$ 15.042,74

Nosso Número: 842087967000067

Código de barras: 81600000150427424852020033111000000071577755

Linha Digitável: 81600000150427424852023003311100006000715777553

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1864C0ED2EEDC584A6

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65143414 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000071704	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071556033
Endereço de Localização					
Logradouro: TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE		Número: 00000		Cep: 57010880	
Bairro: PONTAL DA BARRA	Complemento: S/N	Lote:		Quadra:	
Loteamento:	Quadra Lot.:	Lote Lot.:			
Imóvel: TERRITORIAL	Identificação: 03040650445001				
Área Terreno: 24795,46	0,00			0,00	
Valor Venal Terreno: 393.958,44	0,00				
Valor Venal Imóvel: 393.958,44	Base de Cálculo: 236.375,06	Aliquota: 2,0000			
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		4.727,50	Valor R\$ 4.404,92		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		489,44			
Total:		4.404,92	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
81610000044-6 04922485202-7 00331110000-6 00071556033-0			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26561722-7

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000071704	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071556033
TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE, Número: 00000, Quadra: , Lote: - CEP: 57010880 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 4.727,50 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 489,44					
Total a Pagar:					4.404,92
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81610000044-6 04922485202-7 00331110000-6 00071556033-0



PEDIDO: 450255 8983

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128846

Data do pagamento: 11/03/2020

Data de vencimento: 31/03/2020

Nosso Número: 842087967000117

Valor do documento: R\$ 4.404,92

Valor do pagamento: R\$ 4.404,92

Código de barras: 81610000044049224852020033111000000071556033

Linha Digitável: 816100000446049224852027003311100006000715560330

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD18F1CE02903CD47995

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65165498 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000279639	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071578618
Endereço de Localização					
Logradouro: TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE			Número: 00000	Cep: 57010880	
Bairro: PONTAL DA BARRA			Lote:	Quadra:	
Loteamento:			Quadra Lot.:	Lote Lot.:	
Imóvel: TERRITORIAL			Identificação: 03004272896001		
Área Terreno: 296035,74			0,00	0,00	
Valor Venal Terreno: 3.762.810,70			0,00		
Valor Venal Imóvel: 3.762.810,70			Base de Cálculo: 2.257.686,42	Aliquota: 2,0000	
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		45.153,73	Valor R\$ 40.788,53		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		4.532,06			
Total:		40.788,53	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
81600000407-6 88532485202-3 00331110000-6 00071578618-2			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26559822-2

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000279639	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071578618
TRAVESSA - IRACEMA LESSA DE ANDRADE, Número: 00000, Quadra: , Lote: - CEP: 57010880 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 45.153,73 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 4.532,06					
Total a Pagar:					40.788,53
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81600000407-6 88532485202-3 00331110000-6 00071578618-2



PEDIDO: 4502559031

BPM: 5725159

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023253913

Data do pagamento: 30/03/2020

Valor do documento: R\$ 40.788,53

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento: R\$ 40.788,53

Nosso Número: 842281731000020

Código de barras: 81600000407885324852020033111000000071578618

Linha Digitável: 816000004076885324852023003311100006000715786182

Autenticação Bancária: DCF1131FDF56787868AAAC445C71752200A96FA31A1FEAEDEF57B43371477D1D

Autenticação Legis.:

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128842

Data do pagamento: 11/03/2020

Valor do documento: R\$ 5.640,87

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento: R\$ 5.640,87

Nosso Número: 842087967000075

Código de barras: 81690000056408724852020033111000000071577766

Linha Digitável: 816900000562408724852020003311100006000715777660

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1823F0884A5636C945

Autenticação Legis.:

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8846309

Usuário Externo (signatário): Rafael Dias Gil
IP utilizado: 64.215.22.98
Data e Horário: 26/11/2020 18:49:48
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 02003.000526/2020-47
Interessados:

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Esclarecimentos Braskem 8846307

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 9141949

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.100
Data e Horário:	18/01/2021 19:39:31
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Requerimento de Audiência de Conciliação	9141948
--	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

Ref. Resposta à notificação de publicação da Portaria nº 589/2020

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, em atenção à Notificação de publicação da Portaria nº 589/2020 emitida por este D. IBAMA (**Doc. 1**) e recebida em 30 de dezembro de 2020¹, vem respeitosamente, **requerer o agendamento de audiência de conciliação em meio eletrônico por meio de videoconferência, nos termos do artigo 3º, §1º, da referida Portaria.**

Nesse sentido, em consonância com o artigo 3º, §2º da norma, a **BRASKEM** informa abaixo os endereços eletrônicos de todos os seus representantes que participarão da referida audiência de conciliação:

- vanessa.maluf@braskem.com
- giovani.tomasoni@trenchrossi.com
- camila.julien@trenchrossi.com

¹ Trata-se, portanto, de manifestação tempestiva, tendo em vista que a Portaria nº 589/2020 determina, em seu artigo 3º, o prazo de 30 (trinta) dias para o autuado se manifestar contados da sua notificação.

A **BRASKEM** também requer que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Por fim, a **BRASKEM** aproveita para **reiterar a solicitação de levantamento do embargo de seu Criadouro Conservacionista**. Conforme já demonstrado nas manifestações apresentadas em 30 de setembro de 2020 (**Doc. 2**) e em 26 de novembro de 2020 (**Doc. 3**) pela **BRASKEM**: (i) o próprio Termo de Embargo nº VTSONLAS (que determinou o embargo do Criadouro Conservacionista) estabelece que “Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental”; (ii) o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determina que “o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental”; (iii) **já foi emitida a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo Instituto do Meio Ambiental do Estado de Alagoas, atestando a regularidade do empreendimento**; e (iv) o levantamento do embargo é um ato vinculado da Administração Pública, que deve ser praticado diante de evidências da regularização das atividades embargadas - o que ocorreu no caso concreto².

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 15 de janeiro de 2021.



Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

² "Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442).

DOC. 1

Ao/À Senhor(a)
BRASKEM S.A. - CLORO SODA
AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA
CEP: 57010-900 - MACEIÃ/AL

Avea Clarissa de Oliveira Cordeiro
RG: 1598724 - SSP/AL

30/12/2020

13:56hs

Assunto: Notificação de publicação da Portaria nº 589, de 27 de novembro de 2020.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o número 02003.000526/2020-47.

Prezado(a) Senhor(a),

Refiro-me ao auto de infração nº B9PF1T53, 02003.000526/2020-47, para informar a Vossa Senhoria que, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), a audiência de conciliação ambiental anteriormente agendada somente será realizada se houver manifestação de interesse em sua realização.

Consoante o regramento da Portaria Conjunta nº 589, de 27 de novembro de 2020, publicada na edição 228 do Diário Oficial da União do dia 30 de novembro, com fundamento no § 6º do art. 98-B do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, caso V.Sa. tenha interesse no encerramento do processo durante a fase de conciliação ambiental, poderá, **no prazo de trinta dias a contar do recebimento dessa notificação**, requerer:

a) o agendamento de audiência presencial;

b) o agendamento de audiência em meio eletrônico por meio de videoconferência; ou

c) a adesão direta a uma das soluções legais, previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514, independentemente da realização de uma audiência.

Da manifestação de interesse pela audiência em meio eletrônico, deve constar requerimento expresso do autuado por essa forma de audiência, bem como os endereços eletrônicos (e-mail) do autuado e de seus representantes que participarão da sessão.

No caso de requerimento pela adesão com dispensa da realização de uma audiência, o autuado deverá indicar também a solução desejada entre as previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514.

Caso ocorra o transcurso do prazo de trinta dias sem manifestação de interesse do autuado, inicia-se o prazo para apresentação de defesa. Do mesmo modo, caso haja renúncia expressa à conciliação ambiental, o prazo de defesa fluirá a partir do protocolo da desistência, conforme previsto o §3º do Art. 3º da Portaria Conjunta.

Importante registrar que, no caso da opção pela a realização de audiência de conciliação, o prazo para apresentação de defesa administrativa ficará suspenso até a data da audiência.

Para fazer a sua opção, basta fazer peticionamento presencial ou eletrônico perante o protocolo do órgão autuante no processo administrativo correspondente à autuação.

Informo, ainda, que Vossa Senhoria poderá nos contatar pelo telefone (61) 3316-1080 ou por e-mail dicam.sede@ibama.gov.br, caso queira receber mais orientações.

Atenciosamente,

HALISSON PEIXOTO BARRETO

Coordenador Nacional do Processo Sancionador Ambiental

Responsável	<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente		<input type="checkbox"/> Não Existe o Nº Indicado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Não Procurado	<input type="checkbox"/> Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico <input type="checkbox"/> Outros
	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /			

PARA USO DOS CORREIOS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN Trecho 02 Lote 01
 Asa Norte
 70818-900 Brasília - DF



**INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS
 RECURSOS NATURAIS
 RENOVÁVEIS**



CDIPBSB_e-Card_20964_4_OS_409522_b
 0017206840

BH200624077BR



DESTINATÁRIO:



BRASKEM S.A. - CLORO SODA
 AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA

57010-900 MACEIÃ-AL

Data de postagem: 18/12/2020

DOC. 2

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente por meio de seus advogados, com fundamento no artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020¹ deste D. IBAMA, resguardando o seu direito de apresentar sua Defesa Administrativa oportunamente, **requerer o levantamento do embargo imposto à área do seu Criadouro Conservacionista**, registrado por meio do Termo de Embargo nº VTSONLAS lavrado por este D. IBAMA, o que o faz nos termos a seguir expostos.

Referido Termo de Embargo foi lavrado em razão de suposta ausência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista, tendo sido expressamente registrado na “Descrição da Infração” que o embargo seria mantido até a emissão da licença ambiental para o Criadouro. Confira-se:

“Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro” (grifos nossos).

¹ “Art. 34. O embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental ou adoção de medidas efetivas quanto à regularização, assim consideradas pela autoridade competente em decisão fundamentada, observados os requisitos estabelecidos em lei ou ato normativo próprio.”

Cumprido desde logo ressaltar que, conforme será demonstrado no âmbito da Defesa Administrativa a ser oportunamente apresentada pela **BRASKEM**, a exigência de licença ambiental para o Criadouro Conservacionista é questionável, visto que o artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016² determina que caberia ao próprio Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”) a conversão automática das Autorizações de Manejo de Fauna então emitidas por este D. IBAMA em licenças ambientais. Considerando, portanto, que a **BRASKEM** sempre possuiu Autorização para Manejo de Fauna válida, conclui-se que seria responsabilidade do IMA realizar, automaticamente, a conversão de tal Autorização em Licença de Operação. Não obstante, em função da aplicação do embargo ora impugnado, a **BRASKEM**, em 06 de maio de 2020, deu entrada no pedido de obtenção da referida licença ambiental.

Nesse sentido, em 17 de setembro de 2020, **o IMA emitiu a Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO para o funcionamento do “Criadouro Conservacionista Cinturão Verde Braskem S.A” (Doc. 01), atestando, portanto, a sua regularidade ambiental.**

Assim, considerando **(i)** o disposto no próprio Termo de Embargo; **(ii)** o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; **(iii)** a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo IMA; e **(iv)** o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)³; não há fundamentos e/ou motivos para manter o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM** embargado. **A BRASKEM requer, portanto, que o referido embargo seja revogado por este D. IBAMA.**

² “Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo - AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.”


³ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedirlos, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442.


A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por única finalidade solicitar o levantamento do referido embargo, de modo que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA⁴.


Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 29 de setembro de 2020.


Giovani Bruno Ruiz Tomasoni
OAB/SP nº 247.690


Manuela Demarche Mello
OAB/SP nº 336.325


Camila S. Cassiano Julien
OAB/SP nº 419.409

⁴ “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO com as seguintes condicionantes:

1. Quaisquer alterações no empreendimento devem ser comunicadas ao IMA com antecedência de 30 (trinta) dias, o qual julgará a necessidade ou não de uma nova análise ambiental, inclusive a construção de novo recintos e inserção de novas espécies na Licença de Operação e respectiva Autorização de Uso e Manejo (AM);
2. A renovação da Licença de Operação deverá ser solicitada 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006; - 120 dias antes do vencimento.
3. Apresentar ao IMA/AL, anualmente, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006. A data para apresentação deverá ser contada a partir da data de emissão da Licença de Operação; - O primeiro RADA deverá ser entregue 1 (um) ano após a data de emissão da licença; - O segundo RADA no pedido de renovação da licença.
4. Apresentar em conjunto com o RADA, os Certificados de Destinação Final – CDF dos resíduos sólidos e líquidos gerados, atendendo aos objetivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final; - Anualmente, em conjunto com o RADA;
5. Apresentar Certificado de regularidade referente ao cadastro do Responsável Técnico no CTF/AIDA como consultor/responsável técnico pelo criadouro; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
6. Apresentar plano de manejo e manutenção do plantel, que contemple os aspectos sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal, conforme as características das espécies, incluindo medidas de melhoria no enriquecimento ambiental dos recintos de primatas, incluindo a arborização e/ou paisagismo interno; e medidas de controle populacional para as cutias (*Dasyprocta agouti*) marcadas e abrigadas no recinto fechado do Criadouro. - Em até 60 (sessenta) dias da emissão da licença;
7. Apresentar programa de educação ambiental que contemple especificamente aspectos relativos às visitas monitoradas, que atendam as condições técnicas de bem-estar e segurança dos animais e dos visitantes, conforme determina a Resolução CONAMA 489/2018; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
8. Atualizar as informações no SISFAUNA, o sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IMA, referentes ao Responsável Legal, Responsável Técnico e movimentações do criadouro de acordo com o plantel atual. - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
9. Registrar em tempo real no “SISFAUNA 1.2 / Movimentação e Atualização de Plantel”, todas as ocorrências (nascimentos, óbito fuga, etc.), e demais transferências de animais outros empreendimentos de fauna, conforme estabelece a Lei Estadual nº 7.841/2016 e Resolução CONAMA 489/2018.
10. Manter de forma contínua a captura, sexagem e marcação das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Cinturão Verde;

11. Apresentar relatório semestral com resultados da captura continuada das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do Cinturão Verde; - Semestralmente;
12. Novos espécimes que venham a ser incorporados no plantel do empreendimento, por nascimento, destinações, e de captura (no caso específico das cutias *Dasyprocta agouti* que encontram-se soltas por toda a área do Cinturão Verde), deverão ser marcados conforme disposto na Resolução CONAMA nº 487/2018 e/ou Lei Estadual nº 7.841/2016, inclusive com relação às inscrições das anilhas, para viabilizar a sua inserção no plantel do SISFAUNA, mediante apresentação de laudo do RT ao IMA;
13. Manter armazenadas de forma permanente os dispositivos de marcação (microchips, anilhas, etc) dos animais que porventura vierem a óbito;
14. Manter de forma contínua, no recintos de primatas, a reposição de galhos, cordas, e outros itens, que fazem parte do enriquecimento ambiental dos recintos, de modo a proporcionar maior conforto visando o bem estar dos animais;
15. A Autorização Manejo de Fauna silvestre (AM) emitida via SISFAUNA, o sistema de controle e gestão adotado pelo IMA/AL, especifica as espécies permitidas para o manejo conforme disposto na Lei Estadual 7.841/2016, sendo um documento complementar a esta Licença.
16. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença; c) Superveniência de graves riscos ambientais.

D. A. C.

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8473989

Usuário Externo (signatário): Rafael Dias Gil
IP utilizado: 64.215.22.95
Data e Horário: 30/09/2020 16:04:54
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 02003.000526/2020-47
Interessados:

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Solicitação de Levantamento de Embargo 8473988

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

DOC. 3

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“BRASKEM”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, em atenção ao Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido por este D. IBAMA em 06 de outubro de 2020, e resguardando o seu direito de, oportunamente, apresentar sua Defesa Administrativa, vem respeitosamente esclarecer que o seu **Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana**, conforme se depreende dos comprovantes de recolhimento e pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (“IPTU”) dos imóveis que compõem o referido Criadouro, ora apresentados (**Doc. 01**).

A presente manifestação se mostra necessária, pois o referido Despacho nº 8512761/2020-DITEC-AL/SUPES-AL, proferido pela Divisão Técnica Ambiental (“DITEC”) do Estado de Alagoas, além de solicitar ao Núcleo de Biodiversidade (“NUBIO”) a análise da regularidade do embargo do referido Criadouro Conservacionista, também questionou sobre a aplicação, para o presente caso, do entendimento referente à regularidade de imóveis rurais previsto no Despacho nº 6263929/2019-CIAM/CCONT/CGFIN/DIPLAN (Documento SEI nº 6263929), exarado em conjunto pelos setores

Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais (“CIAM”) e Diretoria de Proteção Ambiental (“DIPRO”) deste D. IBAMA.

Contudo, considerando que o Criadouro Conservacionista da **BRASKEM**, objeto do embargo que ora se busca levantar, está localizado em área urbana, não há o que se discutir sobre a regularidade de imóveis rurais no bojo do presente processo.

Portanto, conforme já demonstrado na manifestação apresentada em 30 de setembro de 2020 pela **BRASKEM**, tendo em vista: (i) o fato de o próprio Termo de Embargo nº VTSONLAS (que determinou o embargo do Criadouro Conservacionista) determinar que “*Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental*”; (ii) o fato de o artigo 34 da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA determinar que “*o embargo será revogado mediante comprovação da regularidade ambiental*”; (iii) a emissão da Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista pelo Instituto do Meio Ambiental do Estado de Alagoas, atestando a regularidade do empreendimento; e (iv) o fato de o levantamento do embargo ser um ato vinculado da Administração Pública, diante de evidências da regularização das atividades embargadas (o que ocorreu no caso concreto)¹, a **BRASKEM, respeitosamente, reitera a solicitação de levantamento do embargo de seu Criadouro Conservacionista.**

A **BRASKEM** ressalta que a presente manifestação tem por finalidade única esclarecer que o seu Criadouro Conservacionista está localizado em área urbana, evitando assim que se adentre em uma discussão sobre a regularidade de imóveis rurais que não caberia no presente processo. Não obstante, reitera que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA².

¹ “Atos vinculados seriam aqueles em que, por existir prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração Pública em face de uma situação igualmente prevista (...), a Administração Pública, ao expedi-los, não interfere com apreciação subjetiva alguma” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. Página 442).

² “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Por fim, a **BRASKEM** reitera seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 26 de novembro de 2020.



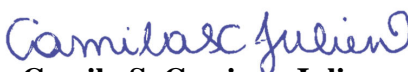
Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Manuela Demarche Mello

OAB/SP nº 336.325



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397

Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128841

Data do pagamento: 11/03/2020

Valor do documento:

R\$ 15.042,74

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento:

R\$ 15.042,74

Nosso Número: 842087967000067

Código de barras: 81600000150427424852020033111000000071577755

Linha Digitável: 81600000150427424852023003311100006000715777553

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1864C0ED2EEDC584A6

Autenticação Legis.:

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128846

Data do pagamento: 11/03/2020

Data de vencimento: 31/03/2020

Nosso Número: 842087967000117

Valor do documento: R\$ 4.404,92

Valor do pagamento: R\$ 4.404,92

Código de barras: 81610000044049224852020033111000000071556033

Linha Digitável: 816100000446049224852027003311100006000715560330

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD18F1CE02903CD47995

Autenticação Legis.:

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023253913

Data do pagamento: 30/03/2020

Valor do documento: R\$ 40.788,53

Data de vencimento: 31/03/2020

Valor do pagamento: R\$ 40.788,53

Nosso Número: 842281731000020

Código de barras: 81600000407885324852020033111000000071578618

Linha Digitável: 816000004076885324852023003311100006000715786182

Autenticação Bancária: DCF1131FDF56787868AAAC445C71752200A96FA31A1FEAEDEF57B43371477D1D

Autenticação Legis.:

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

Contribuinte		D.A.M.			
BRASKEM S/A		65164672 / 2020			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269920	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071577766
Endereço de Localização					
Logradouro: RUA - OSÉAS SARMENTO ROSAS		Número: S/N		Cep: 57010-410	
Bairro: PONTAL DA BARRA	Complemento:	Lote:		Quadra:	
Loteamento:	Quadra Lot.:	Lote Lot.:			
Imóvel: TERRITORIAL	Identificação: 03004280486001				
Área Terreno: 37104,00		0,00		0,00	
Valor Venal Terreno: 508.398,00		0,00			
Valor Venal Imóvel: 508.398,00	Base de Cálculo: 305.038,80		Aliquota: 2,0000		
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL		6.100,78	Valor R\$ 5.640,87		
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		166,86			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		626,77			
Total:		5.640,87	Emissão: 11/02/2020 Usuário: 123456		
81690000056-2 40872485202-0 00331110000-6 00071577766-0			Autenticação:		

**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC****DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

Código Débito Automático

26562222-0

Contribuinte					
BRASKEM S/A					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
42.150.391/0022-03	000000000269920	I.P.T.U. 2020	1/1	31/03/2020	11000000071577766
RUA - OSÉAS SARMENTO ROSAS, Número: S/N, Quadra: , Lote: - CEP: 57010-410 Bairro: PONTAL DA BARRA					
IPTU TERRITORIAL - PRINCIPAL 6.100,78 ILUMINAÇÃO PÚBLICA 166,86 TSA: 0,00 DESCONTO: 626,77					
Total a Pagar:					5.640,87
Instruções:					
LOCAIS PARA PAGAMENTO:					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81690000056-2 40872485202-0 00331110000-6 00071577766-0



4502559018

Dados da conta a ser debitada

Pagador: BRASKEM S.A.

Convênio: 06397000024497

Banco: 341 - BANCO ITAU S/A

Agência/DV: 6397 Conta/DV/DAC: 24497 -8



Dados Contribuinte

Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL MACEIO

CNPJ/CPF:

Dados do pagamento

Modalidade: Tributo - IPTU - Prefeituras

Número do documento: 2023128842

Data do pagamento: 11/03/2020

Data de vencimento: 31/03/2020

Nosso Número: 842087967000075

Valor do documento: R\$ 5.640,87

Valor do pagamento: R\$ 5.640,87

Código de barras: 81690000056408724852020033111000000071577766

Linha Digitável: 816900000562408724852020003311100006000715777660

Autenticação Bancária: EE4BC8A26D6B0402F6DAE99AB6FE9C47677086514C6EAD1823F0884A5636C945

Autenticação Legis.:

Recibo Eletrônico de Protocolo - 8846309

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.98
Data e Horário:	26/11/2020 18:49:48
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Esclarecimentos Braskem	8846307
-----------------------------------	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Av. Fernandes Lima, 4023 - Gruta de Lourdes, , Maceió/AL, CEP 57057-000

DECLARAÇÃO

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL

Conforme preconizado na Instrução Normativa Conjunta Nº 2 DE 29 DE janeiro de 2020, no inciso XV do Art. 6º; Artigo 8º e; Artigo 34, em atenção à Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988), esclarece-se que:

O Processo 02003.000526/2020-47 foi aberto para providências administrativas relacionadas ao Auto de Infração B9PF1T53 (SEI 7142114), em desfavor de BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03) por:

Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente.

O Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115) lavrado na ocasião contem a seguinte descrição:

Fica embargada a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para manejos e tratamentos dos animais do Criadouro.

Em 30 de setembro de 2020, a empresa BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03) protocolou Petição Solicitação de Levantamento de Embargo (SEI 8473988), onde consta a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988).

Considerando a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988), que autoriza empresa a BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03), localizada na Avenida Assis Chateaubriand , Nº 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL, referente a operação/funcionamento da atividade citada na lei como Empreendimentos Comerciais e de Serviços, do empreendimento CRIADOURO CONSERVACIONISTA CINTURÃO VERDE BRASKEM S.A., localizado em Município de, Maceió/AL.

Portanto, considerando a análise das informações supra citadas, conclui-se pela regularidade ambiental do referido empreendimento, onde manifestamos pelo **DESEMBARGO** da área, alvo do Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115), onde a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988) é parte integrante dessa Declaração de Regularidade.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Filipe José Cardoso Tenório
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE JOSE CARDOSO TENORIO, Analista Ambiental**, em 02/02/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9240200** e o código CRC **08DD2062**.

Referência: Processo nº 02003.000526/2020-47

SEI nº 9240200



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Despacho nº 9263945/2021-SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao A CHEFIA DA DITEC/AL

Assunto: Retorno processo

À Chefia da DITEC/AL

Restituo os autos mediante Declaração NUBIO-AL (SEI 9240200), conforme o avençado pessoalmente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ELENU SHIBATA BRANDÃO, Superintendente**, em 05/02/2021, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9263945** e o código CRC **53A3B3EC**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9267122/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Declaração de Regularidade

Ao Superintendente do IBAMA-AL;

Aprovo e encaminho a Declaração NUBIO-AL (9240200), que trata da análise da regularidade ambiental e desembargo da área alvo do Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR
Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR**, Chefe de **Divisão**, em 05/02/2021, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9267122** e o código CRC **DF2DDC5F**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9269669/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO

Assunto: Cadastramento Termo de Embargo

À CONOF;

Solicito o cadastramento do Termo de Embargo VTS0NLAS (7142115).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 05/02/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9269669** e o código CRC **9356EE27**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO

Despacho nº 9279940/2021-CONOF/CGFIS/DIPRO

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Assunto: Migração de formulário

Em atenção ao Despacho nº 9269669/2021-DITEC-AL/SUPES-AL informamos que foi realizada a migração da Notificação UMSEW4LC e Termo de Embargo VTS0NLAS para o SICAFI.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDER DE MELO SOUSA, Coordenador Substituto**, em 12/02/2021, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA ELY ESTEVES DE OLIVEIRA MELO, Analista Ambiental**, em 24/02/2021, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9279940** e o código CRC **64A32ADF**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9392200/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Regularidade ambiental

Ao Superintendente do IBAMA-AL;

Encaminho o processo, após Despacho CONOF (9279940).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Chefe da DITEC-AL / SUPES-AL / IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 26/02/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9392200** e o código CRC **8A38CD20**.

**SISTEMA DE CADASTRO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Unidade de Trabalho: **AL/SUPES**
Nome: **Eleni Shibata Brandão**
Perfil: **Fiscalização (Superintendente/Gerente)**
Certificado digital: **ELENU SHIBATA**
BRANDAO:11134438800

Cadastro ☒ Arrecadação ☒ Fiscalização ☒ Jurídica ☐ Câmara ☐ Atendimento ☐ Certificado de Regularidade ☐ Sair

Desembargo & Restabelecer Embargo TAD/TEI**Pesquisa**

Dados do TAD/TEI

Desembargo

Restabelecer Embargo

Pesquisar por:*

Nº TAD/TEI e Série

Número do TAD/TEI:*

VTS0NLAS

Serie

TERMOS DE EMBARGO

Não foi encontrado nenhum Termo de Embargo nessa pesquisa!!!

Pesquisar

(*) preenchimento obrigatório

Versão: 06/03/2008



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Despacho nº 9438459/2021-SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Assunto: Retorno de processo

1. Retornamos o presente mediante Documento (9438431), para averiguar o cadastramento do Termo de Embargo nº VTS0NLAS, com ênfase ao Despacho CONOF (9279940).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ELENU SHIBATA BRANDÃO, Superintendente**, em 04/03/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9438459** e o código CRC **4096CA35**.

**SISTEMA DE CADASTRO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**Unidade de Trabalho: **AL/SUPES**Nome: **Vanessa Karine Souza Costa**Perfil: **Fiscalização (Administrador local)**Certificado digital: **VANESSA KARINE SOUZA COSTA**

[Cadastro](#) [Arrecadação](#) [Fiscalização](#) [Jurídica](#) [Câmara](#) [Atendimento](#) [Certificado de Regularidade](#) [Sair](#)

Consulta - Termo - EmbargoPesquisar por:* Número Termo:* Série: **Em bargo****Não foi encontrado nenhum termo nesta pesquisa!!!****Pesquisar****Limpar****PDF****(*) preenchimento obrigatório**



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9454811/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao CONOF

Assunto: Termo de Embargo

Prezado,

Encaminho o presente para atendimento ao Despacho SUPES-AL 9438459, considerando o Despacho CONOF9279940 e consulta ao SICAFI 9454740.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KARINE SOUZA COSTA, Técnico Administrativo**, em 08/03/2021, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9454811** e o código CRC **227BF3E1**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“**BRASKEM**”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente, por meio de seus advogados, em atenção às últimas movimentações no âmbito do presente processo, relacionadas ao pedido de desembargo de seu Criadouro Conservacionista, formulado em 30 de setembro de 2020, expor e requerer o que segue.

Em 02 de fevereiro de 2021, foi emitida por esse D. IBAMA a Declaração de Regularidade Ambiental (**Doc. 01**), a qual concluiu pela regularidade do Criadouro Conservacionista da **BRASKEM** e recomendou o levantamento do embargo imposto por meio do Termo de Embargo nº VT50NLAS:

“Portanto, considerando a análise das informações supra citadas, conclui-se pela regularidade ambiental do referido empreendimento, onde manifestamos pelo DESEMBARGO da área, alvo do Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115) (...).”

Ocorre, entretanto, que apesar de já ter transcorrido mais de um mês da emissão do referido documento, o levantamento do embargo ainda não ocorreu. Isso porque, o supramencionado Termo

de Embargo nº VT50NLAS não foi localizado no cadastro do sistema interno desse D. IBAMA no momento da sua lavratura (**Doc. 02**), o que supostamente impede o seu levantamento.

Ocorre que, conforme já demonstrado reiteradamente no presente processo, o levantamento do embargo é essencial para que as atividades do Criadouro Conservacionista sejam retomadas o quanto antes. Reitere-se que, desde 17 de setembro de 2020, o empreendimento possui Licença de Operação válida, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), mas ainda não pôde retomar às suas atividades em razão do referido embargo.

Cumprе ressaltar que não é razoável que o Administrado fique à mercê da Administração Pública em razão de um suposto equívoco que o próprio órgão ambiental cometeu no momento da lavratura e cadastramento do Termo de Embargo. Não se pode admitir que um equívoco interno por parte desse D. IBAMA atrase em mais de um mês o efetivo desembargo do Criadouro Conservacionista da **BRASKEM**.

Tal cenário viola não só os princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação e da eficiência que devem gerir os atos Administração Pública¹, como também o direito de uso da propriedade da **BRASKEM**, previsto nos artigo 5º, incisos XXII e XXIII da Constituição Federal Brasileira.

O Criadouro Conservacionista possui importante função social e educacional na região. Além de ser certificado pela UNESCO como posto avançado de reserva da biosfera da Mata Atlântica, cerca de 5.000 (cinco mil) pessoas visitam o local todo ano, dentre as quais a grande maioria é composta por estudantes.

Assim, tendo em vista a sua regularidade – inclusive atestada por esse D. IBAMA – e a urgente necessidade de se retomar, o quanto antes, as atividades realizadas no local, a **BRASKEM vem, respeitosamente, requerer URGÊNCIA no desembargo do seu Criadouro Conservacionista.**

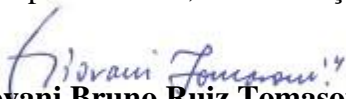
¹ “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).”


A **BRASKEM** ressalta, ainda, que a presente manifestação tem por finalidade única requerer urgência no levantamento do embargo imposto ao Criadouro Conservacionista, e reitera que se reserva no direito de apresentar, oportunamente, a sua Defesa Administrativa em face do Auto de Infração nº B9PF1T53, tendo em vista que a contagem do prazo para a sua apresentação terá início somente após a realização da audiência de conciliação, nos termos do artigo 49, §1º da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA².


Por fim, a **BRASKEM** reitera também seu pedido para que, uma vez definida a nova data de audiência, seja devidamente intimada sobre a nova data por Correios e por meio do endereço eletrônico vanessa.maluf@braskem.com, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2020 deste D. IBAMA.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

De São Paulo para Maceió, 16 de março de 2021.


Giovani Bruno Ruiz Tomasoni
OAB/SP nº 247.690


Manuela Demarche Mello
OAB/SP nº 336.325


Camila S. Cassiano Julien
OAB/SP nº 419.409

² “Art. 49. A audiência de conciliação ambiental será agendada automaticamente para, no mínimo, trinta dias após a lavratura do auto de infração.

§ 1º A fluência do prazo para oferecimento de defesa fica suspensa pelo agendamento da audiência de conciliação ambiental e o seu curso se iniciará a contar da data de sua realização.
(...)”

Doc. 01



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Av. Fernandes Lima, 4023 - Gruta de Lourdes, , Maceió/AL, CEP 57057-000

DECLARAÇÃO

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL

Conforme preconizado na Instrução Normativa Conjunta Nº 2 DE 29 DE janeiro de 2020, no inciso XV do Art. 6º; Artigo 8º e; Artigo 34, em atenção à Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988), esclarece-se que:

O Processo 02003.000526/2020-47 foi aberto para providências administrativas relacionadas ao Auto de Infração B9PF1T53 (SEI 7142114), em desfavor de BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03) por:

Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente.

O Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115) lavrado na ocasião contem a seguinte descrição:

Fica embargada a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitido apenas as atividades fundamentais para manejos e tratamentos dos animais do Criadouro.

Em 30 de setembro de 2020, a empresa BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03) protocolou Petição Solicitação de Levantamento de Embargo (SEI 8473988), onde consta a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988).

Considerando a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988), que autoriza empresa a BRASKEM S.A. - CLORO SODA (CNPJ 42.150.391/0022-03), localizada na Avenida Assis Chateaubriand , Nº 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL, referente a operação/funcionamento da atividade citada na lei como Empreendimentos Comerciais e de Serviços, do empreendimento CRIADOURO CONSERVACIONISTA CINTURÃO VERDE BRASKEM S.A., localizado em Município de, Maceió/AL.

Portanto, considerando a análise das informações supra citadas, conclui-se pela regularidade ambiental do referido empreendimento, onde manifestamos pelo **DESEMBARGO** da área, alvo do Termo de Embargo VT50NLAS (SEI 7142115), onde a Licença Ambiental de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (SEI 8473988) é parte integrante dessa Declaração de Regularidade.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Filipe José Cardoso Tenório
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE JOSE CARDOSO TENORIO, Analista Ambiental**, em 02/02/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9240200** e o código CRC **08DD2062**.

Referência: Processo nº 02003.000526/2020-47

SEI nº 9240200

Doc. 02

**SISTEMA DE CADASTRO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**Unidade de Trabalho: **AL/SUPES**Nome: **Vanessa Karine Souza Costa**Perfil: **Fiscalização (Administrador local)**Certificado digital: **VANESSA KARINE SOUZA COSTA**

Cadastro	Arrecadação	Fiscalização	Jurídica	Câmara	Atendimento	Certificado de Regularidade	Sair
----------	-------------	--------------	----------	--------	-------------	-----------------------------	------

Consulta - Termo - Embargo

Pesquisar por:* Nº Termo e Série

Número Termo:* VTS0NLAS

Série:

Em bargo**Não foi encontrado nenhum termo nesta pesquisa!!!****Pesquisar****Limpar****PDF****(*) preenchimento obrigatório**

Recibo Eletrônico de Protocolo - 9542704

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.99
Data e Horário:	18/03/2021 14:39:00
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	

BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Solicitação de urgência no desembargo	9542703
---	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

[Responder a todos](#) | [Excluir](#) | [Lixo eletrônico](#) | [...](#)

RE: Solicitação Reunião - DITEC/AL - Braskem nº 02003.000526/2020-47



Julien, Camila <Camila.Julien@trenchrossi.com>

Ontem, 09:53

Fiscalização AL; Ditec Supes/AL; Tomasoni, Giovani B. <Giovani.Tomasoni@trenchrc>

[Responder a todos](#) | [...](#)

Caixa de Entrada (Fiscalização AL)

À D. DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) NO ESTADO DE ALAGOAS

Processo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. ("Braskem"), sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0022-03, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, **reiterar a solicitação de agendamento de reunião** (presencial ou virtual), com o Sr. Rivaldo Couto, chefe da Divisão Técnico-Ambiental do Estado de Alagoas (DITEC-AL), para tratar sobre o **levantamento do embargo** imposto por esse D. IBAMA à área do seu Criadouro Conservacionista. Conforme consta nos autos, já ocorreu a regularização da área mediante a emissão da Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO pelo IMA/AL e foi inclusive emitida a sua Declaração de Regularidade por esse D. IBAMA, razão pela qual a área está apta ao desembargo.

A Braskem permanece no aguardo de um retorno e desde já agradece pela atenção.

Atenciosamente,
Camila

Camila Julien

Meio Ambiente, Consumidor e Sustentabilidade
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105 - 31. andar
Edifício EZ Towers, Torre A 04711-904
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: +55 (11) 5091-5818

Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...



**Trench
Rossi
Watanabe.**



This message may contain confidential and privileged information. If it has been sent to you in error, please reply to advise the sender of the error and then immediately delete this message. Please visit <https://www.trenchrossi.com/en/disclaimer/> for other important information concerning this message.

From: Julien, Camila <Camila.Julien@trenchrossi.com>

Sent: terça-feira, 22 de dezembro de 2020 11:45

To: fisc.al@ibama.gov.br

Cc: Tomasoni, Giovani B. <Giovani.Tomasoni@trenchrossi.com>; Demarche, Manuela <Manuela.Demarche@trenchrossi.com>

Subject: Solicitação Reunião - DITEC/AL - Braskem nº 02003.000526/2020-47

Importance: High

À D. DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) NO ESTADO DE ALAGOAS

Processo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. ("Braskem"), sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0022-03, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, solicitar o agendamento de reunião (presencial ou virtual), para o início de janeiro de 2021, com o D. Sr. Rivaldo Couto, chefe da Divisão Técnico-Ambiental do Estado de Alagoas (DITEC-AL), para tratar sobre o pedido de levantamento do embargo (desembargo) imposto por esse D. IBAMA à área do seu Criadouro Conservacionista. Conforme já apresentado nos autos, ocorreu a regularização da área mediante a emissão da Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO pelo IMA/AL, razão pela qual a área está apta ao desembargo.

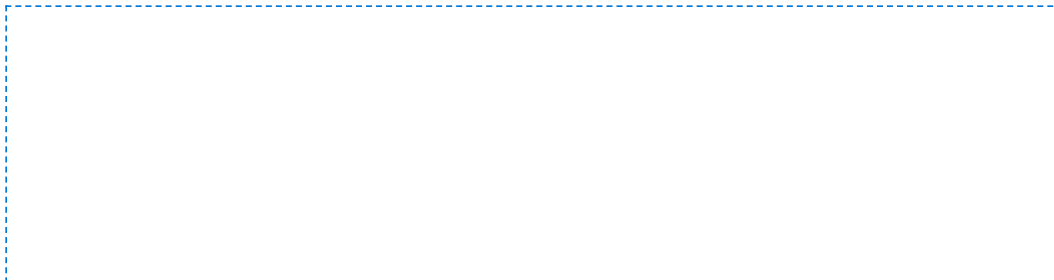
A Braskem permanece no aguardo de um retorno e desde já agradece pela atenção.

Atenciosamente,

 Responder a todos |   Excluir Lixo eletrônico |  ...

**Camila Julien**

Meio Ambiente, Consumidor e Sustentabilidade
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105 - 31. andar
Edifício EZ Towers, Torre A 04711-904
São Paulo - SP - Brasil
Tel.:+55 (11) 5091-5818



**Trench
Rossi
Watanabe.**
RESILIÊNCIA, RECUPERAÇÃO
E RENOVAÇÃO





INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO

Despacho nº 9686792/2021-CONOF/CGFIS/DIPRO

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Assunto: Atualização de Formulários no SICAFI

Em atenção ao Despacho nº 9269669/2021-DITEC-AL/SUPES-AL, informo que os dados do Termo de Embargo VTSONLAS (7142115), foram migrados para o SICAFI.

(Assinado Eletronicamente)

Márcia Silva

Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDER DE MELO SOUSA, Coordenador Substituto**, em 09/04/2021, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA SILVA, Técnico Administrativo**, em 09/04/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9686792** e o código CRC **887C5C87**.



CONSULTA - TERMO - EMBARGO

DADOS DO TERMO

Nº do Termo: VTS0NLAS Série: N° do Auto: B9PF1T53 Série:
N° da Notificação: ----- Série: --- Data da notificação: ----- Vencimento: -----
Fiscal ou Convênio: FILIPE JOSE CARDOSO TENORIO Matrícula: 1511080
Nome do Autuado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA
Data: 04/03/2020 Hora: 16:19
Forma Entrega: AR
Unidade Ibama: Superintendência do Ibama no Estado de Alagoas
Valor Total R\$: Não Cadastrado! N° Processo: 02003.000526/2020-47
Município/UF: MACEIO - ALAGOAS
Local: Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL.

Artigos Infringidos e Informações Complementares:

Embargo de obra ou atividade. Multa simples. Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitidas apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro.

DADOS DO AUTUADO

Nome: BRASKEM S.A. - CLORO SODA
Endereço: AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND
Bairro: PONTAL DA BARRA
Município/UF: MACEIO - AL
CPF/CNPJ: 42.150.391/0022-03

AÇÃO FISCALIZATÓRIA

Nenhuma Ação Fiscalizatória foi cadastrada para este registro!

COORDENADAS GEOGRÁFICA(S):

Latitude: 9° 40' 4,0'' Sul Longitude: 35° 45' 4,0'' W

DADOS DA OPERAÇÃO:

Os dados da Operação não foram cadastrada para este registro!

ANEXOS DO TERMO

Nenhum anexo foi cadastrado para este TAD!

TESTEMUNHAS ENVOLVIDA(S)

Nenhuma testemunha cadastrada para este Termo!

PESSOAS ENVOLVIDA(S)

Nenhuma Pessoa Envolvida foi cadastrada para este Termo!

EMBARGO

Natureza Embargo	Item Embargo	Área Embargada
Atividade de criador	Criador conservacionista	



CONSULTA - TERMO - EMBARGO

POLÍGONO(s) DO EMBARGO

Nenhum Polígono para o embargo foi cadastrado neste Termo!



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9688321/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Cadastro Termo de Embargo

Ao Superintendente do IBAMA em Alagoas;

Em atenção ao Despacho SUPES-AL (9438459), encaminho o Despacho CONOF (9686792), no qual informa a execução do cadastramento do Termo de Embargo, conforme demonstrado na Consulta SICAFI - TEI VTSONLAS - BRASKEM (9688304).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Chefe da DITEC/AL - SUPES/AL - IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR**, Chefe de **Divisão**, em 09/04/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9688321** e o código CRC **01A8B9B6**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Despacho nº 9705218/2021-SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao A CHEFIA DA DITEC/AL

Assunto: Retorno processo

1. Retornamos os autos informando que apesar da migração realizada pelo CONOF 9686792, o Termo de Embargo VTS0NLAS continua sem aparecer na aba Desembargo, conforme documento comprobatório 9708454.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ELENU SHIBATA BRANDÃO, Superintendente**, em 14/04/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9705218** e o código CRC **C1ADC799**.

**SISTEMA DE CADASTRO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Unidade de Trabalho: **AL/SUPES**
Nome: **Eleni Shibata Brandão**
Perfil: **Fiscalização (Superintendente/Gerente)**
Certificado digital: **ELENU SHIBATA**
BRANDAO:11134438800

Cadastro | Arrecadação | Fiscalização | Jurídica | Câmara | Atendimento | Certificado de Regularidade | Sair

Desembargo & Restabelecer Embargo TAD/TEI**Pesquisa**

Dados do TAD/TEI

Desembargo

Restabelecer Embargo

Pesquisar por:*

Nº TAD/TEI e Série

Número do TAD/TEI:*

VTS0NLAS

Serie

TERMOS DE EMBARGO

Não foi encontrado nenhum Termo de Embargo nessa pesquisa!!!

Pesquisar

(*) preenchimento obrigatório

Versão: 06/03/2008



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9743921/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO

Assunto: Termo de Embargo

À CONOF;

Para atendimento da demanda contida no Despacho SUPES-AL (9705218), considerando que o Termo de Embargo VTSONLAS continua sem aparecer na aba Desembargo, conforme documento comprobatório 9708454.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR
Chefe da DITEC/AL - SUPES/AL - IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR, Chefe de Divisão**, em 17/04/2021, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9743921** e o código CRC **9E1B9502**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E LOGÍSTICA DA FISCALIZAÇÃO

Despacho nº 9923787/2021-CONOF/CGFIS/DIPRO

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Atualização de Formulários - SICAFI

Em atenção do Despacho DITEC-AL (9743921) informo que foi realizada a atualização conforme solicitado no Despacho SUPES-AL (9705218).

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

FÁBIO EDER DE MELO SOUSA

Coordenador Substituto de Controle e Logística da Fiscalização
Portaria nº 1.605/2020



Documento assinado eletronicamente por **FABIO EDER DE MELO SOUSA, Coordenador Substituto**, em 11/05/2021, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9923787** e o código CRC **E35B3DD5**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIVISÃO TÉCNICO-AMBIENTAL - AL

Despacho nº 9923802/2021-DITEC-AL/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

Assunto: Cadastramento de Termo de Embargo

Ao Superintendente do IBAMA em Alagoas;

Em resposta ao Despacho SUPES-AL (9705218), encaminho o Despacho CONOF (9923787) informando que foi realizada atualização do formulários no SICAFI.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR

Chefe da DITEC/AL-SUPES/AL-IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **RIVALDO COUTO DOS SANTOS JUNIOR**, Chefe de **Divisão**, em 11/05/2021, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9923802** e o código CRC **B144B554**.



Consulta - Desembargo

DADOS DO TAD

Tipo Termo: Embargo/Interdição

Nº do TAD: VTS0NLAS **Série:**

Operação:

Município: MACEIO - AL

Local da apreensão: Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL.

Local do Depósito:

Data: 04/03/2020

Hora: 16:19

Valor:

Observações: Embargo de obra ou atividade. Multa simples. Fica embargado a atividade do Criadouro Conservacionista Braskem, até apresentação do licenciamento ambiental. Ficam permitidas apenas as atividades fundamentais para os manejos e tratamentos dos animais do Criadouro.

DADOS DO INFRATOR

Nome: BRASKEM S.A. - CLORO SODA

CPF/CNPJ: 42.150.391/0022-03

Endereço: AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND

Bairro: PONTAL DA BARRA

Município/UF: MACEIO - AL

Telefone: 08231775110

AGENTE (FISCAL OU CONVÊNIO)

Nome: FILIPE JOSE CARDOSO TENORIO

UNIDADE AUTUANTE

Nome: Superintendência do Ibama no Estado de Alagoas

AUTO INFRAÇÃO

Nº Auto: B9PF1T **Série:**

Agente: FILIPE JOSE CARDOSO TENORIO

ANEXOS DO TAD

Nenhum anexo foi cadastrado para este TAD!

PESSOAS ENVOLVIDAS

Nenhuma pessoa envolvida foi cadastrada para este TAD!

EMBARGO

Natureza Embargo

Atividade de criador

Item Embargo

Criador conservacionista

DESEMBARGO

Servidor responsável: Eleni Shibata Brandão

Data: 12/05/2021

Justificativa: Face o contido na Declaração de Regularidade Ambiental (9240200) e Despacho DITEC-AL (9267122), nos termos do art. 15-B do Decreto nº 6.514/08 e artigos 8º e 34 da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1, de 12 de abril de 2021 fica REVOGADO O TEI nº VTS0NLAS.



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE ALAGOAS

OFÍCIO Nº 220/2021/SUPES-AL

Maceió, 13 de maio de 2021.

À
BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03
Att. Sr. Milton Pimentel Pradines Filho - Gerente de Relações Institucionais - Alagoas
Av. Assis Chateaubriand, nº 5260 - Pontal da Barra
CEP: 57.010-900 - MACEIÓ/ALAGOAS
E-mail: milton.pradines@braskem.com

Assunto: Efetivação de Desembargo

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02003.000526/2020-47.

Ilmo. Sr. Diretor,

1. Ao cumprimentá-lo, temos a informar que o Desembargo requerido foi efetivado nos sistemas corporativos do IBAMA, conforme documentação anexa - Documento Desembargo (SEI.IBAMA 9938519).
2. Por oportuno, **solicitamos indicar expressamente o Processo 02003.000526/2020-47**, caso responda este Ofício.
3. Ao ensejo, renovamos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente por)

ELENU SHIBATA BRANDÃO

Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **ELENU SHIBATA BRANDÃO**, Superintendente, em 14/05/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9945440** e o código CRC **143EC023**.

Av. Fernandes Lima, 4023 - Gruta de Lourdes - Telefone:
CEP 57057-000 Maceió/AL - www.ibama.gov.br

Data de Envio:

14/05/2021 15:33:05

De:

IBAMA/Email que não permite resposta pelo destinatário. <noreply@ibama.gov.br>

Para:

milton.pradines@branskem.com

Assunto:

OFÍCIO Nº 220/2021/SUPES-AL + Anexo

Mensagem:

Prezado Senhor,

De ordem do Sr. Superintendente, encaminhamos o Ofício acima referido + Anexo, para conhecimento.

Por oportuno, solicitamos a gentileza de confirmar recebimento pelo endereço de e-mail: supes.al@ibama.gov.br, uma vez que este e-mail SEI não admite resposta.

Atenciosamente,

Lindinalva Melo
Apoio GHABIN/IBAMA/SUPES-AL
(82)2122.8301/8302

Anexos:

SEI_02003.000526_2020_47.pdf

AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)

Processo Administrativo nº 02003.000526/2020-47

Rafael Dias Gil, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 400.069, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue.

Conforme divulgado por meio da Portaria Normativa nº 9, de 24 de abril de 2017 ("Portaria"), bem como informado previamente por diversos funcionários desse DD. Órgão, o IBAMA estabeleceu e padronizou os procedimentos do processo eletrônico e gestão de documentos, processos e arquivo pelo Sistema Eletrônico de Informações ("SEI").

Conforme determinado pela Portaria, o acesso ao sistema SEI se dá por meio do credenciamento pessoal a partir de solicitação efetuada no sítio eletrônico do IBAMA. Assim que criado o login, é necessária prévia aprovação por parte deste Órgão para liberação dos serviços disponíveis no SEI, como o acesso a determinado processo administrativo.

Nesse contexto, cumpre esclarecer que em fevereiro de 2017 foi concedido acesso ao login do advogado Rafael Dias Gil (OAB/SP nº 400.069), por meio do e-mail "rafael.gil@trenchrossi.com" pelo

Núcleo Técnico Setorial de Instrução Processual de Autos de Infração ("NUIP") de São Paulo, viabilizando a disponibilização de processos administrativos na plataforma online.

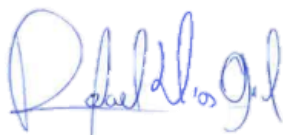
Diante da impossibilidade de obtenção de informações a respeito da disponibilização do referido processo, cabe elucidar que, de acordo com os princípios da ampla defesa, do contraditório e da celeridade processual, seria necessária a disponibilização do processo o quanto antes, tendo em vista que a utilização da plataforma SEI é a única maneira de estar a par de todas as movimentações relevantes no âmbito do procedimento em questão e manter seu acompanhamento.

Diante do exposto acima, Rafael Dias Gil, vem, respeitosamente, requerer a disponibilização do processo administrativo em epígrafe no login supracitado cadastrado na plataforma do SEI IBAMA pelo prazo de 1 (um) ano.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 14 de maio de 2021.



Rafael Dias Gil

OAB/SP nº 400.069

Anexo 1



Ministério do Meio Ambiente
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
 E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

01. N° DO DOCUMENTO/PROCESSO

02003.000526/2020-47

A - IDENTIFICAÇÃO

02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL

03. CARTEIRA DE IDENTIDADE	04. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	05. CPF
06. EMPRESA	07. CNPJ	
08. ENDEREÇO		
09. TELEFONE (DDD-NÚMERO)	10. FAX (DDD-NÚMERO)	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO

B – AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO)

12. NOME DO (A) AUTORIZADO (A)

Rafael Dias Gil

13. CARTEIRA DE IDENTIDADE OAB/SP nº 400.069	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF SP	15. CPF 423.514.848-60
16. ENDEREÇO Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105		
17. TELEFONE (DDD-NÚMERO) (11) 3048-6938	18. FAX (DDD-NÚMERO)	19. ENDEREÇO ELETRÔNICO rafael.gil@trenchrossi.com

C- TIPO DE SOLICITAÇÃO

20. (X) VISTA DO DOCUMENTO/PROCESSO () CÓPIA EM CD-ROM
 () CÓPIA IMPRESSA () CÓPIA FOTOGRÁFICA

D- EXTENSÃO DA CÓPIA


21. (X) CÓPIA INTEGRAL () CÓPIA PARCIAL FOLHAS Nº
 22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IMPORTANTE

- * Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
- * No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
- * Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
- * Anexar Atos Administrativos correspondentes
- * A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União – (GRU). A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

São Paulo,
 LOCAL

14/05/2021
 DATA


 ASSINATURA DO(A) INTERESSADO (A)

MOD.01.001

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

14219749

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Rafael Dias Gil



OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

RAFAEL DIAS GIL

FILIAÇÃO

REINALDO GIL JUNIOR
PATRICIA DIAS GIL

NATURALIDADE

SÃO PAULO-SP

RG

43.397.951-3 - SSPSP

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

SIM

DATA DE NASCIMENTO

05/11/1993

CPF

423.514.848-60

VIA

EXPEDIDO EM

01 18/08/2017

MARCOS DA COSTA
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

400069

GD

Recibo Eletrônico de Protocolo - 9958751

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	64.215.22.91
Data e Horário:	14/05/2021 17:12:29
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	
BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Pedido de Acesso ao Processo	9958750

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Data de Envio:

20/05/2021 15:52:00

De:

IBAMA/Email que não permite resposta pelo destinatário. <noreply@ibama.gov.br>

Para:

m.pradines@uol.com.br

Assunto:

OFÍCIO Nº 220/2021/SUPES-AL + Anexo

Mensagem:

Prezado Senhor,

De ordem do Sr. Superintendente, encaminhamos o Ofício acima referido + Anexo, para conhecimento.

Por oportuno, solicitamos a gentileza de confirmar recebimento pelo endereço de e-mail: supes.al@ibama.gov.br, uma vez que este e-mail SEI não admite resposta.

Atenciosamente,

Mônica Alves
Apoio GABIN/IBAMA/SUPES-AL
(82)2122.8302

Anexos:

Oficio_9945440.html

Documento_9938519_Desembargo_P_526_2020.pdf



AVISO DE
RECEBIMENTO

Digital

CDIP BRASÍLIA
18/12/2020
LOTE: 2109



DESTINATÁRIO:

BRASKEM S.A. - CLORO SODA
AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA
BARRA

MACEIÁ-AL
57010-900

AR2006240771B



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO:
após a 3ª
tentativa,
deixar em
posta
restante.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Lucimar M. dos Santos
Mat. R. 27.103
Agente do Cartão
Carteira

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Ávia Clarissa de Oliveira Cordeiro
RG: 1598724 - SSP/AL

DATA DE ENTREGA

30, 12, 2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

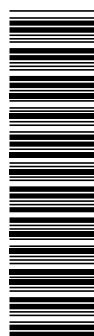
Responsável	<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> Não Procurado	<input type="checkbox"/> Não Existe o Nº Indicado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico <input type="checkbox"/> Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
-------------	---	---	--

PARA USO DOS CORREIOS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN Trecho 02 Lote 01
 Asa Norte
 70818-900 Brasília - DF



**INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS
 RECURSOS NATURAIS
 RENOVÁVEIS**



CDIPBSB_e-Carta_20964_4_OS_409522_p
 0017205840

BH200624077BR



DESTINATÁRIO:

Data de postagem: 18/12/2020



BRASKEM S.A. - CLORO SODA
 AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA
 57010-900 MACEIÃ“-AL



Digital

CDIP BRASÍLIA
 18/12/2020
 LOTE: 2109



DESTINATÁRIO:

BRASKEM S.A. - CLORO SODA
 AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA

MACEIÃ“-AL
 57010-900

AR200624077IB



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
 Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h
 2ª ____/____/____ ____:____h
 3ª ____/____/____ ____:____h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

ATENÇÃO:
 após a 3ª tentativa,
 deixar em
 posta
 restante.

CARIMBO
 UNIDADE DE ENTREGA

BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Ao/À Senhor(a)
BRASKEM S.A. - CLORO SODA
AVENIDA ASSIS CHATEUBRIAND, , , PONTAL DA BARRA
CEP: 57010-900 - MACEIÃ/AL

Assunto: Notificação de publicação da Portaria nº 589, de 27 de novembro de 2020.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o número 02003.000526/2020-47.

Prezado(a) Senhor(a),

Refiro-me ao auto de infração nº B9PF1T53, 02003.000526/2020-47, para informar a Vossa Senhoria que, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), a audiência de conciliação ambiental anteriormente agendada somente será realizada se houver manifestação de interesse em sua realização.

Consoante o regramento da Portaria Conjunta nº 589, de 27 de novembro de 2020, publicada na edição 228 do Diário Oficial da União do dia 30 de novembro, com fundamento no § 6º do art. 98-B do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, caso V.Sa. tenha interesse no encerramento do processo durante a fase de conciliação ambiental, poderá, **no prazo de trinta dias a contar do recebimento dessa notificação**, requerer:

- a) o agendamento de audiência presencial;
- b) o agendamento de audiência em meio eletrônico por meio de videoconferência; ou
- c) a adesão direta a uma das soluções legais, previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514, independentemente da realização de uma audiência.

Da manifestação de interesse pela audiência em meio eletrônico, deve constar requerimento expresso do autuado por essa forma de audiência, bem como os endereços eletrônicos (e-mail) do autuado e de seus representantes que participarão da sessão.

No caso de requerimento pela adesão com dispensa da realização de uma audiência, o autuado deverá indicar também a solução desejada entre as previstas na alínea 'b' do inciso II do § 1º do art. 98-A do Decreto 6.514.

Caso ocorra o transcurso do prazo de trinta dias sem manifestação de interesse do autuado, inicia-se o prazo para apresentação de defesa. Do mesmo modo, caso haja renúncia expressa à conciliação ambiental, o prazo de defesa fluirá a partir do protocolo da desistência, conforme previsto o §3º do Art. 3º da Portaria Conjunta.

Importante registrar que, no caso da opção pela a realização de audiência de conciliação, o prazo para apresentação de defesa administrativa ficará suspenso até a data da audiência.

Para fazer a sua opção, basta fazer peticionamento presencial ou eletrônico perante o protocolo do órgão autuante no processo administrativo correspondente à autuação.

Informo, ainda, que Vossa Senhoria poderá nos contatar pelo telefone (61) 3316-1080 ou por e-mail dicam.sede@ibama.gov.br, caso queira receber mais orientações.

Atenciosamente,

HALISSON PEIXOTO BARRETO

Coordenador Nacional do Processo Sancionador Ambiental



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SERVIÇO DE APOIO À ANÁLISE PRELIMINAR

Despacho nº 11044608/2021-SAAP/DICAM/CNPSA/SIAM

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao EQUIPE DE CONDUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO NUCAM - AL

Assunto: Requerimento de audiência

Ao NUCAM/AL

Encaminho, para ciência e providências pertinentes, requerimento do autuado para realização de audiência de conciliação ambiental (SEI 9141948).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Marília Passos Torres de Almeida
Analista Ambiental
SAAP/DICAM/CNPSA/SIAM



Documento assinado eletronicamente por **MARILIA PASSOS TORRES DE ALMEIDA, Analista Ambiental**, em 08/10/2021, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **11044608** e o código CRC **AADABF52**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
EQUIPE DE CONDUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO NUCAM - AL

Despacho nº 11085156/2021-AL/NUCAM-ECAC/SUPES-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao SAAP

Assunto: Prioridade na confecção do RAP

Prezados

Solicito prioridade na confecção do Relatório de Análise Preliminar para dar prosseguimento nos procedimentos da conciliação.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Marcelo Françoze

Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BASTOS FRANCOZO, Analista Ambiental**, em 15/10/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **11085156** e o código CRC **5D1D7801**.

Relatório de Análise Preliminar — Auto de Infração B9PF1T53

DADOS GERAIS

Código do auto: **B9PF1T53**

Nº do processo SEI: **02003.000526/2020-47**

Razão social: **BRASKEM S.A. - CLORO SODA**

Nome fantasia: **Criadouro Conservacionista Braskem**

CNPJ: **42150391002203**

INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO TEMPO DA CONDUTA E DOS ATOS PROCESSUAIS INICIAIS

- Data da ocorrência do fato infracional: **02/02/2020**
- Data da lavratura do auto de infração: **04/03/2020**
- Data da ciência do auto de infração: **06/03/2020**
- Data do primeiro ato inequívoco que implicou em apuração dos fatos: **03/02/2020**

A infração ambiental relacionada a fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente, ocorreu em 03/02/2020 e o Auto de Infração foi lavrado no dia 04/03/2020, portanto, dentro do período de pretensão punitiva de cinco anos. Além disso, não houve paralisação no procedimento administrativo com intervalo temporal acima de 3 (três) anos, não incidindo a prescrição intercorrente. Assim, não há o que se falar em prescrição.

A Infração é permanente ou continuada

QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA

O processo não apresenta questões de ordem pública

Não se verifica nos autos do processo nenhuma das circunstâncias caracterizadas como questões de ordem pública, quais sejam: (i) Incompetência do agente atuante para lavratura do auto de infração; (ii) Litispendência ou coisa julgada administrativa, consistente na existência de autuação idêntica em razão da mesma conduta, objeto de outro processo em curso ou definitivamente julgado; (iii) Conexão, consistente na existência de autuação lavrada em decorrência de um mesmo fato ou em um mesmo local, objeto de outro processo em curso; (iv) Defeito de representação do advogado ou procurador; (v) Extinção da punibilidade; e (vi) Existência de vícios sanáveis ou insanáveis verificáveis de plano, mediante análise dos autos ou de provas pré-constituídas apresentadas, sem necessidade de dilação probatória para sua comprovação.

ELEMENTOS MATERIAIS

Os elementos constantes do processo comprovam a ocorrência do fato noticiado (materialidade), este tipificado como uma infração administrativa ambiental (tipicidade), e essa conduta infracional se amolda ao tipo indicado no AI-e (enquadramento legal)

Materialidade

Conforme relatório de fiscalização, no dia 03 de fevereiro de 2020, a equipe do IBAMA realizou vistoria no criadouro da Braskem, com objetivo de realizar a constatação do plantel atual, avaliação dos animais e das instalações físicas (recintos e demais instalações) e indicar a possibilidade de emissão da Autorização de Manejo Definitiva (AMD) para que o acompanhamento dos processos seja repassado ao órgão ambiental estadual (OEMA).

Consoante o entendimento da Instrução Normativa 169/2008 que estabelece que a emissão da Autorização de Manejo não exime o empreendedor do licenciamento ambiental, quando exigível.

Durante a citada vistoria não foi constatada a licença ambiental para o criadouro, por ser obrigação do empreendimento, o criadouro foi notificado, conforme Notificação UMSEW4LC (ANEXO V - 7003358) para "Apresentar os seguintes documentos: - Licença ambiental do "Criadouro Conservacionista Braskem", Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTE/AIDA) do responsável técnico pelo empreendimento e relatório conclusivo do quantitativo de espécimes da espécie *Dasyprocta agouti* (Cutia) do Criadouro", no prazo de 15 (quinze) dias.

O empreendimento, em resposta à Notificação UMSEW4LC, protocolou um requerimento na Superintendência do Ibama em Alagoas, em 17/02/2020, aonde não foi apresentado a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista Braskem. Baseado no exposto foi lavrado o Auto de Infração B9PF1T53, com a seguinte descrição: Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente. O indicativo de embargo da atividade foi realizado através do Termo de Embargo VTSONLAS.

Tipicidade

O fato infracional tipificado como construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, configura-se como infração ambiental conforme previsão legal do art. 66 do Decreto nº 6514/2008.

Enquadramento legal

A conduta infracional foi enquadrada no art. 70 §1º e art. 72 da Lei 9605/98; art. 3º, incisos II e VII combinado com o art. 66 do Decreto nº 6514/2008, e conforme AI B9PF1T53 e relatório de fiscalização.

Da infração ambiental não decorreram danos ambientais, não estando caracterizada a responsabilidade civil

ELEMENTOS DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

Existem elementos suficientes para confirmar a autoria da infração

Conforme relatório de fiscalização, no dia 03 de fevereiro de 2020, a equipe do IBAMA realizou vistoria no criadouro da Braskem, com objetivo de realizar a constatação do plantel atual, avaliação dos animais e das instalações físicas (recintos e demais instalações) e indicar a possibilidade de emissão da Autorização de Manejo Definitiva (AMD) para que o acompanhamento dos processos seja repassado ao órgão ambiental estadual (OEMA).

Consoante o entendimento da Instrução Normativa 169/2008 que estabelece que a emissão da Autorização de Manejo não exime o empreendedor do licenciamento ambiental, quando exigível.

Durante a citada vistoria não foi constatada a licença ambiental para o criadouro, por ser obrigação do empreendimento, o criadouro foi notificado, conforme Notificação UMSEW4LC (ANEXO V - 7003358) para "Apresentar os seguintes documentos: - Licença ambiental do "Criadouro Conservacionista Braskem", Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTE/AIDA) do responsável técnico pelo empreendimento e relatório conclusivo do quantitativo de espécimes da espécie *Dasyprocta agouti* (Cutia) do Criadouro", no prazo de 15 (quinze) dias.

O empreendimento, em resposta à Notificação UMSEW4LC, protocolou um requerimento na Superintendência do Ibama em Alagoas, em 17/02/2020, aonde não foi apresentado a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista Braskem. Baseado no exposto foi lavrado o Auto de Infração B9PF1T53, com a seguinte descrição: Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente. O indicativo de embargo da atividade foi realizado através do Termo de Embargo VTSONLAS.

Ao caso não se aplica hipótese de exclusão de responsabilidade ou de inimizabilidade

Não existem elementos no processo que indiquem a participação de terceiros na consecução da infração administrativa noticiada

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Com exceção das condutas tipificadas na Subseção VI (art. 84 a 92) do Decreto nº 6.514/08, não há elementos no processo que sinalizem que a infração foi cometida em Unidade de Conservação ou em zona de amortecimento, ou afetando essas áreas, de forma a demandar a aplicação do art. 93 do decreto 6.514/2008

VALORAÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA

As variáveis apresentadas no cálculo do valor da multa aberta estão corretas



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

O art. 66 do Decreto nº 6514/2008 estabelece multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

Considerando o nível de gravidade, porte da empresa e dosimetria estabelecida na IN Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 02/2020, a multa aplicada foi de R\$ 50.500,00.

A sanção pecuniária com base em todos os elementos apresentados é adequada, razoável e proporcional

O art. 66 do Decreto nº 6514/2008 estabelece multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

Considerando o nível de gravidade, porte da empresa e dosimetria estabelecida na IN Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 02/2020, a multa aplicada foi de R\$ 50.500,00.

Não existem elementos no processo que indiquem que o autuado praticou a conduta noticiada nos autos com circunstância(s) atenuante(s)

Não existem elementos no processo que indiquem que o autuado praticou a conduta noticiada nos autos com circunstância(s) agravante(s)

O autuado não cometeu infração anterior, confirmada em julgamento, que configura ou caracteriza o agravamento da sanção pecuniária

Conforme Art. 11 do Decreto nº 6514/08, o cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente confirmado no julgamento de que trata o art. 124, implica: I-aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração; ou II-aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta.

Certifico que foi realizada consulta ao SICAFI, em 08.04.2022, e não foi encontrado auto de infração anterior, em nome da empresa Braskem S.a. - Cloro Soda, CNPJ: 42.150.391/0022-03.

Não há elementos que justifiquem a conversão da multa em advertência, considerando que o valor da sanção cominado em abstrato é superior ou igual a R\$ 1.000,00

A infração cometida, cominada em R\$ 50.500,00 não pode ser convertida em advertência nos termos do Art. 5º do Decreto nº 6514/08, o qual estabelece que a sanção de advertência poderá ser aplicada para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

O valor da multa, após análise preliminar, fica consolidado em **R\$ 50.500,00**

SANÇÕES APLICADAS E/OU APLICÁVEIS

Além da sanção de multa, as demais sanções e/ou medidas cautelares aplicadas no processo fiscalizatório estão em conformidade com a legislação em vigor, e foram aplicadas pelo agente autuante em obediência aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade

- Houve embargo a áreas, locais ou atividades

O indicativo de embargo da atividade foi realizado através do Termo de Embargo VTSONLAS.

Nos autos não podem ser encontrados elementos que justifiquem a aplicação de outras sanções e/ou medidas cautelares

No curso do procedimento, não verificou-se o cometimento de outra(s) infração(ões) que justifique(m) a lavratura de novo(s) Auto(s) de Infração

COMUNICAÇÕES

A lavratura do Auto de Infração foi comunicada às Instituições

- Ministério Público

A infração ambiental foi comunicada ao MPF/AL.

CONVERSÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA

Há a possibilidade de conversão da multa, considerando as hipóteses de não conhecimento, não cabimento e indeferimento de plano, previstos na legislação de regência da matéria

A infração administrativa de que trata o auto lavrado, bem como os demais indícios apresentados no processo não apontam para nenhuma vedação à conversão nos termos do Decreto nº 6.514/2008 e Instrução Normativa Ibama nº 06, de 15 de fevereiro de 2018. Assim, há possibilidade de conversão da multa que poderá ser solicitada pelo autuado conforme estabelecido no Decreto nº 6.514/2008, alterado pelo Decreto nº 9.760/2019, e demais normativos vigentes.

DISPOSITIVOS

Ante o exposto, considerando que o conjunto probatório acostado aos autos demonstrou de forma cabal, que a empresa autuada Braskem S.a. - Cloro Soda, CNPJ: 42.150.391/0022-03, foi responsável pela infração prevista no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, este parecerista conclui:

- **pela conformidade do auto de infração B9PF1T53, cujo valor da multa será de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais), conforme valor de multa aberta disposta no artigo 66 do**



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

Decreto nº 6514/2008, nível de gravidade, porte da empresa e dosimetria estabelecida na IN Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 02/2020;

- **pela conformidade do Termo de Embargo VTSONLAS.**

Além disso, o autuado poderá optar por solicitar o pedido de conversão de multa nos termos do Decreto nº 6.514/2008, alterado pelo Decreto nº 10.198/2020, IN IBAMA nº 06/2018, e demais normativos vigentes.

Por fim, este processo está apto para a audiência de conciliação ambiental, conforme estabelecido no Decreto nº 9.760/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Neyton Barrabas Vasconcelos Silva de Oliveira**, **Membro do NUCAM**, em 12/04/2022, às 11h14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://nucleoconciliacao.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **GY5RYQSO**.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SERVIÇO DE APOIO À ANÁLISE PRELIMINAR

Despacho nº 12366575/2022-SAAP/DICAM/CNPSA/SIAM

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao EQUIPE DE CONDUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO NUCAM - AL

Assunto: Encaminhamento para a ECAC

À ECAC/AL,

Encaminho os autos com a análise preliminar (12366551) para a realização da audiência de conciliação ambiental.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Neyton Barrabás V. S. de Oliveira

Analista Ambiental

SAAP/DICAM/SIAM



Documento assinado eletronicamente por **NEYTON BARRABAS VASCONCELOS SILVA DE OLIVEIRA, Analista Ambiental**, em 12/04/2022, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **12366575** e o código CRC **1FBC3918**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DO
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
("IBAMA")**

Ref.: Auto de Infração nº B9PF1T53

Processo administrativo nº 02003.000526/2020-47

BRASKEM S.A. (“Braskem” ou “Defendente”), pessoa jurídica já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seus advogados, vem, respeitosa e tempestivamente, com fundamento no art. 113, do Decreto Federal 6.514/2008, c/c o art. 69, §1º, da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 1/2021, apresentar sua

DEFESA ADMINISTRATIVA

Em face do Auto de Infração nº B9PF1T53 (“Auto de Infração”), fazendo-o pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

1. DA APRESENTAÇÃO DA PRESENTE DEFESA

A Braskem, cautelarmente, está apresentando a presente defesa administrativa em função da publicação do Decreto Federal nº 11.373/2023, que alterou o Decreto Federal nº. 6.514/2008 para, dentre outras providências, extinguir as audiências de conciliação. Até a edição do referido Decreto, aguardava-se a designação da referida audiência nos presentes autos.

A Braskem entende, com o devido acatamento, que esse decreto não é autoaplicável ao presente caso, sendo necessário o envio de nova notificação para que o prazo de defesa passe a correr, uma vez que o auto de infração recebido expressamente fazia referência à possibilidade de opção pela realização da audiência de conciliação, o que foi feito pela Braskem em 15.01.2021. Adicionalmente, a Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 01/2021 ainda não foi revogada ou alterada, permanecendo vigente.

Nesse sentido, a Braskem se resguarda no direito complementar posteriormente a presente defesa administrativa, requerendo, desde já, que eventuais novos documentos apresentados sejam considerados na decisão a ser exarada, em linha com o art. 38 da Lei Federal nº 9.784/1999.

2. NECESSÁRIA CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO PARA AS PENALIDADES DO AUTO DE INFRAÇÃO

Conforme determina o artigo 128, §2º, do Decreto Federal nº. 6.514/08, a penalidade de multa terá efeito suspensivo até o trânsito em julgado do processo administrativo, o que desde já se requer seja concedido.

3. BREVE HISTÓRICO DOS FATOS

Desde outubro de 1988 a planta industrial de exploração de cloro-soda da Braskem em Maceió-AL possui uma área verde ao seu redor, denominada “Cinturão Verde”. Inicialmente, o referido Cinturão Verde tinha como função criar uma área de segurança ao redor da planta, visando a evitar a proximidade da população com o parque industrial.

Ocorre que, ao longo dos anos, o Cinturão Verde, por ser uma área muito bem preservada, passou a atrair um maior número de indivíduos da fauna local, o que levou à transformação do Cinturão Verde em um “criadouro de fauna silvestre para fins conservacionistas”. A área passou então a ser monitorada de perto pela Braskem e os respectivos trabalhos passaram a ser acompanhados pelas autoridades ambientais, por meio da apresentação de relatórios de

monitoramento. Registra-se, ainda, que esse D. IBAMA monitora o referido Cinturão desde 1994, por meio do processo administrativo nº 02003.000522/1994-42.

Em 03.02.2020, esse D. IBAMA realizou vistoria no Criadouro Conservacionista (Cinturão Verde) da Braskem, no âmbito do processo referente à Autorização de Manejo Definitiva do empreendimento. Naquela ocasião, esse D. IBAMA não identificou a Licença Ambiental do Criadouro, de modo que emitiu a Notificação nº UMSEW4LC para a Braskem, solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimentos sobre (i) a referida Licença Ambiental; (ii) o registro do empreendimento no Cadastro Técnico Federal para de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA); e (iii) o relatório quantitativo da espécie de Cutias no Criadouro.

A Braskem, tempestivamente, apresentou em 17.02.2020 uma manifestação com os esclarecimentos pertinentes.

Para a surpresa da Braskem, em 04.03.2020 foi lavrado por esse D. IBAMA o Auto de Infração nº B9PF1T53, impondo à empresa a penalidade de multa no valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais), em razão do suposto cometimento da infração administrativa descrita a seguir:

“Fazer funcionar o Criadouro Conservacionista Braskem sem licença ambiental emitida pelo órgão competente”

O enquadramento legal indicado para subsidiar a lavratura do Auto de Infração foram os artigos 70, §1º e 72 da Lei Federal nº 9.605, c.c artigo 3º, incisos II e VII e artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514:

“Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.”

“Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

(...)

II - multa simples;

(...)

VII - embargo de obra ou atividade;”

“Art. 3º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

(...)

II - multa simples;

(...)

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;"

“Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).”

Ressalta-se, ainda, que na mesma data foi também lavrado o Termo de Embargo nº VTS0NLAS, o qual foi cancelado em 09.04.2021, quando a Braskem apresentou a esse D. IBAMA cópia da Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO emitida pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”) (**Doc. 01**) para o referido Criadouro Conservacionista.

Ocorre que, conforme será demonstrado, o Auto de Infração não merece prosperar, tendo em vista que: **(a)** contém vício de competência; **(b)** está ausente o pressuposto da responsabilidade administrativa referente à configuração do dano; **(c)** não houve o cometimento de infração administrativa por parte da Braskem; e **(d)** não restou configurada a responsabilidade administrativa ambiental.

Assim, por se tratar de ato administrativo que padece de vícios que afrontam normas básicas de proteção dos direitos dos administrados e os princípios constitucionais da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, que devem nortear as atividades da Administração Pública, o Auto de Infração ora combatido deve ser cancelado e os autos do presente processo administrativo, consequentemente, arquivados.

4. PRELIMINARMENTE

4.1. Ausência de Competência do IBAMA para autuar

Verifica-se que o Auto de Infração nº B9PF1T53 foi lavrado com base em dispositivo legal que dispõe acerca do licenciamento ambiental. Ocorre que esse D. IBAMA não possui competência para impor sanção administrativa à Braskem, uma vez que as atividades do seu Criadouro Conservacionista são licenciáveis pelo órgão estadual de meio ambiente, no caso, o IMA/AL, conforme se evidencia pela Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (**Doc. 01**).

Não obstante a competência comum dos entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) para “proteger o meio ambiente” (artigo 23, VI, CF), a Lei Complementar nº 140/2011 regulamentou a forma de cooperação entre referidos entes federativos, objetivando “o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (parágrafo único, artigo 23, CF).

Dessa forma, o artigo 17 da Lei Complementar nº 140/2011 estabeleceu:

“Art. 17. **Compete ao órgão responsável pelo licenciamento** ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, **lavrado auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada** ou autorizada.

(...)

§ 2. Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, **o ente federativo** que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la **comunicando imediatamente ao órgão competente para as providências cabíveis**.

§ 3. O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, **prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput**”. (grifamos).

Ou seja, considerando que o licenciamento ambiental do Criadouro Conservacionista é competência do IMA, resta evidente que esse D. IBAMA não possui competência para autuar a Defendente pela suposta infração administrativa.

Esse D. IBAMA poderia, no limite, comunicar a suposta irregularidade ao IMA para que o IMA adotasse as providências cabíveis, conforme determina a Lei Complementar nº 140/2011. Isso porque o inciso XIII do artigo 7º de referida Lei é claro ao dispor que a competência da União está restrita a “exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida à **União**” (grifamos). A regra, portanto, é clara: a União fiscaliza e autua atividades licenciadas pela União; os Estados fiscalizam e autuam atividades licenciadas pelo Estado.

Nesse sentido, Paulo de Bessa Antunes esclarece:

“Felizmente, a Lei Complementar nº 140/2011 deu um tratamento racional à questão ao dispor que **a competência fiscalizatória é correspectiva à competência para licenciamento**. (...). Assim, o ente que não detenha a competência para licenciamento, somente poderá autuar uma

atividade que não esteja em sua esfera de atribuição para licenciar, quando o órgão dotado da mencionada atribuição tenha se quedado inerte”¹.

Assim, considerando que as atividades estão regularmente licenciadas pelo IMA e esse D. IBAMA não o notificou para que ele pudesse adotar as medidas cabíveis acerca da suposta infração, tampouco se pode falar em eventual exercício de competência “suplementar” desse D. IBAMA para impor a autuação sob debate.

No mesmo sentido, cabe trazer a lume o entendimento de Eduardo Fortunato Bim²:

“A competência comum para fiscalizar o meio ambiente deve ser lida à luz do federalismo cooperativo, especialmente do princípio constitucional da subsidiariedade. Na esteira do que já foi apresentado, **é reconhecida a existência de um “benefício de ordem” dos entes federativos com competência para a realização de ações de proteção ambiental**, quando o objeto da ação fiscalizatória não estiver previsto em seu planejamento estratégico, confeccionado dentro de sua zona de discricionariedade.

Havendo competência comum para proteger o meio ambiente (CRFB, art. 23), **criou-se um mito de que as três esferas federativas tinham o dever de tutelar o bem protegido**, sem qualquer disciplina racional do exercício dessa competência. De acordo com essa equivocada interpretação da norma constitucional, qualquer das três esferas podia ser provocada para que realizasse a fiscalização ambiental, ficando a escolha de qual (União, Estado ou Município) ao exclusivo talante do requerente.”

Ressalta-se, ainda, que a Lei Federal nº 9.784/99, que trata sobre o processo administrativo no âmbito federal, determina que cabe à própria Administração Pública anular os atos com vício de legalidade, o que ocorre no presente caso em razão da ausência de competência:

“Art. 53. **A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade**, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

Pelo exposto, tendo em vista a ausência de competência da União para fiscalizar e autuar as atividades do Criadouro Conservacionista da Braskem no que se refere ao seu licenciamento ambiental, o que configura uma violação ao princípio da legalidade, o Auto de Infração não poderá subsistir e deverá ser declarado **nulo** por esse D. IBAMA.

¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 14ª edição. Pág. 173.

² BIM, Eduardo Fortunato. Fiscalização Ambiental à Luz do Princípio da Subsidiariedade - Contorno da Competência Comum, in Revista de Informação Legislativa 207/2018, Senado Federal

4.1. Ausência do pressuposto de validade do ato administrativo: inexistência de dano ambiental

Ainda é preciso destacar que inexistente, no caso concreto, outro pressuposto de validade do ato administrativo: a ocorrência de dano ambiental. Isso porque jamais houve qualquer tipo de dano ao meio ambiente que pudesse ensejar a responsabilização da Braskem.

O Criadouro Conservacionista sempre funcionou de forma regular, e inclusive é acompanhado por esse D. IBAMA desde 1994 por meio do processo administrativo nº 02003.000522/1994-42. Vale destacar, ainda, a sua relevância para fins de **preservação ambiental** e para a **minimização dos impactos inerentes às atividades** exercidas.

A mera ausência formal de um documento – visto que o Criadouro possuía a Autorização de Manejo que, nos termos da Lei Estadual nº 7.841/2016, deveria ter sido automaticamente convertida em licença ambiental pelo IMA, conforme será demonstrado adiante – não acarretou qualquer dano ou risco ao meio-ambiente ou à fauna que é manejada. A mera conservação do referido Cinturão Verde não poderia jamais, por si só, ensejar em algum dano ambiental ou em conduta que mereça ser repreendida.

Ora, ao Poder Público não é dado, no exercício do poder de polícia, o livre arbítrio e o subjetivismo. Dano ambiental não se presume, se prova. **E não se verifica nos autos qualquer evidência ou mesmo indício de que houve algum impacto ambiental decorrente das atividades do Criadouro Conservacionista.**

Muito pelo contrário! Esse próprio **D. IBAMA, no Relatório de Análise Preliminar emitido em 12.02.2022, registrou expressamente que dos fatos ora analisados “não decorreram danos ambientais”:**

Enquadramento legal

A conduta infracional foi enquadrada no art. 70 §1º e art. 72 da Lei 9605/98; art. 3º, incisos II e VII combinado com o art. 66 do Decreto nº 6514/2008, e conforme AI B9PF1T53 e relatório de fiscalização.

Da infração ambiental **não decorreram danos ambientais**, não estando caracterizada a responsabilidade civil

Evidenciada, portanto, a ausência de dano ambiental no presente caso.

Nesse sentido, o **E. Tribunal de Justiça de São Paulo** já reconheceu a impossibilidade de

responsabilização no caso de inexistência de dano ambiental, conforme a ementa transcrita abaixo:

"RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MEIO AMBIENTE – RESPONSABILIDADE AFASTADA – AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL – DANO AMBIENTAL EM APP NÃO COMPROVADO 1. Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de possuidores de área sujeita à atividade agrícola na qual foi constatada criação de gado irregularmente em Área de Preservação Permanente. 2. Laudo técnico que demonstrou ausência de indícios de atividades agrícolas bem como de dano ambiental causado por pastoreio de gado. Afastada responsabilidade. Sentença reformada. Recurso desprovido."

(TJSP; Apelação Cível 0001936-64.2012.8.26.0673; Relator (a): Nogueira Diefenthaler; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Foro de Flórida Paulista - Vara Única; Data do Julgamento: 08/03/2018; Data de Registro: 20/03/2018)(grifamos)

Não se justifica, então, a manutenção do Auto de Infração nº B9PF1T53, vez que ausente o principal pressuposto da responsabilidade administrativa ambiental, qual seja, o evento danoso.

É de se dizer, ainda, que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) determina que não será proferida decisão baseada em valores jurídicos abstratos, reforçando a importância da motivação do ato, o que não ocorreu no caso ora combatido.

Assim, também por esse motivo, o Auto de Infração ora combatido merece ser declarado **NULO**.

5. MÉRITO

5.1. Da ausência de cometimento de infração administrativa por parte da Braskem

Como se não bastasse o exposto acima, registra-se ainda que não houve, no caso em concreto, o cometimento de infração administrativa da Braskem. Vejamos:

O artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016 determinou que **o IMA deveria converter, automaticamente, as Autorizações de Manejo de Fauna emitidas por esse D. IBAMA em licenças ambientais para os empreendimentos que são por licenciados pelo IMA:**

"Art. 40 As atuais Autorizações de Manejo- AM, emitidas pelo IBAMA, dentro de seu prazo de validade e respeitadas suas restrições e condicionantes, devem ser automaticamente convertidas em Licenças Ambientais Simplificadas ou Licenças Operacionais do funcionamento do empreendimento que faz uso ou manejo de fauna no Estado pelo Instituto

do Meio Ambiente do Estado de Alagoas- IMA, conforme enquadramento do artigo 4º desta Lei.”

Considerando que a Braskem já possuía Autorização para Manejo de Fauna (**Doc. 02**) vigente à época da promulgação da referida norma, caberia ao IMA, portanto, realizar automaticamente, a sua conversão em Licença de Operação. Ou seja, **trata-se de direito líquido e certo dos detentores de Autorização de Manejo a obtenção da licença ambiental do IMA.**

Não houve, portanto, o cometimento de qualquer informação por parte da Braskem, mas sim uma inércia do órgão ambiental estadual que demorou para realizar a referida conversão.

Cumprе destacar, ainda, que como a referida conversão seria **automática**, conforme determinado pela própria Lei Estadual nº 7.841/2016, tratava-se de ato meramente formal e burocrático. Em termos práticos e materiais, o Criadouro Conservacionista já estava regularizado!

Por fim, ressalta-se também que o IMA sempre teve pleno conhecimento de todas as atividades conduzidas pela Braskem na referida planta, tendo inclusive, em 2017, realizado vistorias no próprio criadouro conservacionista juntamente com este D. IBAMA, a fim de verificar o controle de espécimes realizado no local.

Tais fatos, considerados juntamente com a Autorização para o Manejo de Fauna e o Certificado de Regularidade da emitidos por este D. IBAMA para o Criadouro Conservacionista, bem como aos relatórios que são periodicamente apresentados pela Braskem com os detalhes sobre as atividades conduzidas pela Braskem, evidenciam a regularidade do Criadouro.

Assim, diante da ausência de infração ambiental imputável à Braskem, evidente que o Auto de Infração ora combatido deve ser declarado **INSUBSISTENTE**, com o consequente **arquivamento** do presente processo.

5.3. Da não configuração da responsabilidade administrativa

Diante de todo o exposto até o momento, não restam dúvidas de que os requisitos necessários para responsabilização da Braskem na esfera administrativa não se mostram presentes neste caso, e que o Auto de Infração ora combatido deve ser cancelado.

Como se sabe, para restar caracterizada a responsabilidade administrativa ambiental, é imprescindível que estejam presentes os seguintes requisitos essenciais: (i) tipicidade; (ii) ilicitude do ato; (iii) culpabilidade (conduta culposa ou dolosa do agente, traduzida em ação ou omissão); e (iv) nexo de causalidade entre a conduta do agente e o ato típico e ilícito. No presente caso, há a ausência de ILICITUDE e CULPABILIDADE.

Voltamos-nos, primeiro, para a análise da ILICITUDE:

A ilicitude é definida como o “comportamento contrário àquele estabelecido pela norma jurídica, que é pressuposto da sanção”³. Em outras palavras, para restar configurada a responsabilidade administrativa, é necessário evidenciar ação ou omissão de desobediência à norma.

Ora, não houve, no caso concreto, em momento algum a prática de conduta contrária às disposições legais pela Defendente. **Isso porque, conforme exaustivamente mencionado, a própria legislação estadual determina ser competência do IMA converter automaticamente a Autorização de Manejo em Licença Ambiental.** Assim, não há o que se falar em prática de conduta da Braskem contrária à legislação vigente.

Posto isto, voltamos-nos, agora, para a análise da CULPABILIDADE.

A culpabilidade nada mais é do que a verificação de dolo ou culpa por parte do suposto infrator. No ordenamento jurídico brasileiro, o legislador expressamente elegeu a responsabilidade administrativa ambiental como **subjetiva**, onde necessariamente se deve perquirir sobre a existência de ***culpa stricto sensu*** ou ***dolo***.

Isso está claro na Lei Federal 9.605/98⁴, norma geral de âmbito nacional, que dispõe sobre crimes e infrações administrativas ambientais. Ao dispor que a imposição de multa ambiental simples requer comprovação de culpa *lato sensu*, a qual se caracteriza pela presença de dolo (intenção específica de cometer a infração) ou de culpa *stricto sensu* (negligência, imperícia ou imprudência), a legislação ambiental expressamente determina que a responsabilidade administrativa ambiental é de natureza subjetiva. Ou seja, em matéria de responsabilidade administrativa ambiental **a responsabilidade subjetiva é a regra.**

³ DA COSTA JR, Paulo José; DA COSTA, Fernando José. MILARÉ, Édís. Direito Penal Ambiental. Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

⁴ Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, (...) II. Multa simples (...) §3º A multa simples será aplicada **sempre que o agente, por negligência ou dolo.** (destacou-se)

É o que também esclarece Édis Milaré, aduzindo que:

“[...] é em virtude da natureza repressiva (e, por isso, pessoal) das responsabilidades administrativa e penal, que, nesse sentido, distinguem-se da responsabilidade civil” e que “sob a bandeira da responsabilidade subjetiva, pugna-se pela **imprescindibilidade da culpa, lato sensu, como elemento necessário para a caracterização da infração administrativa**, forte nas garantias expressas no art. 5.º, LV e LVII, da CF/1988, que asseguram aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a mais ampla defesa, além da presunção de inocência. De tal arte, admitir-se a responsabilidade objetiva do suposto infrator, in casu, equivaleria a tornar letra morta ditas garantias”⁵.

Consoante ao entendimento doutrinário acima elencado, o Superior Tribunal de Justiça, após reiteradas decisões nesse sentido, por decisão prolatada pela 1ª Seção em 08 de maio de 2019, acabou por consolidar "o entendimento de que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, ou seja, a condenação administrativa por dano ambiental exige demonstração de que a conduta tenha sido cometida pelo transgressor, além da prova do nexo causal entre a conduta e o dano"⁶, pacificando o entendimento sobre a matéria.

No mesmo sentido, esse D. IBAMA, por meio de sua Procuradoria Especializada, emitiu o **Parecer nº 00004/2020/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**, de 12 de junho de 2020, também reconhecendo que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva⁷.

⁵ Édis Milaré. Direito do Ambiente. 11ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 357.

⁶ "Primeira Seção consolida entendimento de que responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva". Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Primeira-Secao-consolida-entendimento-de-que-responsabilidade-administrativa-ambiental-e-subjetiva.aspx>

⁷ DIREITO AMBIENTAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. NECESSIDADE DE DOLO OU CULPA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA, ESTÁVEL, ÍNTEGRA E COERENTE (STJ). REVISÃO DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA NORMATIVA 26/2011/PFE-IBAMA.

1. A responsabilidade administrativa ambiental possui natureza subjetiva, a demandar a existência de dolo ou culpa do agente para caracterização de infração ambiental.

2. Aplicação subsidiária de disposições do Código Penal na forma do artigo 79 da Lei n. 9.605/98, nos limites da presente manifestação.

3. Dolo e culpa no âmbito de pessoas jurídicas, possibilidade de emprego da teoria do órgão ou avaliação da conduta da pessoa jurídica em si, compreensão a partir da dispensabilidade da dupla imputação.

4. Conceito de dolo conforme artigo 18, I, do Código Penal. Exclusão de coação física irresistível. Relevância da omissão dolosa. Comprovação por prova indireta do dolo e demais elementos subjetivos, possibilidade.

5. Conceito de culpa conforme artigo 18, II, do Código Penal, enquanto descumprimento de dever objetivo de cuidado cumulado com nexo causal e previsibilidade objetiva. Conceituação de negligência, imprudência e imperícia. Possibilidade de

Ora, o fato de a responsabilidade administrativa ser subjetiva revela que a Braskem não poderia ter sido autuada no caso em tela, uma vez que se exige, no mínimo, dolo ou culpa do suposto infrator - o que não restou configurado, em hipótese alguma, no presente caso.

Importa também consignar que **não é lícito à Administração presumir a culpa ou o dolo do Administrado para fins de imposição de determinada sanção.** A Administração deve, necessária e inequivocamente, comprovar a conduta culposa ou dolosa do Agente para fins de imposição da sanção. Por outras palavras, **a culpa ou o dolo não se presume, se prova.**

No caso em concreto, não há o que se falar em dolo ou culpa da Braskem. Como mencionado, a própria legislação estadual aplicável determinava que cabia ao IMA converter a Autorização de Manejo em Licença Ambiental, de modo que não houve qualquer imperícia, imprudência ou negligência por parte da Braskem.

Além disso, a Defendente, assim que notificada por essa D. IBAMA e em ato de boa-fé e precaução, solicitou ao IMA a emissão de sua Licença Ambiental – apesar de tal conduta não ser necessária, nos termos do artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016 -, o que culminou na emissão de sua Licença de Operação nº 2020.17091080760.EXP.LO (**Doc. 01**).

responsabilização por culpa in eligendo (em escolher), in vigilando (em vigiar) e in custodiendo (em guardar).

6. Distinção entre responsabilidade subjetiva e elemento subjetivo (psicológico), este último presente apenas no dolo e na culpa consciente, mas inexistente na culpa inconsciente.

7. Excludentes de culpabilidade. Ônus probatório imputado originalmente ao autuado em virtude da presunção iuris tantum de sanidade mental, consciência da ilicitude e capacidade de determinação dos cidadãos em geral, conforme legislação de regência.

8. Inimputabilidade administrativa. Sanidade mental, critério biopsicológico, conforme artigo 26 do Código Penal. Maturidade, imputabilidade de adolescentes, conforme OJN n. 30/2012/PFEIBAMA, contudo, revisão da orientação para considerar inimputáveis por infração ambiental as crianças em virtude da disposição do artigo 105 do ECA. Necessidade de diálogo das fontes.

9. Inexigibilidade de conduta diversa. Aplicação do artigo 22 do Código Penal. Coação moral irresistível, exige ameaça concreta, exequível, grave e iminente, a qual é apta a retirar a reprovabilidade daquele que atua. Obediência hierárquica, apenas aplicável a vínculo de direito público, não aplicável para ordem manifestamente ilegal no âmbito civil ou criminoso no âmbito militar. Inexigibilidade enquanto cláusula geral derivada do conceito de culpabilidade, adoção jurisprudencial pelo Superior Tribunal de Justiça, inviabilidade de aplicação com fundamento meramente econômico. Jurisprudência.

10. Potencial consciência da ilicitude enquanto erro de proibição invencível.

11. Reflexos da responsabilidade subjetiva no concurso de pessoas. Aplicação das disposições do artigo 29 e seguintes do Código Penal, excetuadas normativas que digam respeito à diminuição de pena criminal. Possibilidade de punição de partícipe, conforme artigo 3º, parágrafo único, 79 da Lei n. 9.605/98. Teoria formal-objetiva do concurso de pessoas conjugada com teoria do domínio do fato, acatada no ordenamento brasileiro pelo STF na AP 470. Conceitos de autoria imediata, mediata,

admitida nessa hipótese o domínio do aparato organizado de poder, incluídas estruturas empresariais, conforme jurisprudência do STF. Coautoria, requisitos, possibilidade de coautoria lateral. Participação sobre a forma de instigação (moral) ou cumplicidade (material), sendo impossível a participação em crime culposos, caso de coautoria lateral.

Logo, por qualquer prisma que se observe, não há que se falar em imposição de penalidade administrativa à Braskem, *seja pela* ausência de ilicitude de conduta ou *pela* ausência de dolo ou culpa *stricto sensu* por parte da Braskem, motivos pelos quais o Auto de Infração ora impugnado deve julgado **INSUBSISTENTE**.

6. DOSIMETRIA DA PENA

6.1. Violação aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e finalidade

Além disso, a lavratura de um Auto de Infração com penalidade de multa no valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) em decorrência de infração administrativa que não ocorreu na prática, e eivada de vícios de competência e de motivação, excede os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade⁸.

A Lei Federal nº 9.784/99, que trata sobre o processo administrativo no âmbito federal, determina, em seu artigo 2º, que "a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade, proporcionalidade**, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência". Assim, além da preocupação em agir conforme a legalidade - inclui-se aqui a observância dos pressupostos para a responsabilidade administrativa e o exercício de atividades para os quais é legalmente competente -, a Administração Pública deve também se atentar para que seus atos sejam razoáveis e proporcionais.

O princípio da razoabilidade nada mais é do que uma diretriz de bom-senso que se aplica ao direito, que consiste em agir com prudência e moderação, e tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato.

Conforme bem ressalta Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"(...) embora a Lei 9.784/99 faça referência aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, separadamente, na realidade, o segundo constitui um dos aspectos

⁸ "Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas."

contidos no primeiro. Isto porque o princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que se vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto"⁹.

Assim, a violação ao princípio da razoabilidade leva, portanto, à violação de outro princípio, qual seja, o **princípio da proporcionalidade**, que veda a desproporção entre os meios para o atendimento de determinados fins. Esse princípio se apresenta como um limite à atuação da Administração Pública, que deve levar em conta a finalidade pública da norma que está sendo aplicada, para guardar proporção entre a finalidade e as medidas restritivas.

A lavratura do Auto de Infração ora impugnado viola, portanto, tanto o princípio da proporcionalidade como o da razoabilidade. Isso porque não é razoável e nem proporcional que seja aplicada uma multa no valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) à Braskem quando, na realidade, **toda a situação tem origem em uma inércia do IMA!**

Como o artigo 40 da Lei Estadual nº 7.841/2016 é expresso ao determinar que cabe ao IMA converter a Autorização de Manejo de Fauna em Licença Ambiental, e a Braskem já possuía a referida autorização à época, não houve qualquer irregularidade ou inércia por parte da Braskem.

Temos, portanto, que a lavratura do Auto de Infração ora impugnado representa medida desproporcional e desarrazoada, de modo que não é ato administrativo apto para atingir os objetivos pretendidos. Bastaria o envio de uma notificação ao IMA para que realizasse a referida conversão e a emissão formal da Licença Ambiental da Braskem, não havendo a necessidade de lavrar um auto de infração com a penalidade de multa nesse valor.

Assim, considerando todo o exposto, resta demonstrado que o Auto de Infração ora impugnado deve ser **cancelado** vez que inútil para atingir qualquer finalidade, não havendo justificativa entre os seus meios e fins, além de estar em desacordo com os princípios e normas regedores da Administração Pública. Caso assim não entenda esse D. IBAMA, requer-se a conversão da penalidade de multa em **advertência**, visando garantir a

⁹ Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo. 29ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p.111-112.

observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

6.1. Da necessária aplicação de circunstância atenuante

Subsidiariamente, caso esse D. IBAMA mantenha a aplicação da penalidade de multa imposta à Braskem, deve ser considerada a circunstância atenuante prevista no artigo 89, inciso IV, da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1/2021:

“Art. 89. São circunstâncias atenuantes:

(...)

IV - colaboração com a fiscalização.

Parágrafo único. Caracteriza colaboração com a fiscalização ambiental:

- a) o não oferecimento de resistência e o livre acesso às dependências, instalações ou locais de ocorrência da infração;**
- b) a apresentação de documentos ou informações no prazo estabelecido.”**

De acordo com o referido dispositivo, configura-se colaboração com a fiscalização ambiental a liberação de acesso às instalações e a apresentação a autoridades de informações / documentos no prazo estabelecido. Ora, conforme já explicado acima, foi exatamente isso que aconteceu.

Em 03.02.2022 esse D. IBAMA realizou uma vistoria no Criadouro Conservacionista da Braskem, na qual lhe foi dado livre acesso às dependências e instalações (**vide alínea “a”, Parágrafo único, art. 89, da IN nº 01/2021**). Na mesma ocasião, esse D. IBAMA emitiu à Braskem a Notificação nº UMSEW4LC para a Braskem, por meio da qual solicitou, no prazo de 15 (quinze dias) esclarecimentos sobre (i) a Licença Ambiental do Criadouro Conservacionista; (ii) o registro do empreendimento no Cadastro Técnico Federal para de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental(CTF/AIDA); e (iii) o relatório quantitativo da espécie de Cutias no Criadouro.

A Braskem então novamente colaborou com esse D. IBAMA, e tempestivamente (em 17.02.2020) apresentou uma manifestação com os esclarecimentos e documentos pertinentes (**vide alínea “b”, Parágrafo único, art. 89, da IN nº 01/2021**), arrolada nas fls. 14/71 do presente processo.

Não restam dúvidas, portanto, da incidência da atenuante supramencionada no presente caso.

Assim, nos termos do artigo 90 da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1/2021, o valor da multa teve sofrer uma redução de 10%, sendo consolidado em R\$ 45.450,00 (quarenta e cinco mil reais e quatrocentos e cinquenta centavos).

7. PEDIDOS

Com base em todo o acima exposto, a Braskem requer:

- i. O conhecimento e a análise da presente Defesa Administrativa, posto que tempestiva, e a concessão do efeito suspensivo da penalidade de multa até o encerramento da discussão na esfera administrativa.
- ii. Preliminarmente, o reconhecimento de **nulidade** da autuação ante: **(a)** a ausência de competência desse D. IBAMA para lavrar o presente Auto de Infração; **(b)** a ausência de pressuposto para a configuração da responsabilidade administrativa, referente à ocorrência de dano ambiental; **(c)** a violação aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e finalidade.
- iii. No mérito, que o Auto de Infração seja declarado completamente **insubsistente** tendo em vista: **(a)** a ausência de conduta infracional praticada pela Braskem; e **(b)** a não configuração da responsabilidade administrativa em razão da ausência de ilicitude e culpabilidade.
- iv. Subsidiariamente, que a penalidade de multa seja convertida em **advertência** , com base nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e finalidades. Caso, ainda assim esse D. IBAMA entenda pela manutenção da multa, que seja reconhecida a **aplicação da atenuante referente à colaboração com o agente fiscalizador** , com a respectiva redução do valor da multa para R\$ 45.450,00 (quarenta e cinco mil reais e quatrocentos e cinquenta centavos), nos termos dos artigos 89 e 90 da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1/2021.

Termos em que,

Pede deferimento.



Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

OAB/SP nº 247.690



Camila S. Cassiano Julien

OAB/SP nº 419.409

Doc. 01

Nº 2020.17091080760.EXP.LO

VALIDADE: 17/09/2022



O **Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas - IMA/AL** expede a presente Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO, com base na Resolução Normativa Nº 10/2018, do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM e na Lei 6.787/06, Art. 5, e suas alterações, por meio da qual autoriza **BRASKEM - CLORO SODA**, inscrita no CNPJ Nº 42.150.391/0022-03, localizada na Avenida Assis Chateaubriand , Nº 5260, Pontal da Barra, Maceió/AL, referente a operação/funcionamento da atividade citada na lei como Empreendimentos Comerciais e de Serviços, do empreendimento **CRIADOURO CONSERVACIONISTA CINTURÃO VERDE BRASKEM S.A.** , localizado em Município de, Maceió/AL.

Esta **Licença de Operação** é válida até **17 de Setembro de 2022** , e está condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam na(s) seguinte(s) páginas desta licença e nos demais anexos do Processo IMA Nº 2020.0605025331.LO.IMA (Parecer Técnico IMA/GELIC 1079/2020).

Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações, bem como, não exime o interessado de obter outras autorizações/licenças exigidas em leis e atos normativos, expedidas por outros órgãos.

Maceió (AL), 17 de Setembro de 2020

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente



Requer Validação

Licença de Operação Nº 2020.17091080760.EXP.LO com as seguintes condicionantes:

1. Quaisquer alterações no empreendimento devem ser comunicadas ao IMA com antecedência de 30 (trinta) dias, o qual julgará a necessidade ou não de uma nova análise ambiental, inclusive a construção de novo recintos e inserção de novas espécies na Licença de Operação e respectiva Autorização de Uso e Manejo (AM);
2. A renovação da Licença de Operação deverá ser solicitada 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006; - 120 dias antes do vencimento.
3. Apresentar ao IMA/AL, anualmente, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA, conforme estabelece a Lei Estadual nº.6.787/2006. A data para apresentação deverá ser contada a partir da data de emissão da Licença de Operação; - O primeiro RADA deverá ser entregue 1 (um) ano após a data de emissão da licença; - O segundo RADA no pedido de renovação da licença.
4. Apresentar em conjunto com o RADA, os Certificados de Destinação Final – CDF dos resíduos sólidos e líquidos gerados, atendendo aos objetivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final; - Anualmente, em conjunto com o RADA;
5. Apresentar Certificado de regularidade referente ao cadastro do Responsável Técnico no CTF/AIDA como consultor/responsável técnico pelo criadouro; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
6. Apresentar plano de manejo e manutenção do plantel, que contemple os aspectos sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal, conforme as características das espécies, incluindo medidas de melhoria no enriquecimento ambiental dos recintos de primatas, incluindo a arborização e/ou paisagismo interno; e medidas de controle populacional para as cutias (*Dasyprocta agouti*) marcadas e abrigadas no recinto fechado do Criadouro. - Em até 60 (sessenta) dias da emissão da licença;
7. Apresentar programa de educação ambiental que contemple especificamente aspectos relativos às visitas monitoradas, que atendam as condições técnicas de bem-estar e segurança dos animais e dos visitantes, conforme determina a Resolução CONAMA 489/2018; - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
8. Atualizar as informações no SISFAUNA, o sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IMA, referentes ao Responsável Legal, Responsável Técnico e movimentações do criadouro de acordo com o plantel atual. - Em até 30 (trinta) dias da emissão da licença;
9. Registrar em tempo real no “SISFAUNA 1.2 / Movimentação e Atualização de Plantel”, todas as ocorrências (nascimentos, óbito fuga, etc.), e demais transferências de animais outros empreendimentos de fauna, conforme estabelece a Lei Estadual nº 7.841/2016 e Resolução CONAMA 489/2018.
10. Manter de forma contínua a captura, sexagem e marcação das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Cinturão Verde;

11. Apresentar relatório semestral com resultados da captura continuada das cutias (*Dasyprocta agouti*) que se encontram soltas por toda a área do Cinturão Verde; - Semestralmente;
12. Novos espécimes que venham a ser incorporados no plantel do empreendimento, por nascimento, destinações, e de captura (no caso específico das cutias *Dasyprocta agouti* que encontram-se soltas por toda a área do Cinturão Verde), deverão ser marcados conforme disposto na Resolução CONAMA nº 487/2018 e/ou Lei Estadual nº 7.841/2016, inclusive com relação às inscrições das anilhas, para viabilizar a sua inserção no plantel do SISFAUNA, mediante apresentação de laudo do RT ao IMA;
13. Manter armazenadas de forma permanente os dispositivos de marcação (microchips, anilhas, etc) dos animais que porventura vierem a óbito;
14. Manter de forma contínua, no recintos de primatas, a reposição de galhos, cordas, e outros itens, que fazem parte do enriquecimento ambiental dos recintos, de modo a proporcionar maior conforto visando o bem estar dos animais;
15. A Autorização Manejo de Fauna silvestre (AM) emitida via SISFAUNA, o sistema de controle e gestão adotado pelo IMA/AL, especifica as espécies permitidas para o manejo conforme disposto na Lei Estadual 7.841/2016, sendo um documento complementar a esta Licença.
16. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença; c) Superveniência de graves riscos ambientais.

D. A. C.

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente

Processo

Número do Processo: 2022.16055842566.RLO.IMA
Solicitação: Renovação de Licença de Operação

Interessado

Nome: BRASKEM S.A
CPF/CNPJ: 42150391002203

Documentos protocolados

Tipo de Documento	Tamanho
Requerimento conforme padrão IMA/AL, devidamente preenchido indicando as informações e contendo assinatura do interessado (responsável legal) OU procurador, se couber;	0.18MB
Documento de Arrecadação de Receita – DAR em razão do procedimento de licenciamento ambiental;	0.03MB
Cópia do comprovante de pagamento do DAR em razão do procedimento de licenciamento ambiental;	0.04MB
Publicação de súmula do pedido de licenciamento (ou autorização) em Jornal de Circulação Regional, conforme modelo IMA;	2.26MB
Publicação de súmula do pedido de licenciamento (ou autorização) no Diário Oficial do Estado, conforme modelo IMA;	0.19MB
Cópia do RG / CPF / Comprovante de residência do responsável legal (em caso de pessoa física);	0.23MB
Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (em caso de pessoa jurídica);	0.08MB
Cópia da Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de Sociedade; OU do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de responsabilidade Limitada; OU Requerimento de Empresário Individual (em caso de pessoa jurídica);	1.57MB
Procuração, estabelecendo poderes específicos para representação do interessado junto ao órgão ambiental, se couber;	8.02MB
Documento que comprove a propriedade ou posse do imóvel: Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis ou Contrato de Locação ou Documento de Compra e Venda;	12.52MB
Cópia da Licença Ambiental a vencer ou referente a fase anterior (AUT, LP, LI, LO);	0.08MB
Cópia da Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos ou Isenção de Captação (nos casos estabelecidos na legislação) , expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, nos casos de abastecimento por meio de poço subterrâneo ou captação superficial;	0.23MB
Cópia da Outorga de Lançamento de Efluentes Tratados, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, em caso de lançamento de efluente tratado em Corpo Hídrico;	0.23MB
Relatório Técnico comprovando com evidências o efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Autorização e/ou Licença Ambiental a vencer ou da fase anterior (AUT, LP, LI, LO). Nos casos de renovação e prorrogação devem ser acompanhados de relatório fotográfico e de declaração de que não houve	16.03MB

tipo de Documento	Tamanho
ampliação e/ou modificação do empreendimento; Apresentar último RADA – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental juntamente com a Cópia dos protocolos de entrega dos RADAs referente a cada ano de vigência da LO;	8.69MB
Indicação do(s) profissional (ais) que assumirá (ão) a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a(s) respectiva(s) Anotação (ções) de Responsabilidade Técnica – ART;	0.24MB

Requerente

VICTOR SANTOS CARNEIRO

CPF: 01343427550

Funcionário

José Eduardo Duarte de Melo Souza

CPF: 05019099406

Protocolado em 16/05/2022 às 11:21

Para conferir a autenticidade, acesse licenciamento.ima.al.gov.br e informe o número do processo 2022.16055842566.RLO.IMA

Doc. 02



AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DA FAUNA SILVESTRE Nº 2704.4873/2011-AL

UNIDADE EMISSORA OU CONVENIADA

SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM MACEIÓ (AL)

FICA AUTORIZADO USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE DAS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO ABAIXO DESCRITO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DA DOCUMENTAÇÃO/ PROJETO APRESENTADA E APROVADA.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 - Empreendimento:	CRIADOURO CONSERVACIONISTA BRASKEM		
1.2 - Empreendedor:	BRASKEM S.A. - CLORO SODA		
1.3 - C.P.F/C.N.P.J.:	42.150.391/0022-03	1.4 - CTF Nº:	531533

2 - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

2.1 - Categoria:	20.11 - CRIADOR CONSERVACIONISTA DE FAUNA SILVESTRE NATIVA		
2.2 - SubCategoria:	-----		
2.3 - Finalidade:	-----		
2.4 - Espécie(s):	(Em anexo)	2.5 - Condicionantes:	(Em anexo)

3 - ENDEREÇO

3.1 - Endereço:	Av. Assis Chateaubriand, 5260		
3.2 - Bairro:	Pontal da Barra		
3.3 - Município/UF:	MACEIO/AL		

DATA DO DEFERIMENTO DA AM: 09/06/2011

SITUAÇÃO DA AM: Regular no Sisfauna 1.0



EM BRANCO



ESPÉCIE(S):

Caiman latirostris, Cebus apella, Cerdocyon thous, Dasypsecta agouti, Geochelone carbonaria, Nasua nasua, Rhea americana. #####
#####





CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DA FAUNA SILVESTRE

1. Quaisquer alterações quanto à documentação/projeto do empreendimento deverão ser precedidas de anuência do Ibama.
2. Em caso de ampliação das instalações ou de inclusão de nova espécie da fauna silvestre no plantel do empreendimento, o interessado deverá solicitar outra autorização prévia e autorização de instalação.
 - 2.1- Ao concluir as novas obras conforme planta aprovada, deverá ser solicitada vistoria dos recintos e inclusão da nova espécie na autorização de manejo da fauna silvestre já emitida.
 - 2.2- Em caso de exclusão de espécie já autorizada, o interessado deverá comunicar ao Ibama, que providenciará a retirada da espécie da autorização de manejo da fauna silvestre silvestre já emitida.
3. O desligamento do responsável técnico deverá ser oficializado ao Ibama, devendo o empreendedor apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do desligamento, cópia do contrato de assistência profissional ou da Anotação de Responsabilidade Técnica do novo técnico.
4. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:
 - 4.1- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou norma legal;
 - 4.2- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização; ou
 - 4.3- Superveniência de graves riscos ambientais e da saúde pública.
5. O Ibama e os órgãos ambientais estadual, distrital ou municipal deverão ser comunicados, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.
6. Os custos de construção, manutenção das instalações, manejo e alimentação dos espécimes da fauna silvestre serão de total responsabilidade do empreendedor, sem ônus de suas atividades ao Ibama.
7. A soltura, introdução, reintrodução ou translocação de espécimes da fauna silvestre na natureza, por pessoa física ou jurídica, somente poderá ocorrer mediante anuência do Ibama, desde que previsto em plano de manejo de fauna ou projeto de pesquisa aprovado e em concordância com norma específica.
8. Espécimes da fauna silvestre exótica ou híbridos de qualquer natureza não poderão, sob hipótese alguma, serem destinados para soltura.



Recibo Eletrônico de Protocolo - 14691102

Usuário Externo (signatário):	Rafael Dias Gil
IP utilizado:	147.161.128.163
Data e Horário:	18/01/2023 16:57:29
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	02003.000526/2020-47
Interessados:	
BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Defesa Administrativa	14691100

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
EQUIPE DE CONDUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO NUCAM - AL

Despacho nº 15129329/2023-AL/NUCAM-ECAC/Supes-AL

Processo nº 02003.000526/2020-47

Interessado: BRASKEM S.A. - CLORO SODA 42.150.391/0022-03

À/Ao ANÁLISE E INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Assunto: Encaminha Defesa Administrativa

1. Em face da publicação do Decreto Federal nº 11.373/2023, após juntada da Defesa Administrativa (SEI 14691100), encaminho o presente processo para análise e providências.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Roberto Wagner C. Dantas
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO WAGNER CAPPARELLI DANTAS, Analista Ambiental**, em 09/03/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15129329** e o código CRC **726A3097**.